

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES – URI – CAMPUS DE SANTO ÂNGELO - RS
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LATINO- AMERICANA**

O MST E UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

GILBERTO CORAZZA

Santo Ângelo, abril de 2003.

GILBERTO CORAZZA

O MST E UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

Dissertação apresentada à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no Programa de Pós-Graduação em História, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Estudos de História Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Werner Altmann

Santo Ângelo, abril/2003.

GILBERTO CORAZZA

O MST E PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

Dissertação aprovada com conceito _____, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração Estudos de História Latino-Americana, promovido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Campus de Santo Ângelo, e Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS - São Leopoldo.

Professor Orientador _____
Prof. Dr. Werner Altmann

Santo Ângelo, abril/2003.

A todos os que tombaram heroicamente na luta pela terra, sem conseguir concretizar seus sonhos.

A Abraão Fernandes Godóis, Valter Moraes e Danilo de Moura e Souza, que aderiram à luta pela terra e por uma sociedade mais justa.

Ao companheiro Miguel Rossetto, Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Lula, para que consiga resgatar a dívida histórica de 500 anos, realizando uma efetiva Reforma Agrária no Brasil.

A meus filhos, Raphael Corazza e Maria Luísa de Deus Corazza, que possam viver numa sociedade mais justa, digna e fraterna.

Quando eu morrer
cansado de guerra
morro de bem
com a minha terra;
Cana, caqui
Inhame, abóbora
Onde só vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Oh Manuel, Miguilim
Vamos embora

Chico Buarque

Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas que
nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis, amanhadas por
umas poucas mãos, para ampararem cercas e
bois e fazerem da terra escrava e escravos os
homens!”.

D. Pedro Casaldáliga
Bispo em São Félix do Araguaia

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos aos companheiros militantes de esquerda de Santo Ângelo e Região das Missões, meus companheiros nos mesmos sonhos e utopias, em especial ao Antônio Valdir Vian e Lívio Osvaldo Arenhardt, pelos estímulos e cobranças na realização da presente dissertação. Ao estimado João Evaldo Almeida Dias e Fabian Pereira Samuel, pela colaboração imprescindível na digitação.

Também a todas as milhares de lideranças e população em geral que compartilharam comigo a caminhada do OP/RS, nas Missões e no Rio Grande do Sul, de 1999 a 2002.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- ANAP – Asociacion Nacional de Agricultores Pequeños
- ANMTR – Articulação Nacional do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- ASOCODE – Asociacion Nacional de Agricultores de Centro-américa para la Cooperacion el Dessarollo
- ATTAC – SP – Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos – São Paulo
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEBS – Comunidades Eclesiais de Base
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.
- CIMI – Comissão Indigenista Missionária
- CLOC – Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPE – Comitê de Produtores Rurais – Europa
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- EUA – Estados Unidos da América
- FEM – Fórum Econômico Mundial
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial
GEBAN – Grupo Executivo do Baixo Amazônia
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Tocantins
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INPI – Instituto Nacional de Patentes e Inventos
ITR – Imposto Territorial Rural
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NFU – National Farmers Union do Canadá
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMGs – Organismos Geneticamente Modificados
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Projeto de Assentamentos
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PC Faria – Paulo César Farias
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCs – Partidos Comunistas
PFL – Partido da Frente Liberal
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD/ONU – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP – Partido Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

RESUMO

O Brasil, numa perspectiva histórica dos oprimidos e explorados é profundamente marcado por um processo de invasão, de violências, de imposição dos interesses das classes dominantes estrangeiras, mas que sempre obtiveram a conivência e submissão das classes dominantes nativas, em especial dos grandes proprietários de terras. Além das imposições e violências políticas e econômicas impuseram o seu ponto de vista e as suas interpretações dos fatos e acontecimentos. Por isso, a retomada de um projeto popular de nação, onde a Reforma Agrária é um elemento chave, urge assumir o ponto de vista dos vencidos e dominados, mas que lutaram e resistiram, os indígenas, os negros e os movimentos populares. Primeiro foi a Coroa Portuguesa em parceria com os responsáveis pelas Capitânicas Hereditárias e as Sesmarias que impuseram a escravidão aos povos indígenas e aos negros. Foi o longo período do colonialismo. Mais tarde é a vez do Imperialismo Inglês e Norte-americano continuarem impondo com novas formas e estratégias cada vez mais sofisticadas os seus interesses e opressões sobre o nosso país e seu povo. Em todos os períodos da história brasileira, sempre houve resistências, mobilizações e lutas, de grande repercussão e significado social, político e ideológico. Com certeza, a luta pela terra e reforma agrária constitui um fio condutor ao longo da história do Brasil Colônia, Império e República, continuando, a partir da década de oitenta, com o surgimento e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. O MST assume com humildade e determinação a condição de herdeiro de mais de quinhentos anos de luta e resistência dos povos indígenas, dos negros escravizados, dos migrantes colonos e pequenos agricultores e dos movimentos populares e sociais que lutam por um Brasil mais digno e justo. Com um caráter popular, sindical, político e de classe em aliança com outras organizações e movimentos, em especial articulados na Via Campesina, apresentam a necessidade e o desafio de que a luta pela reforma agrária seja uma luta inserida em um Projeto Popular para o Brasil e adquira a adesão massiva em nível continental e mundial, na perspectiva de uma sociedade socialista, na busca utópica de uma Terra Sem Males.

RESUMEN

Brasil en una perspectiva histórica de los oprimidos y explorados es profundamente marcado por un proceso de invasiones, de violencias, de imposiciones de intereses de las clases dominantes autóctonas, en especial de los grandes propietarios de tierras. Además de las imposiciones y violencias políticas y económicas que impusieron su punto de vista y sus interpretaciones sobre los hechos y acontecimientos. Por eso, el rescate de un proyecto popular de nación, en donde la Reforma Agraria es un elemento clave, urge asumir el punto de vista de los vencidos y dominados, pero que lucharon y resistieron, como los indígenas, los negros y los movimientos populares. Primero fue la Corona de Portugal en cooperación con los responsables por las Capitanías Hereditarias y las Sesmarias que impusieron la esclavitud a los pueblos indígenas y a los negros. Fue el largo periodo del colonialismo. Más tarde es la vez del Imperialismo Inglés y Estadounidense continuar imponiendo con nuevas formas y estrategias cada vez más sofisticadas sus intereses y opresiones sobre nuestro país y su pueblo. En todos los periodos de la historia brasileña, siempre hubieron resistencias, mobilizaciones y luchas, de gran repercusión y significado social, político e ideológico. Seguramente, la lucha por la tierra y la reforma agraria constituyen un sistema conductor a lo largo de la historia de Brasil Colonia, Imperio y República, continuando a partir de la década del ochenta, con el surgimiento y consolidación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, el MST. El MST asume con humildad y determinación la condición de herederos de más de quinientos años de luchas y resistencia de los pueblos indígenas, de los negros esclavos, de los migrantes campesinos y pequeños agricultores y de los movimientos populares y sociales que luchan por un Brasil más digno y justo. Con un carácter popular, sindical, y político y de clases, en alianza con otras organizaciones y movimientos, en especial articulados en la Vía Campesina representan la necesidad y el desafío de que la lucha por la reforma agraria sea una lucha insertada en un Proyecto Popular para Brasil y adquiera la adhesión masiva en nivel continental y mundial en la perspectiva de una sociedad socialista en la busca utópica de una Tierra Sin Males.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vii
RESUMO	ix
RESUMEN	x
INTRODUÇÃO	01
1. A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	11
1.1 A Origem da Questão Agrária.....	11
1.2 A Atualidade da Questão Agrária Brasileira.....	14
1.3 Desafios da Reforma Agrária no Brasil.....	22
1.4 O Latifúndio como um problema para o conjunto dos Brasileiros	24
2. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL	32
2.1 A Luta pela Terra no Período de 1850 – 1964	36
2.2 A Política Agrária do Regime Militar – 1964 – 1984	39
2.3 A Política Agrária da “Nova” República dos Velhos Mandantes	46
2.4 O Governo Fernando Collor de Mello/Itamar Franco e a Questão Agrária ...	49
2.5 FHC, a Unidade das Elites e a Reforma Agrária.....	51
2.5.1 A Política Agrária Neoliberal de HHC: a reforma agrária de mercado	53
2.6 A Reforma Agrária que não Aconteceu.....	56
3. O SURGIMENTO E BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	60
3.1 As Categorias Sociais que Compõem o MST	60
3.2 Breve Histórico do Movimento Sem Terra.....	62
3.3 Os Objetivos do Movimento Sem Terra.....	66
3.3 As Propostas Fundamentais do MST.....	41
3.4 O MST e a Via Campesina	68
3.5 As Propostas Fundamentais do MST.....	76
4. AS FORMAS DE LUTA PELA TERRA, A MÍSTICA E OS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DO MST	86
4.1 As Formas de Luta pela Terra.....	86
4.2 A Mística do MST	94
4.3 Características e Princípios Organizativos do MST.....	97

5. O MST, A ALCA E AS CONSEQÜÊNCIAS PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA	104
5.1 Introdução.....	104
5.2 O Comércio Agrícola.....	108
5.2 A Situação das Agroindústrias e a Soberania Alimentar	112
5.3 As Sementes Transgênicas e a Ingerência dos Organismos Internacionais no Brasil	114
6. UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL	131
6.1 O Sentido da Construção Nacional	136
6.2 As Características do Projeto Popular para o Brasil: a Consulta Popular e as Teses do MST141	
6.3 O MST e a Estratégia de Construção do Projeto Popular para o Brasil	154
CONCLUSÃO	164
BIBLIOGRAFIA.....	172
ANEXO 1 - ESTATÍSTICO – TABELAS	178
ANEXO 2 – DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MST	

INTRODUÇÃO

Entre as razões que motivaram a escolha do tema “O MST e um Projeto Popular para o Brasil”, destacam-se questões de ordem teórico-históricas, experiências prático-políticas e motivações de ordem pessoal.

A história social dos países latino-americanos, em consequência do Brasil, no século XX, registra a presença constante e decisiva dos movimentos sociais camponeses. No seu conjunto refletem o processo de modernização capitalista no campo, ou seja, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no meio rural. A questão nacional, como regra geral torna-se explícita, envolvendo conotações culturais, religiosas, raciais, éticas e regionais. Em geral, apresenta-se um elo entre as revoluções burguesas, e as revoluções socialistas, onde as revoluções burguesas pela forma de resolver ou não a questão nacional, podem potencializar as revoluções socialistas. Entre as características principais dos movimentos camponeses constam as inter-relações entre campo e cidade, entre a agricultura e a indústria, entre as classes agrárias e urbanas, entre os assalariados rurais e os operários urbanos. As análises dos movimentos camponeses ajudam a entender melhor os desafios e problemas urbanos e, ao mesmo tempo, estes são melhores elucidados quando vistos a partir do meio urbano.

As principais revoluções latino-americanas, no século XX, foram influenciadas pelas camponesas; algumas foram revoluções nitidamente camponesas, outras contaram com a participação de diferentes forças sociais, com destaque para setores urbanos, mas todos marcadas pela presença dos camponeses. Nas

palavras de Otavio Ianni¹, os movimentos políticos mais notáveis da América Latina, revelam a influência do movimento camponês; como exemplos, cita-se o zapatismo, o villismo, o cardenismo, o aprismo, o indiginismo, o populismo, o castrismo, o sandinismo e o guevarismo. Acrescentamos, o MST no Brasil, com seus princípios organizativos, sua mística, suas formas de lutas, propostas e objetivos defendidos, bem como sua vinculação e integração à organização da Via Campesina, com o propósito de dar seqüência às lutas históricas dos camponeses no país, na América Latina e no contexto mundial.

O interesse pessoal pelo tema, objeto da presente dissertação, relaciona-se com nosso envolvimento com o MST, ainda nos anos de 1981 e 1982, quando o movimento dava os primeiros passos em vista de sua constituição, na condição de estudante de Filosofia em Viamão-RS, nos deslocávamos regularmente até Porto Alegre, para auxiliar na confecção de boletins de apoio, de divulgação das lutas, das mobilizações e solidariedade ao movimento no Estado, que enfrentava a repressão direta do regime militar e das forças policiais ligadas ao governo do Estado no período.

A partir de 1984, passamos a residir em Santo Ângelo, Região das Missões, onde continuamos estreitando os laços de solidariedade e apoio às lutas e mobilizações, em prol da reforma agrária. A Região das Missões, a partir da década de 1980, amarga a condição de grande estagnação econômica e empobrecimento, com fluxo migratório intenso para regiões da grande Porto Alegre e Vale dos Sinos, refletindo-se com o crescimento demográfico negativo na maioria dos municípios missioneiros. O processo de assentamentos de reforma agrária, que no presente já atinge, mais de 30 núcleos e em torno de 700 famílias, começa a mudar o perfil demográfico negativo, repovoando novamente a região, atingindo a marca de um dos maiores números de unidades no Estado. Esta nova situação cria enormes possibilidades e desafios em vista de inserir este contingente no contexto regional, contribuindo para retomada do desenvolvimento nas Missões.

O Brasil, após mais de quinhentos anos de história, reconhecida oficialmente, continua, enfrentando uma questão histórica fundamental, ou seja, tornar-se uma

¹ IANNI, Otávio. *Revoluções Camponesas na América Latina*. In: SANTOS, José Vicente dos. (Org.) *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo: Icone Editora, 1985,

nação soberana, democrática e popular, que execute um projeto político-econômico-social-cultural de acordo com os anseios e aspirações históricas de seu povo, ou continuar dependente e subordinado aos interesses estrangeiros, com a conivência das classes dominantes e elites nativas de ontem e de hoje. Este dilema e desafio crucial da história brasileira aponta o fracasso das elites e classes dominantes que marcaram nossa história com suas práticas prepotentes, arrogantes, corruptas e violentas em relação ao povo, mas, de outro lado, totalmente submissas e serviçais aos interesses e imposições do capital, dos grandes proprietários de terras e das potências estrangeiras, como foi o caso em relação à Coroa Portuguesa, ao Império Inglês, e, mais recentemente, ao Império Norte-Americano.

Uma questão fundamental em vista da construção de um Projeto Popular de nação são as organizações sociais, os movimentos populares, as organizações políticas e lideranças em geral, ou seja, o conjunto das forças sociais e políticas que estão dispostas a lutar por um novo projeto alternativo de sociedade. Aqui, trata-se de dar a devida importância aos novos atores sociais, aos novos protagonistas, que lutam em torno de projetos setoriais alternativos, com uma vinculação local, regional, nacional, mas que possuem uma perspectiva maior e mais ampla, referenciando-se ao movimento mundial antiglobalização que, a partir de 2001, organiza-se no Fórum Social Mundial, o FSM, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil, em contraposição ao Fórum Econômico Mundial, o FEM, de Davos, na Suíça.

A humanidade, em escala mundial, vive um drama sem precedentes. Praticamente dois terços da população mundial enfrenta um processo acelerado de exclusão social, de crescimento da miséria, da fome e da violência generalizada que degradam os princípios e valores mais elementares da convivência humana. O mundo que o projeto capitalista apresenta, com sua versão neoliberal globalizante, parece não possuir sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural, isto é, não representa possibilidades de futuro para a grande maioria da população. A dimensão da crise moral e ética é tamanha que para os senhores do mundo não importa e chega a ser natural a tragédia da fome e da miséria, que mata muito mais do que os conflitos bélicos, que são a outra face perversa do modelo econômico neoliberal. Por isso, Porto Alegre, com o FSM, e Davos, com o FEM, significam os antagonismos históricos da humanidade no presente. O FSM possui como princípios os valores vitais às pessoas humanas, com sua dignidade, com seus direitos

fundamentais, que devem estar em primeiro lugar. As pessoas humanas não são mercadorias. Outro mundo é possível, afirma-se na sua convocação . Mais do que possível, é necessário e urgente, concluem. Por sua vez, o FEM representa o endeusamento do mercado, do capital financeiro, da seqüência do modelo concentrador e excludente, onde o capital e sua sede de ganância e lucro estão em primeiro lugar.

O Brasil, após um longo período histórico, no qual não se consolidou como nação soberana e independente, não efetivou um projeto nacional voltado às necessidades maiores de seu povo. Agora, com o recente processo eleitoral, elegeu com uma das maiores manifestações eleitorais do país e do mundo, um projeto democrático-popular e um presidente de origem popular, Luiz Inácio Lula da Silva, sob a marca da esperança e com os compromissos das mudanças históricas. É um novo período que se abre, com o fim de um ciclo e o início de um novo. Neste sentido retoma-se com intensidade a importância de um Projeto Nacional e popular, como uma possibilidade histórica.

É diante dessas questões gerais que a presente dissertação aborda como questões a luta pela terra no Brasil, o papel histórico do MST e a defesa de um projeto popular para o país. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, apresenta, pelo seu caráter e natureza, a consciência e a determinação em dar sua contribuição, assumindo o seu papel histórico, ao lado dos movimentos sociais do campo e da cidade, para avançarem na realização da reforma agrária e de um novo projeto de sociedade.

No primeiro capítulo, é abordada uma questão teórica e política sobre a atualidade da questão agrária no Brasil. Pois o impacto neoliberal repercutiu, inclusive nos teóricos do campo popular que fizeram coro às inúmeras abordagens conservadoras que consideram definitivamente superadas, a urgência da reforma agrária no país. A partir das contribuições do sociólogo José de Souza Martins, do especialista na questão agrária Plínio de Arruda Sampaio, de Frei Sérgio Görgen e João Pedro Stédile, os dois últimos militantes e teóricos do MST, comprova-se que a questão agrária brasileira é atual e urgente. O latifúndio é um problema do conjunto da sociedade brasileira e causador de vários problemas cruciais do país.

A partir do Capítulo II, é abordado, respectivamente, um panorama histórico, uma espécie de síntese da longa história da luta pela terra no Brasil até o fim do período do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002. No capítulo III, apresenta-se o surgimento, a evolução e os principais fatos que marcaram o MST, que como se autodefine, se propõe herdeiro de mais de quinhentos anos de luta pela terra no Brasil.

O Capítulo III inicia com as categorias sociais que compõem o MST, a definição do conceito de sem terra, afirmando que é uma versão popular do conceito sociológico de camponeses, ou seja, os que trabalham na terra sem serem proprietários dela, possuindo várias categorias de trabalhadores rurais baseado na participação produtiva, onde se destacam os parceiros, os arrendatários, os posseiros, os assalariados rurais, os pequenos agricultores e os filhos dos pequenos agricultores que, conforme os dados do IBGE, são em torno de 5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra. O presente trabalho adotará este conceito usual e aceito historicamente no processo de lutas sociais agrárias a partir da década de 1970, onde incluem os pequenos agricultores e seus filhos com propriedades insuficientes para sobreviverem e sustentar a família ou, no caso dos filhos que não possuem condições de se reproduzirem como pequenos proprietários, assumindo a condição de sem terra, no momento que constituem novas famílias. Na abordagem da origem do MST, afirma-se que não existe um local e uma data específica, combinando-se várias origens, vários locais e um conjunto de fatores e acontecimentos a partir de 1978. As várias lutas de ocupações, a partir de 1981, sob a coordenação da CPT, promovem encontros das lideranças em nível estadual e interestadual. Em 1984, ocorre o I Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel, no Paraná, onde é fundado o MST com um caráter de movimento nacional. A aquisição de um caráter nacional vai se consolidando progressivamente, com o crescimento na área de atuação e a legitimidade e representatividade conquistada no contexto nacional. Os fatores de ordem econômica, frutos do processo de modernização conservadora da agricultura, através do pacote tecnológico envolvendo uso intensivo de máquinas e insumos agrícolas, na década de 70, com o predomínio da monocultura da soja, criam um grave problema social com o processo do êxodo rural sem precedentes na história do país, originando as periferias urbanas. A crise do regime militar e a retomada das mobilizações políticas, a

reorganização do movimento sindical combativo e classista, tendo como centro irradiador o ABC paulista constitui um fator político favorável à organização do MST.

Os objetivos gerais e a natureza o MST apontam para a questão de que a luta pela terra e pela reforma agrária implica um projeto popular na perspectiva de uma sociedade mais justa, sem explorados e sem exploradores. A implantação de uma reforma agrária ampla significa mudanças na estrutura da propriedade da terra, na reorganização da produção agrícola, e, em conseqüência, na mudança de poder político. O próprio MST define-se como um movimento social de massas que luta pela terra para resolver o problema de sobrevivência das famílias. É um movimento popular, envolvendo um conjunto de categorias que participam, e um movimento político, com o objetivo de promover mudanças sociais. As três características, o sindical e de massas, o popular e o político são complementares e se interligam. A proposta geral de reforma agrária defendida pelo MST, uma vez executada, significa a realização de parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira, em vista de uma nova sociedade mais igualitária e socialista. Em outros termos o MST apresenta características: a) reivindicativas, em torno de questões específicas; b) políticas, no sentido de influir nos caminhos que apontam para a participação direta e mudança na correlação de forças, incidindo no debate das grandes questões nacionais; c) de classes, no sentido de subverter a ordem social e mudar as relações entre os diferentes atores do contexto nacional, visando avançar nas exigências da classe em ascensão. A nossa questão posta em análise é que o MST realiza uma síntese entres as três características, mas tende a assumir como central o caráter de um movimento nitidamente de classes, que através de uma estratégia política geral, mesmo deixando em aberto várias dúvidas, como a questão das mediações político-partidárias, a necessidade de um partido de caráter revolucionário, que combine e articule as lutas de massas em geral, com um projeto estratégico e revolucionário unificado, condição imprescindível, na acepção de Florestan Fernandes², para obter êxito no processo de luta de classes e de transformação da ordem capitalista estabelecida, em vista de um projeto de sociedade socialista.

² SAMPAIO, Plínio de Arruda; SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Apresentação. In: FERNANDES, Florestan; JÚNIOR, Caio Prado. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 13-14.

Por sua vez, no Capítulo IV, abordase a longa história de lutas e mobilizações desenvolvidas pelo MST até culminar nas formas mais fortes e contundentes que adota: a ocupação como estratégia central. Mas os pressupostos da luta, o oxigênio que anima e apaixona, o método de luta política coerente e a coesão forte do movimento são garantidos pela mística e os princípios organizativos que constituem aspectos inéditos do MST. O Capítulo V trata da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA e as conseqüências trágicas para o país e, em especial, para a agricultura familiar. A luta contra os acordos de liberação do comércio dos produtos agrícolas através da Organização Mundial do Comércio - OMC, o enfrentamento da questão dos transgênicos e da propriedade intelectual/industrial, com a defesa das sementes como um patrimônio da humanidade, conjuntamente com uma política de segurança e soberania alimentar, constituem-se em questões estratégicas de um país soberano, democrático e voltado ao seu povo. Daí a prioridade do MST em liderar e empreender ações massivas contra a ALCA.

No Capítulo VI, como culminância e centro de coesão e aglutinador de um amplo movimento social, está a defesa de um Projeto Popular para o Brasil. O MST conjuntamente com outras forças democráticas, organizações e movimentos populares, e setores de esquerda do Partido dos Trabalhadores, o PT, frente ao diagnóstico crítico em relação ao processo de burocratização, de rebaixamento programático-ideológico e, de incapacidade dos instrumentos e ferramentas consideradas clássicas, para impulsionar as lutas de massa classistas, em especial o PT, como principal Partido de esquerda no país. O movimento sindical identificado com a CUT, que também não consegue através de seus métodos de lutas, realizar ações que repercutam na correlação de forças, pois as ações corporativas e por categorias não dão mais conta dos desafios de atingir o conjunto da população, situada fora do mercado formal. Por isso, o MST propõe um novo modelo de lutas políticas, denominado modelo territorial³, que coloque na ordem do dia uma estratégia de ação política que atinja as populações marginalizadas e excluídas, que residem principalmente nas periferias das grandes e médias cidades, mas que na atualidade estão sob a influência do crime organizado e Seitas/Igrejas pentecostais

³ MAURO, Gilmar. MST: Lutas e Perspectivas. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; BARSOTTI, Paulo (Orgs.) *América Latina – História, Crise e Movimento*. São Paulo: Xamão, 1999.

e evangélicas, com predomínio de práticas marcadamente alienantes. Diante das considerações e propostas esboçadas fica patente a necessidade de um novo padrão de lutas políticas massivas em defesa de um novo projeto social.

As elaborações e debates mais recentes do MST nos apontam especialmente, a partir da iniciativa pioneira da retomada dos debates de caráter programático e estratégico, através da Consulta Popular, em 1997, envolvendo vários outros aliados ligados aos movimentos populares, marcadamente setores vinculados a Central de Movimentos Populares, CMP e, o Movimento Nacional do Sem Teto, MNST, as pastorais sociais da Igreja e setores do PT, apesar das limitações em superar a crise teórica e ideológica das esquerdas, propõe-se a algumas questões centrais: a) a atualidade de um Projeto Nacional para o Brasil, dando prioridade para a luta política no contexto nacional, para cumprir a etapa da revolução democrática e nacional, sob controle dos movimentos populares e da classe trabalhadora, uma vez que a burguesia brasileira abandonou em definitivo esta tarefa histórica, tornando-se contra-revolucionária permanente, a partir de 1964. Nas palavras de Florestan Fernandes⁴, a burguesia brasileira tornou-se definitivamente anti-social, anti-nacional e anti-democrática, esgotando todas as potencialidades construtivas. Neste sentido a revolução operária surge como única via de superação das mazelas do capitalismo dependente, criando condições para um Estado democrático e independente, tendo como norte maior um projeto socialista.

A prioridade política ao nacional, os limites e potencialidades do esboço programático presentes na obra “A Opção Brasileira”, espécie de síntese provisória dos debates em curso na Consulta Popular, secundariza a importância estratégica da questão internacional, mas o MST através da Via Campesina, as ações em nível continental contra o neoliberalismo, a solidariedade ativa, as lutas antiimperialistas em várias partes do mundo, a participação expressiva nos eventos do Fórum Social Mundial, colocam com bastante clareza, que o MST não só debate a questão internacional, mas de certa forma pratica uma forma nova e ativa de internacionalismo; b) a segunda questão central, relacionada aos instrumentos de

⁴ SAMPAIO, Plínio de Arruda; SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Apresentação. In: FERNANDES, FLORESTAN; JÚNIOR, Caio Prado. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira* São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 8 - 9.

mediação política, que consigam teoricamente e organicamente realizar a síntese num patamar superior superando o conjunto das lutas de massas dispersas ou setoriais, conquistando as adesões mais amplas de outros setores-chaves como as classes médias, os intelectuais de esquerda e outros setores populares e democráticos. Mesmo que a maioria das lideranças e quadros do MST atuem no PT, inclusive com um conjunto de parlamentares orgânicos ao movimento, diante dos questionamentos e críticas contundentes ao processo de burocratização e acomodação à ordem vigente, com o rebaixamento programático crescente praticado no PT, no último período vigente, o MST coloca como necessária a construção de um novo instrumento, uma nova organização com características anti-burocráticas, não dogmática e nem sectária, mas com um caráter revolucionário, com inclinações, ao modelo de Movimento e não Partido, mas que se constitua numa organização revolucionária. Estes posicionamentos e iniciativas apresentam-se polêmicos; c) a terceira questão vital ao debate estratégico relaciona-se à perspectiva socialista, a necessidade de acumular forças em vista da ruptura com a ordem capitalista e instauração de um projeto de sociedade socialista. É importante salientar que são esboçados um conjunto de características e critérios que aproximam o entendimento sobre o socialismo proposto.

A Consulta Popular, como citamos, é uma iniciativa com envolvimento direto do MST, que busca dialogar com os clássicos da revolução brasileira, em especial Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e Celso Furtado, colocando na ordem do dia a atualidade da revolução democrática-nacional, na forma de um Projeto Popular para o Brasil, como uma responsabilidade da classe trabalhadora e dos movimentos populares, uma vez que a burguesia brasileira tornou-se a partir de 1964, com o golpe militar, permanentemente contra-revolucionária. A chave da interpretação deste desafio é consumir a longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã. As duas tarefas centrais, postas para as forças da esquerda, coerente com a busca do Brasil nação são a realização de uma ampla reforma agrária e, a superação da dependência do capital internacional. Além do esboço das questões propostas como as bases de um projeto popular para o país, são apresentadas algumas críticas e limitações ao Projeto Popular para o Brasil, presente na obra “A Opção Brasileira”.

A questão problema que perpassa a presente dissertação é que o MST apresenta um projeto estratégico para o país, onde a reforma agrária está inserida num novo modelo para a agricultura, que por sua vez constitui-se em uma dimensão fundamental de um novo Projeto Popular para o Brasil. Porém o horizonte mais amplo visa acumular forças e preparar as condições objetivas e subjetivas para superar a ordem capitalista e implementar um projeto de sociedade socialista.

A Reforma Agrária somente se viabilizará no contexto de um projeto popular para o país, na medida que ganhar a adesão e transformar-se num movimento de lutas de massas, com repercussão nacional, continental e, inclusive mundial. Neste aspecto cabe uma grande responsabilidade à Via Campesina. O MST é integrante destacado da Via Campesina, e uma das forças nas lutas de haver a esperança de que um novo país e um novo continente é possível, de que um outro mundo é possível, mas o espaço prioritário de luta política e mobilizações massivas é o espaço nacional, que na medida de seus avanços e contundência deverá repercutir nas dimensões internacionais.

Nossa opção metodológica consiste basicamente em organizar e sistematizar as exposições e argumentos a partir de autores, que possuem uma vinculação de compromisso histórico com a luta da reforma agrária e com um projeto alternativo para o país. Porém, o propósito é tomar um distanciamento crítico apresentando possíveis limitações e contradições, bem como, novas perspectivas. Obviamente nossos posicionamentos possuem lado nas disputas e debates político-teóricos, uma vez que a pretensa neutralidade em qualquer aspecto é impossível e enganosa. Entre os autores referenciais do presente trabalho, há uma mescla entre lideranças políticas e intelectuais com vinculação direta ao MST, bem como, intelectuais envolvidos diretamente na academia, mas todos ligados e comprometidos com as lutas camponesas e a questão agrária na perspectiva de um novo projeto de sociedade. Assumimos conscientemente, que nossa abordagem apresenta limitações, em especial a ausência de outros autores com elaborações críticas em relação ao MST. Ainda cabe um destaque central às elaborações e contribuições da Via Campesina-Brasil e Via Campesina Internacional, onde baseia-se respectivamente o debate sobre a ALCA, os princípios – desafios gerais da reforma agrária e suas implicações sócio-econômicos nos contextos nacionais. O MST integra e assume as posições da Via Campesina.

1. A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

1.1 A Origem da Questão Agrária Brasileira

A importância fundamental da questão agrária no Brasil e de um modo geral, na América Latina, indica a incapacidade histórica do capitalismo através de sua classe dominante resolver os problemas elementares da construção da nação nos países periféricos e, de integrá-los ativamente no contexto global. Outro aspecto importante são as questões relacionadas ao passado colonial e imperial, não resolvidas, conjuntamente com a questão agrária no contexto atual da fase imperialista do capital e sua crise geral, que exige a apresentação de alternativas para os impasses.

Conforme Osvaldo Coggiola, “a colonização do Brasil, constitui-se numa das maiores acumulações capitalistas primitivas em escala mundial, pelo o fato do Brasil ter sido especializado como produtor de matérias-primas para o mercado mundial em formação, mediante este ingresso como produtor e não como consumidor, submetido ao “exclusivismo de Portugal”, que por sua vez era intermediário da hegemonia inglesa na Europa”. Com base na economia exportadora de matérias-primas e com cultivos extensivos das terras, consolida-se a forma de propriedade do latifúndio. Com o processo de destruição dos povos indígenas, o latifúndio associa-se a várias formas de escravidão, em especial a indígena e dos negros. Caberá a Dom João III, a divisão do Brasil em latifúndios denominados de Capitâneas, na medida que já existiam os “capitães” designados para eles. Com a demarcação do solo definiu-se os direitos e deveres que os colonos sesmeiros pagariam perpetuamente à Coroa e aos capitais ou, donatários. Aprofundaremos esta questão mais adiante.

O debate sobre a questão agrária remete às teorias sobre o desenvolvimento capitalista do século XIX e ganha repercussão política na primeira metade do século XX. Relaciona-se, centralmente, aos obstáculos que o monopólio da propriedade fundiária representa ao desenvolvimento capitalista. Num segundo plano, refere-se ao processo de pobreza e miséria resultante da concentração fundiária através do latifúndio. No modelo teórico clássico caberia à burguesia nacional uma missão revolucionária diante da questão agrária, realizando a reforma como uma etapa da revolução democrática-nacional, incrementando o desenvolvimento econômico, ampliando e fortalecendo o mercado interno.

Os obstáculos que a teoria aponta, na acepção de José de Souza Martins⁵ são representados pelas relações de dependência e sujeição que impedem a entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho como trabalhadores livres. Obstáculos estes agravados pela insuficiência do desenvolvimento de um mercado interno consistente. Obviamente, a concepção de trabalhador livre significa a possibilidade de o trabalhador vender sua força de trabalho e, em consequência, ser um comprador das mercadorias que necessita para viver.

No contexto dos países periféricos de desenvolvimento capitalista, como é o caso dos países da América Latina, da Ásia e da África, a questão agrária não chegou a colocar-se plena e tipicamente nos termos e características clássicas. No caso do Brasil, conforme pondera o professor Martins⁶, o desenvolvimento do capital não tem colocado a questão da propriedade fundiária como grande obstáculo ao nosso modelo de capitalismo, pois forjou-se um modelo peculiar de desenvolvimento onde a propriedade da terra associou-se à propriedade do capital. O trabalhador livre não se tornou, de um modo geral, um trabalhador proprietário da terra de trabalho, a não ser quando tinha meios de comprá-la, ou seja, para pagar a renda da terra.

Ocorre que o processo de abolição da escravatura entre nós, que deu lugar ao trabalho livre, foi basicamente motivado pelo fato de os lucros do trabalho escravo se tornarem incompatíveis com o preço do escravo. Em segundo lugar, está o fato de a escravidão dificultar a formação de um mercado interno necessário ao

⁵ MARTINS, José de Souza. *A questão agrária no século XXI*. In: Revista Família Cristã Janeiro/2000, p. 50.

⁶ Idem, p. 51.

desenvolvimento capitalista da época. Em outros termos, era o capital que necessitava de liberdade. É neste contexto que se forjou a nossa “questão agrária”. Diante da abundância de terras para lavouras tornou-se necessário que o trabalho em terras alheias se constituísse num imperativo e num destino compulsório para os trabalhadores. Este processo foi viabilizado mediante o regime de propriedade em que o acesso à terra só é possível mediante a compra do particular ou do Estado. Num período de cem anos, até os anos cinqüenta do século XX, este esquema predominou. E quem não tinha terras próprias trabalhava para os fazendeiros.

Nos anos cinqüenta, a questão agrária é colocada em termos sociais. A agricultura brasileira ingressa no processo de modernização tecnológica e a mão-de-obra agrícola começa a ser expulsa das fazendas. Somente alguma parcela do processo produtivo continua sendo feita em base do trabalho intensivo. Surge, então, em grande escala, o trabalho sazonal. Em conseqüência do trabalho sazonal entram em cena as migrações temporárias em busca de ocupação. Na equação temos o surgimento do trabalhador sem terra, ou seja, um trabalhador sem trabalho permanente. Portanto fica evidente que a questão agrária em nossa situação adquire a feição de um intenso problema social, no sentido da incapacidade de a sociedade criar mecanismos de reabsorção produtiva e permanente dos trabalhadores descartados pelo processo de modernização da agricultura.

Assim caracterizada a questão agrária brasileira, Martins⁷ afirma que nos encontramos na atualidade diante de duas concepções/orientações gerais sobre a Reforma Agrária. De um lado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST e Pastorais Sociais apostam num projeto que possa interferir profundamente no direito de propriedade instituído ainda em 1850, pela Lei de Terras e ressignificado com a Lei do Estatuto da Terra, de 1964, introduzido pelo regime militar, criando meios de desapropriação/confisco do latifúndio para redistribuição gratuitamente aos sem terra. Esta orientação, no entanto, enfrenta muitas resistências e não possui um protagonismo capaz, visível e com força que viabilize a sua execução. De outra parte, em conseqüência das pressões e mobilizações dos grupos sociais, a questão agrária foi incluída na agenda política do Estado brasileiro. A Reforma Agrária passa

⁷ MARTINS, José de Souza. *A questão agrária no século XXI*. In: Revista Família Cristã. Janeiro/2000, p. 51.

a receber um novo formato, baseado na lei e no direito. Adota-se um conjunto de opções de acesso subsidiado à propriedade da terra, possibilitando de forma limitada que os pobres que dela necessitam possam ter acesso.

Na opinião de Martins⁸, o aparato da Reforma Agrária brasileira em muitos aspectos incorporou reivindicações e propostas dos movimentos, ou seja, as mobilizações foram tensionando o aparato de Estado, implicando que o mesmo executasse algumas medidas visando a diminuir os conflitos do campo. Este projeto de reforma agrária, aplicado a partir do regime militar tem contribuído apenas para atenuar a nossa questão agrária. Como foi afirmado anteriormente, uma questão residual da abolição da escravatura é agravada a partir dos anos cinqüenta, diante da falta de alternativas de reinclusão social para o conjunto expressivo de trabalhadores descartados pela modernização da agricultura.

Não resta nenhuma dúvida que o processo de mobilização, de protestos e de lutas, tendo como protagonistas principais os pobres da terra, tem sido fator essencial na ressocialização desta população e tem, acima de tudo, conservado uma mística de participação social, preservando valores anti-capitalistas que apontam para o processo de humanização no contexto de um sistema econômico essencialmente desumanizador.

1.2 O Debate atual sobre a Questão Agrária Brasileira

Existe uma polêmica central envolvendo o debate teórico-político-ideológico sobre a atualidade da questão agrária brasileira, confrontando-se dois diagnósticos opostos. O diagnóstico de caráter conservador/direita afirma em abundantes literaturas que a proposta de uma efetiva Reforma Agrária, no contexto do capitalismo agrário brasileiro, é historicamente superada. Afirma, pois, que o capitalismo agrário resolveu, sem alterações estruturais, os problemas que a Reforma Agrária se propunha a resolver.

O outro diagnóstico, de caráter socialista/esquerda, parte de premissas e objetivos que colocam com clareza a atualidade da questão agrária brasileira, ou

⁸ MARTINS, José de Souza. *A questão agrária no século XXI*. In: Revista Família Cristã. Janeiro/2000, p. 51.

seja, na acepção de Plínio de Arruda Sampaio⁹, o campo brasileiro apresenta obstáculos estruturais ao pleno desenvolvimento do país. Existe, inegavelmente, uma “questão agrária” não resolvida no Brasil. A dinâmica do capitalismo agrícola brasileiro constitui um obstáculo estrutural ao desenvolvimento equilibrado e harmonioso da produção agrícola. Existe um processo de grave concentração fundiária, monopolizado pelas grandes agroindústrias e grandes proprietários/latifundiários que estabelece relações econômicas, sociais e políticas de subordinação e exclusão da população do campo. Em consequência, impede e trava um processo de desenvolvimento nacional que de fato gere mais renda e aumente a produção em patamares suficientes para atender as necessidades do conjunto da população, eliminando, assim, o desemprego e pobreza no meio rural.

A utilização dos conceitos de diagnóstico de direita e de diagnóstico de esquerda, expressões utilizadas por Sampaio¹⁰; relaciona-se aos significados atribuídos a ambos os conceitos, pois entendemos que dão conta satisfatoriamente dos embates políticos e teóricos em defesa da atualidade ou, das posições contrárias ao projeto de reforma agrária. Antes de nos preocupar com a sua cientificidade e rigor acadêmico, nossa atenção está mais voltada ao objetivo de explicar e expor os termos atuais do debate sobre a questão agrária. Como acentuamos, nossa intuição é que os conceitos adotados dão conta dos embates a respeito da atualidade da questão agrária e, apontam desdobramentos e consequências práticas diferentes, na medida que for adotada uma ou outra definição conceitual.

Mas quais são as premissas e argumentos básicos dos diagnósticos da direita/conservadora e da esquerda/socialista contra e a favor da Reforma Agrária? Os argumentos utilizados pelo diagnóstico contrário a Reforma Agrária têm como pano de fundo o comparativo de desempenho da agricultura brasileira nos anos setenta e oitenta, em oposição ao *diagnóstico cepalino*¹¹ da agricultura brasileira no final dos anos cinquenta e início dos sessenta. As teses cepalinas colocavam a agricultura brasileira como um setor atrasado, inviável a tecnologias mais produtivas

⁹ SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária e a luta pelo socialismo. In: *Caderno de Textos, Conferência Estadual da Reforma Agrária – o uso da terra e o desenvolvimento do Estado* Porto Alegre, 2001, p. 15.

¹⁰ Idem, p. 17.

¹¹ CEPAL: Comissão Econômica para América Latina, órgão das Nações Unidas criado em 1948, com objetivo de estudar políticas de desenvolvimento para os países latino-americanos.

e incapaz de atender às demandas por mais alimentos e matérias primas. Por isso, constitui-se como um fator inflacionário sobre a economia. Os motivos do atraso relacionavam-se ao plano econômico e sócio-político, ou seja, existia uma dualidade estrutural no setor agrícola, predominando relações econômicas pré-capitalistas entre os diversos segmentos da população rural. Ao lado das relações econômicas pré-capitalistas, predominavam relações sociais e políticas arcaicas e anacrônicas. A causa central de tudo era a enorme desigualdade da distribuição da posse e da propriedade da terra. A reforma agrária apresenta-se como uma intervenção estatal visando a remover os obstáculos estruturais da concentração da propriedade da terra em latifúndios improdutivos e oxigenar as relações sociais no campo, abrindo caminho para as relações capitalistas no setor agrícola. A realidade dos anos setenta e oitenta questionou as teses dos reformistas agrários cepalinos, pois os governos militares conseguiram, sem alterar as estruturas fundiárias da concentração e latifúndio, aumentar a produção, tecnificar a agricultura e atender as demandas, via “modernização conservadora”, sem melhorar substancialmente os padrões de vida da população rural. Mas a agricultura superou sua condição de setor atrasado, anacrônico, impeditivo do desenvolvimento do país.

O diagnóstico de direita que aponta inviabilidade e superação da reforma agrária afirma que o processo de globalização é irreversível e a liberalização da economia é uma consequência inevitável. O país não pode ficar à margem ou contrapor-se sob pena do atraso econômico e barbárie social. Neste processo, é normal que parcelas importantes da população, em função do baixo nível de renda, enfrentem problemas de nutrição e fome aguda. O esquema de distribuição de renda, a curto e médio prazo, não é possível alterar. Ao mesmo tempo, conclui-se o diagnóstico, afirmando que o aumento da produção agrícola virá da intensificação da aplicação de capital e tecnologia e não do aumento da área cultivada. A agricultura moderna não necessita de um contingente numeroso de trabalhadores. Ironicamente, fala-se que manter no campo uma população rural maior que a necessária causará perda de eficiência econômica.

Na concepção de Plínio de Arruda Sampaio¹², o diagnóstico da direita defendendo a tese de que o capitalismo agrário brasileiro, sob o comando das agro-indústrias multinacionais, superou a questão agrária no país, na verdade não retrata com fidelidade a realidade do campo brasileiro; apenas aspectos conjunturais e atende interesses das classes dominantes. São premissas e teses que, se utilizando de meias verdades, fazem afirmações errôneas sobre a realidade do campo. Não há dúvidas de que a globalização da economia seja irreversível, mas um país periférico que rejeitar uma inserção subordinada neste processo não está condenado à barbárie. A inserção soberana no mercado mundial exige enorme determinação e sacrifício, mudanças no modelo consumista exagerado, em vista da eliminação da pobreza. É verdade que a nova dinâmica da agricultura gerou novas formas de extração da renda e novas modalidades de emprego nas atividades de meio rural, mas esta nova dinâmica não é capaz de solucionar os sérios problemas de pobreza aí existentes. O outro aspecto em voga divulga com entusiasmo a existência de um novo setor rural baseado no setor de serviços, ou seja, são atividades que não se baseiam na agropecuária, mas que apenas se circunscrevem no espaço rural, ou noutras palavras, são atividades de caráter não agrícola. Citam-se como exemplos o hotel-fazenda, o turismo ecológico e a pesca esportiva. Na verdade, este setor corresponde a uma realidade européia que não pode ser transplantada e generalizada para o conjunto do Brasil. Em algumas poucas regiões, pode ser visível este setor, mas é impossível generalizar para todas as outras, como é impossível que este novo setor dê conta do enorme problema de desemprego e eliminação da pobreza no meio rural e da necessidade de aumentar o nível de renda dessa população.

Por sua vez, o diagnóstico socialista contrapõe-se ao diagnóstico da direita, apresentando outras premissas e objetivos de uma intervenção estatal na estrutura agrária. Entre as premissas que procuram evidenciar e desocultar a realidade do campo, conforme Sampaio¹³, destacam-se as seguintes:

¹² SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária e a luta pelo socialismo. In: *Caderno de Textos, Conferência Estadual da Reforma Agrária – o uso da terra e o desenvolvimento do Estado*. Porto Alegre, 2001, p. 15 – 23.

¹³ Idem, p. 15 -20.

- a) a dominação da produção agrícola pelo binômio agroindústria – grandes empresas agrícolas - não produzirá estrangulamento de oferta na economia, dado o atual perfil da distribuição de renda, mas não produzirá trabalho e renda suficiente à população rural. Na prática, agravará a dicotomia entre um setor tecnificado e altamente produtivo e outro que não consegue superar a mera economia de subsistência;
- b) a agricultura familiar, que conta com cerca de 5 milhões de unidades, tenderá a circunscrever-se a uma mera economia de subsistência, e os agricultores que estão nesta condição tendem a desaparecer;
- c) a falta de emprego, somada à falta de condições para viabilizar-se na agricultura familiar, provocará aumento do êxodo rural, com agravamento das condições de pobreza do campo e da cidade. No campo, com inchaço de áreas decadentes, abre-se perspectiva para o acréscimo da violência, que já está presente em várias situações. Na cidade, o crescimento das legiões de marginalizados;
- d) o predomínio das agroindústrias multinacionais na agricultura implicará o aumento da dependência econômica do Brasil e o comprometimento do abastecimento alimentar da população, em especial a de baixa renda. Ao lado da crescente sangria de recursos via remessa de lucros, royalties e outros pagamentos ao exterior;
- e) o Brasil não será uma nação independente e soberana enquanto persistirem populações excluídas ou vivendo de forma degradante.

Diante deste quadro da agricultura brasileira, é possível fixar objetivos para uma intervenção estatal no setor, em vista de um desenvolvimento equilibrado e socialmente justo e também da produção agrícola e da própria economia em seu conjunto. Na proposição de Plínio de Arruda Sampaio, são citados sete objetivos:

1. assegurar uma dieta alimentar adequada para 170 milhões de brasileiros;
2. gerar empregos produtivos na agricultura, visando a absorver toda a força de trabalho;
3. garantir aos produtores rurais um nível de renda adequado, com finalidade de buscar uma igualdade maior entre a população brasileira;

- 4.garantir soberania alimentar do país como meio de melhorar negociações e acordos internacionais;
- 5.criar um mercado interno de bens-salários, visando a expandir a produção com respeito à questão ambiental;
- 6.incrementar a produção com respeito à questão ambiental;
- 7.orientar e controlar a pesquisa e difusão de novas tecnologias como forma de combinar cultivos para o consumo interno com o cultivo para a exportação, ou seja, preservar a auto-suficiência alimentar e aumentar a renda do setor agrícola, adquirir divisas externas, como fator de impulso do crescimento econômico do país.(2001, p. 18)

Evidentemente, executar os objetivos acima citados desencadeará a reação e oposição do atual modelo agrícola, tendo à frente a facção capitalista que hoje domina a nossa agricultura, pois produzir alimentos em quantidades suficientes para alimentar toda a população e melhorar o nível de renda dos produtores diminuirá os patamares de lucros das agroindústrias e grandes empresas agrícolas. O aumento da produção em níveis necessários requer o cultivo de maior quantidade de terras e emprego em quantidade maior de mão-de-obra, o que não interessa às grandes empresas agrícolas, na medida em que aumentariam seus custos. Ainda cabe destacar que a produção ampliada de produtos alimentares não pode ser realizada com as técnicas atuais, ou seja, com os pacotes tecnológicos das agroindústrias, uma vez que causaria poluição e impacto ambiental insuportável. Implicaria uma produção em bases agroecológicas, popularmente mais “natural”, menos cara e não agressiva à natureza. Estas iniciativas subverteriam a lógica de funcionamento dominante das grandes empresas do setor. Esta proposta não é inteligível para os teóricos e ideólogos do “establishment”, porque para eles o desempenho da agricultura não leva em conta as necessidades do conjunto da população.

Na visão de Plínio de Arruda Sampaio¹⁴, como é evidente que existe uma “questão agrária”, só há um meio de resolvê-la, realizando a reforma agrária. Esta proposta implica a destruição do poder das forças que hoje dominam o mundo rural impondo uma dinâmica perversa. Ao mesmo tempo, substitui este poder sob o controle de outras forças capazes de imprimir uma dinâmica econômica e ambiental mais equilibrada e socialmente justa. Em outras palavras, trata-se de substituir as

¹⁴ SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária e a luta pelo socialismo. In: *Caderno de Textos, Conferência Estadual da Reforma Agrária – o uso da terra e o desenvolvimento do Estado*. Porto Alegre, 2001, p. 15 – 23.

forças sociais dominantes no campo por novas forças. A forma de eliminar o domínio hegemônico concentrado nas mãos das grandes empresas agrícolas e das grandes agroindústrias é fazer a distribuição, entre a população rural, de terras concentradas nas mãos de um reduzido número de proprietários. A extraordinária concentração da terra tem gerado uma população destituída de qualquer possibilidade de sobrevivência dependendo dos favores dos que têm muita terra.

Para vencer as relações de dependência e submissão do conjunto dos segmentos envolvidos, é preciso abrir as possibilidades de desenvolvimento produtivo e social no campo, quebrando a espinha dorsal do poder dominante: a concentração da propriedade da terra. Realizar esta tarefa, urge um projeto de reforma agrária na forma de uma intervenção direta e planejada do Estado com o apoio e mobilização decidido da massa rural para, em um curto período, desapropriar quantidades suficientes de terras. Mas, ao lado do processo expropriatório e dos assentamentos, é necessária a implantação de um novo modelo agrícola e econômico, equilibrado social e ecologicamente.

Entre as objeções dos opositores da reforma agrária, inclusive no campo popular, tem se levantado a tese da falta de apoio e mobilização popular favorável. O fato é que estão colocados dois cenários, ou seja, duas tendências decorrentes da situação atual do campo.

O primeiro é que o capitalismo agrário no país enfrenta e enfrentará com maior intensidade uma situação desagregadora que aponta para a barbárie. O desespero de populações inteiras completamente marginalizadas pelo modelo agrícola que partiram para os saques em armazéns e caminhões de alimentos. Ao mesmo tempo, organizações criminosas ligadas ao narcotráfico, intensificados em várias regiões, em especial nas zonas de fronteiras e no Nordeste do país. A tendência é que o crime organizado substitua a dominação do tradicional chefe político sobre as populações locais.

A outra força que desponta com muita combatividade é representado pelos trabalhadores rurais sem terra e os pequenos agricultores. Ambos se destacam por não possuírem traços corporativos; pelo contrário, apresentam uma proposta de organização no campo inserida num ideal de sociedade. Estes grupos, na sua maioria, são constituídos por membros expulsos do setor agrário familiar. As

mobilizações, em bora em proporções pequenas, possuem uma radicalidade forte, com ações de contestação no limite da legalidade, com repercussões nos setores médios das cidades. Os próprios desempregados urbanos têm se somado ao processo. Esta perspectiva de lutas e mobilizações no campo possui grandes potencialidades futuras, podendo constituir-se em pólo contestador do capitalismo agrário brasileiro. A contradição básica no campo brasileiro opõe, de um lado, grandes agroindústrias e grandes empresas agrícolas, e, de outro, a população rural sem terra ou com pouca terra. A única perspectiva de futuro para estes segmentos superarem a situação de miséria é a implantação de um novo modelo agrícola baseado em ampla distribuição de terra entre a população rural.

Há, ainda, mais uma objeção relativa à reforma agrária, que se relaciona ao seu caráter e natureza. Segundo estes críticos, não se pode denominar de socialista uma proposta que prevê a entrega de terras na forma de propriedades públicas familiares ou cooperativas, não prevendo a extinção de médias e grandes propriedades, inclusive reconhecendo-se os mecanismos do mercado capitalista.

Ora, conforme Sampaio¹⁵, a Reforma Agrária socialista clássica não admite nada disso. Pois a luta pelo socialismo “não exclui a concentração em objetivos que imediatamente e de forma direta não se relacionam com a revolução socialista”. O que importa, em termos de avanço na direção do socialismo, é que estes objetivos “representem soluções reais a serem dadas às contradições e promovam o progresso e o desenvolvimento histórico e não o seu entravamento por tentativas de conciliação e harmonização de conteúdos, o que representa a saída conservadora senão reacionária para os problemas sociais”. Enfim o que importa ver na reforma agrária são os desdobramentos futuros que ela possibilita.

A reforma agrária constitui uma questão central da transformação social do país, tanto no ponto de vista do seu efeito na economia como no ponto de vista do surgimento de forças sociais e políticas para a superação da dominação burguesa. Por isso, a propaganda, a divulgação didática e a politização das massas do campo e do meio urbano é vital para que estes segmentos incorporem em suas aspirações e plataformas de lutas a necessidade da reforma agrária.

¹⁵ SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária e a luta pelo socialismo. In: *Caderno de Textos, Conferência Estadual da Reforma Agrária – o uso da terra e o desenvolvimento do Estado*. Porto Alegre, 2001, p. 15 – 23.

Conforme o dirigente nacional e teórico orgânico do MST, João Pedro Stédile¹⁶, a forma como está organizada a produção e a propriedade da terra no Brasil revela um gravíssimo problema social. Mesmo que seja argumentado pelos opositores da tese da atualidade da questão agrária, que da produção na agricultura, em torno de 30% do PIB agrícola é exportado, que os índices de tecnologia agrícola são comparáveis a países desenvolvidos e que aqui implantou-se um complexo agroindustrial eficiente. Na prática estes fatores comprovam que se resolveu problemas apenas das elites e das classes dominantes. Trata-se apenas de um enfoque de classes, pois a forma como está organizada a produção no país, resolveu o problema das classes dominantes.

Do ponto de vista da classe trabalhadora e dos camponeses, os problemas na agricultura persistem e se agravam cada vez mais. Entre os problemas mais graves, destaca-se a enorme concentração fundiária, a grande ociosidade das terras cultiváveis, onde apenas em torno de 10% são efetivamente ocupadas para o cultivo agrícola. Agregam-se também os problemas cruciais da fome e do êxodo rural. De 1970-1990, mais de 30 milhões de brasileiros foram obrigados a deixar o meio rural. Somos um dos povos com maior índice de migração do mundo. Diante da opção do modelo neoliberal para a agricultura, estes problemas estruturais tendem a agravar-se.

1.3 Desafios da Reforma Agrária para o Brasil

Pelo que foi exposto anteriormente, a reforma agrária é muito mais do que uma política pública para o meio rural. Trata-se de uma intervenção direta do Estado no regime de posse e de propriedade da terra com finalidade de sua desconcentração e redistribuição. Na acepção de Frei Sérgio Antônio Górgen¹⁷, o núcleo central da reforma agrária em relação à política e operacionalização reside na questão fundiária. Pode-se afirmar que ocorre reforma agrária quando se mexe na propriedade concentrada da terra. A forma e a velocidade dependem e refletem a correlação de forças políticas e o estágio de luta de classes existente na sociedade.

¹⁶ STÉDILE, João Pedro. Ocupações: a estratégia mais eficaz para a reforma agrária. In: *Agricultura e sociedade: uma abordagem a partir do parlamento*. Comissão de Agricultura e Política Agrícola. Brasília, 1996.

¹⁷ GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Desafio da Reforma Agrária. In: *Caderno de Textos – Conferência Estadual de Reforma Agrária, o uso da terra e o desenvolvimento do Estado*. Porto Alegre, 2001, p. 25 – 27.

Na medida que os excluídos da terra estão na ofensiva e politicamente fortes, o número de latifúndios incorporados à reforma agrária é maior, com instrumentos mais punitivos aos latifúndios. Os protagonistas principais, ou seja, o sujeito histórico coletivo capaz de fazer andar a reforma agrária é o movimento social organizado pelos excluídos da terra, com base em sua inteligência estratégica, sua capacidade organizativa e de aglutinação de forças, bem como sua radicalidade e acerto nas ações de massa. Obviamente que a outra dimensão decisiva é a vontade política e a determinação dos gestores do Estado, que precisam adotar ações efetivas e com eficácia, técnica e política. Em síntese, para avançar um processo de reforma agrária, se implicam pressão social, decisão política e ação efetiva do Estado.

É inegável que o processo de transferir a posse e a propriedade da terra de uma classe à outra implicam conflituosidade social constante, inclusive demandas jurídicas complexas que envolvem desapropriações, regularizações fundiárias, aquisições por compra, por venda e por discriminatórias. Nesta trama, atuam os entes federados (União, Estados e Municípios) onde ocorrem as negociações e mediações políticas. Este processo de negociações e mediações liderado pelo Estado ao longo da história teve o objetivo de despotencializar o processo de reforma agrária. Um governo democrático-popular, ao contrário, deve organizar-se internamente no sentido de potencializar a luta social, acelerando a distribuição da propriedade da terra.

Conforme Görgen¹⁸, um processo consistente de transferência de terras para classes socialmente excluídas possibilita um conjunto de fenômenos e desafios mais amplos. O primeiro é o deslocamento massivo da população, instalando núcleos de povoamento em regiões até então despovoadas. Este fato pode dinamizar política e economicamente regiões que estavam estagnadas. Porém cobrará do Estado instalação de infra-estrutura de moradia, estradas, energia elétrica, água, educação e saúde. É um conjunto de ações especializadas e combinadas em várias áreas de ação do Estado, vários setores da ciência e tecnologia, diferentes políticas públicas, habilidades técnicas e profissionais diferenciadas, enfim, um conjunto de ações basicamente não agrícolas.

¹⁸ GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Desafio da Reforma Agrária. In: Caderno de Textos – Conferência Estadual de Reforma Agrária, o uso da terra e o desenvolvimento do Estado. Porto Alegre, 2001, p. 25 – 27.

Outro fenômeno concreto é a organização de novos núcleos urbanos formada por pequenos agricultores em regiões antes marcadas pela lógica latifundiária do vazio demográfico. Ou seja, produz-se um feito sociológico denominado região reformada que gera uma determinada reforma urbana, criando uma ou mais cidades. Estas regiões reformadas constituem unidades agrárias complexas e contraditórias, envolvendo oposições de classes, modelo agrícola e tecnológico, ocupação de espaço, como também de relação com o urbano, com processos de inclusão/exclusão e de relações com o poder público.

A reforma agrária, de acordo com Görden¹⁹, é acima de tudo, um processo de inclusão social organizada, onde a prioridade é a educação. Em várias situações individuais e coletivas, a educação, na perspectiva do resgate da cidadania, da inserção ou reinserção de populações excluídas, como produtores agropecuários e como gestores da produção primária e agroindustrial, dá ênfase às formas associativas e cooperativas. A prioridade secundária articulada com a primeira é a produção agropecuária. Em síntese, a reforma agrária possibilita novas bases culturais e produtivas nas regiões onde é implantada. As populações excluídas, agora de forma organizada nos assentamentos, iniciam um amplo processo de aprendizado e de produção de alimentos para si, com vistas a superar a própria fome e a fornecer abastecimento alimentar para a sociedade. Na medida que elas assumem a condição de produtores de alimentos para a sociedade, surgem as demandas para infra-estrutura rural em vista da produção, armazenagem, transporte, beneficiamento, industrialização e comercialização, assistência técnica e acesso ao crédito. Neste momento, entra-se propriamente na necessidade de políticas públicas tipicamente agrícolas que necessitam acontecer de modo diferente nas regiões com agricultura familiar consolidada.

1.4 O Latifúndio como problema para o Conjunto dos Brasileiros

Na verdade, a maioria dos problemas que existem na sociedade brasileira possui sua origem e causa no latifúndio. A realidade agrária brasileira aponta nosso país como o segundo com maior concentração de propriedade de terra no mundo.

¹⁹ GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Desafio da Reforma Agrária. In: Caderno de Textos – Conferência Estadual de Idem, p. 25-27.

Tem a existência do maior número de grandes latifúndios. Somente o Paraguai ocupa o primeiro lugar em nível mundial, mas os maiores proprietários de terras de lá são fazendeiros brasileiros. Por isso, a taxa de campeões do mundo em concentração de propriedade da terra, de fato pertence ao Brasil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em seu censo de 1996, aponta que quase a metade de todas as terras privadas, em torno de 45%, pertence a apenas 1% dos proprietários. Há em torno de 45 mil grandes latifundiários com áreas acima de mil hectares, inclusive alguns com várias propriedades nestas proporções. Ao mesmo tempo, em torno de 5 milhões de estabelecimentos, com dimensões menores, dividem o restante da terra. Mais de 4,5 milhões de famílias, mesmo trabalhando na agricultura, não têm direito à terra.

Conforme Stédile²⁰, a origem da concentração da propriedade da terra no Brasil remonta ao período colonial onde, de 1500 a 1850, todas as terras pertenciam à coroa. A coroa concedia grandes extensões de área na forma de concessões de uso para as famílias nobres que tivessem condições de contratar escravos e produzir para a exportação. As culturas principais eram a cana, o café, o cacau e o algodão. Ao lado das culturas voltadas ao mercado externo, estava a pecuária extensiva com objetivo da exportação do couro.

Diante de pressões capitalistas inglesas, da pressão da nova classe média brasileira que passa a viver nas cidades, da revolta dos próprios negros, e com o fato de os lucros do trabalho escravo tornarem-se incompatíveis com o preço do escravo, bem como o fato de a escravidão dificultar a formação de um mercado interno necessário ao desenvolvimento capitalista, conforme afirmação anterior, a escravidão, definitivamente, tornou-se insustentável. No contexto do movimento pela independência, em 1817, especialmente no Nordeste surgem amplas mobilizações com expressiva participação popular. Não se restringem às elites urbanas insatisfeitas com os pesados tributos; chega a se esboçar inclusive uma proposta do fim da ordem escravista. Em 1845, o Decreto de Aberdeen proíbe unilateralmente o tráfico de escravos. Os fazendeiros em geral não acatam a determinação, mas a burguesia comercial surge como uma aliada da causa

²⁰ STÉDILE, João Pedro. O Latifúndio é um problema para todos os brasileiros. In: *Caderno de Textos – Vol. II, Conferência Estadual de Reforma Agrária, o uso da terra e o desenvolvimento do Estado*. Porto Alegre, p. 29- 32.

abolicionista, pois pretende ampliar o público consumidor que passaria a pagar em dinheiro as mercadorias. Por isso, passa a mobilizar-se com o objetivo de enfraquecer a servidão e o processo de escravidão.

Neste contexto, o Imperador D. Pedro II criou a Lei nº 601, de 1850, que passou a denominar-se a primeira Lei de Terras. Com base nesta Lei somente poderiam ser proprietários de terras aqueles que tivessem condições de comprá-las da coroa. Assim, criou-se o direito à propriedade privada da terra mas que, na prática, impediu-se aos negros libertos e aos pobres em geral, por exemplo, que se transformassem em camponeses, mesmo na condição de pequenos proprietários, pois não possuíam dinheiro para comprá-las. Aqui, na acepção do sociólogo José de Souza Martins²¹, “a Lei de Terras representou um casamento entre o capital e a propriedade da terra no Brasil”. Esta Lei está em vigor até os dias atuais, pelo menos no seu princípio básico: transformar as terras num instrumento de mercado, ou seja, numa mera mercadoria.

Ocorre que no Brasil não se realizou a previsão do modelo teórico-clássico, que concede um papel e uma missão revolucionária para as burguesias nacionais, referente a questão agrária. Aqui a expressão capitalista estava e de certa forma está ainda, associada à expressão territorial. O próprio capital tornou-se proprietário de terras. Ao invés de proceder o processo de nacionalização e de reforma agrária tornou-se latifundista, ou seja, ocorreu a associação entre a propriedade da terra e o capital. O fator decisivo deste processo foram os incentivos fiscais para as empresas do Sudeste e do Sul em função de investimentos na região Amazônica. A justificativa baseava-se na suposta política de integração nacional, mediante a criação de colônias internas para o grande capital financeiro, industrial do Sudeste, como estratégia da política centralizadora, desenvolvimentista e modernizadora. De certa forma questionou-se e reduziu-se a influência das oligarquias regionais, centradas no poder pessoal dos proprietários de terras.

A política de incentivos fiscais foi criada em 1966 e tornada efetiva em 1973, mediante a desativação dos projetos de colonização oficiais na Transamazônica e, a

²¹ MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da Terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: *Os Camponeses e a luta política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

implantação de uma política de colonização via empresas particulares, representou a consagração da renda fundiária no processo de acumulação capitalista.

O consórcio entre a terra e o capital foi viabilizado através da tutela militar na região Amazônica. O regime militar subsidiou o capital sob justificativa de compensar os prejuízos da imobilização produtiva. Os subsídios e incentivos foram transferidos como um ônus de toda a sociedade.

Conforme Mitsue Morissawa²², no longo processo de abolição, que durou trinta e oito anos, pois envolveu várias etapas, como a Lei do Fim do Tráfico (1859), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei do Sexagenário (1885) e, por fim a Lei Áurea (1888). O governo imperial procurou criar as bases da substituição da mão-de-obra escrava pela dos imigrantes europeus. A Lei de Terras não possibilitou acesso à terra aos escravos nem aos imigrantes, pois permaneceram concentradas nas mãos dos latifundiários e de seus herdeiros. Foi a contrapartida para a abolição consentida. A Lei garantiu propriedade àqueles que já dispunham dela e de capital para adquiri-la. Com o fim da escravidão, era necessário introduzir mecanismos que tornassem o trabalho nas terras dos fazendeiros o único meio de sobrevivência. É importante destacar que a Lei de Terras, constitui a base jurídica para as grandes propriedades. Mesmo as formas tradicionais como co-propriedades, arrendamentos e ocupações acabam sendo extintas progressivamente. As terras não utilizadas voltam ao Estado, que passa a vendê-las a preços mais altos e não cria mecanismos que facilitem o acesso à pequena propriedade.

No período do regime militar (1964-1984), foi aprovada uma nova Lei de Terras, o denominado Estatuto da Terra²³. Mesmo tendo como princípio e motivação realizar a reforma agrária no país, democratizando a propriedade da terra, na prática ela foi distorcida e viabilizou aos capitalistas estrangeiros, bancos e grandes grupos econômicos o controle de grandes extensões de terras adquiridas a preços irrisórios e com grandes incentivos fiscais como forma de desviar o imposto de renda. Neste período as empresas multinacionais devem ter acumulado uma área em torno de 30 milhões de hectares. Somente os vinte maiores grupos econômicos brasileiros concentraram em suas mãos 12 milhões de hectares. A construtora CR Almeida

²² MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 71.

²³ MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a luta política no Brasil*. In: *Os Camponeses e a luta política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

acumulou quatro milhões de hectares no Estado do Pará, detendo, pois, uma área similar à da Bélgica, mas sem cultivar nada, usa apenas para fins de reserva de valor e exploração financeira. No capítulo seguinte realiza-se um detalhamento da política agrária do regime militar e as suas conseqüências.

A nossa herança colonial e escravagista impregnou profundamente as elites brasileiras até os dias de hoje. O sonho da maioria das famílias da elite brasileira é adquirir terras e fazendas como símbolo de prestígio social. Este fato se comprova com o ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso que, mesmo gozando de aposentadoria significativa, como inativo da Universidade de São Paulo, a USP/SP, decidiu adquirir uma área de 1.200 hectares no Planalto Central.

A concentração fundiária no Brasil é uma das maiores do mundo. Como já foi afirmado anteriormente, ela está na raiz e é a causa geradora de inúmeros outros problemas que afetam toda a sociedade brasileira. A conseqüência mais direta é a profunda desigualdade social. O Brasil é a sociedade de maior desigualdade social existente em âmbito mundial. Ao lado da desigualdade, possui uma das maiores concentrações de riqueza e de renda. É inegável que o latifúndio produz outros graves problemas que afetam as cidades brasileiras. Em destaque, pode-se citar o desemprego, a fome e a marginalidade social. O desemprego é fruto da concentração de riquezas. Se a terra fosse dividida, os pobres do campo teriam poder aquisitivo para comprar mercadorias de origem industrial, como vestuários, eletrodomésticos, veículos, ferramentas de trabalho e tratores. Esta demanda poderia impulsionar o setor de bens de consumo das massas e, em conseqüência, geraria muito mais empregos.

A fome que atinge de forma grave em torno de cinquenta milhões de brasileiros todos os dias também possui uma de suas origens na má distribuição de renda e na forma como são utilizadas as terras no Brasil. O latifúndio impõe que apenas 10% das terras sejam cultivadas. A maior parte da produção continua voltada à exportação e pecuária extensiva. Por sua vez, a marginalidade social, que gera um processo perverso de violência nas cidades, tem uma de suas origens no processo de êxodo rural que leva milhões de pessoas para as cidades, sem qualificação profissional, sem renda, sem trabalho, sendo vítimas do narcotráfico, do contrabando e dos pequenos roubos nas periferias das cidades.

O próprio Censo Agropecuário do IBGE de 1985 e 1996/7 não deixam dúvidas da grave concentração fundiária no país, conforme tabela 1, anexo 1. Os estabelecimentos de até 100 hectares perfazem em torno de 90% dos imóveis, mas a área que ocupam chega apenas a 20%. Por sua vez os imóveis de 100 a 1.000 hectares, perfazem 9% do total, mas ocupam 35% da área global. O mais grave são os imóveis com área acima de 1.000 hectares, que atingem apenas 1% do total mas ocupam uma área superior a 45% do global.

Chegamos ao patamar de 1% dos proprietários deter em torno de 45% da terra. Em outro extremo, em torno de 53% de todos os proprietários no país, detêm apenas 3% da terra. A tabela 2, anexo 1, com dados do próprio IBGE, aponta que o Brasil utiliza em torno de 14% de sua área agrícola, e mantém na ociosidade a maior parte das terras agricultáveis. O fato é que o processo de modernização capitalista dependente da agricultura brasileira, gerou uma dinâmica complexa, envolvendo o desaparecimento e redefinição de grupos e classes sociais, a formação de novas categorias sociais, a introdução de novos padrões produtivos industriais e relações de produção diferenciadas. Porém não resolveu, ao contrário aprofundou a crise do campo, aumentando a secular privatização e concentração fundiária, mediante a expropriação de camponeses, de indígenas e outros setores de pequenos agricultores, produzindo o êxodo urbano e o processo de migrações. Ao lado da crise agrária, agravou-se a crise agrícola, pois o incremento de novas áreas de cultivo, o aumento da produtividade do trabalho agrícola, mediante a mecanização e processos industriais, priorizou as culturas de exportação e os médios e grandes estabelecimentos agrícolas, em detrimento do enorme contingente e potencial da agricultura familiar.

Historicamente, no Brasil, a concentração da terra tem implicado concentração do poder econômico e do poder político. A constatação é clara e mostra que em todas as regiões de grandes latifúndios predominam os políticos conservadores, os processos de manipulação e aliciamentos do povo, a corrupção. Nas regiões onde predominam os minifúndios, o povo conseguiu um nível maior de organização, de consciência política e libertação da dependência e subordinação aos latifundiários. O desenvolvimento social e econômico atingiu, nos minifúndios, patamares satisfatórios.

Um fato muito importante destacado por Mitsue Morissawa:

o período do governo de Getúlio Vargas, em especial denominado Estado Novo (1937-1945), onde é promovida a legislação trabalhista, confirmando um conjunto de direitos históricos aos trabalhadores urbanos, através da Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT. Os trabalhadores rurais, mesmo perfazendo mais de 60% dos brasileiros, foram solenemente ignorados. A grande maioria da população vivia no campo em sistemas de parcerias, colonato e meação, ou seja, vivia do que plantava e criava, pois não tinha poder aquisitivo para comprar as mercadorias produzidas pela indústria. Todas as propostas defendidas pelos tenentistas, como as de distribuição de terras, legislação que protegesse os trabalhadores rurais e ocupação das terras devolutas em regime de pequenas propriedades, não foram implantadas, porque predominaram os interesses dos grandes proprietários que formavam a base de apoio ao governo de Getúlio Vargas. (2001, p. 81-82)

Fazendo referência a José de Souza Martins, Morissawa²⁴ destaca o caráter político conservador e retrógrado das elites e da burguesia brasileira que preferiu a função de sócia menor e subordinada do capital estrangeiro, não realizando o processo da revolução nacional e democrática.

Aqui a burguesia industrial brasileira nunca foi politicamente participativa e vigorosa. Nunca teve uma consciência de classe que a tornasse protagonista decisiva dos destinos do país. Ou seja, aqui não se concretizou um processo semelhante ao da Europa e, de certa forma, ao dos Estados Unidos. Aqui não houve a existência de um conflito histórico significativo entre os industriais e os grandes proprietários de terras no sentido de estes tornarem imprescindíveis as reformas sociais e políticas, em especial a reforma agrária, visando, no fundo, a transformar o país num Estado moderno.

No Brasil a estrutura de latifúndio consolida uma rede de subordinação entre proprietários e arrendatários e, destes com a Coroa. Esta situação confere prestígio aos proprietários, que exercem grande poder sobre os homens livres e escravos. O fato é que há uma co-existência entre o poder central da monarquia e uma estrutura de forte poder regional baseada nos donos de terras, que mantêm relações de clientelismo e coronelismo com os camponeses. Pode-se afirmar que, historicamente, a unidade territorial brasileira é um produto do poder central forte,

²⁴ MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 81-82.

que acabou debilitando politicamente a nação submetida aos poderes regionais internos e, ao mesmo tempo à pressão estrangeira. O regime político e o regime da propriedade da terra formavam uma unidade.

O latifúndio e as grandes fazendas como causa de estagnação econômica e de produção de miséria são percebidos inclusive pelo Tenente General Francisco José de Souza e Andrés²⁵, Presidente da Província do Rio Grande, que em seu informe à Assembléia Legislativa em 1849, afirma:

Um grande obstáculo na Província, que prejudica o desenvolvimento da agricultura e da população é a existência de grandes fazendas, ou seja, grandes 'desertos', ocupados apenas com a criação de gado, sendo expulsas famílias desamparadas, que não têm onde ir. Os donos de sesmarias, possuem várias léguas de terras improdutivas. Uns poucos fazendeiros vizinhos possuem extensões maiores do que alguns estados da Alemanha. As famílias pobres andam vagando pedindo abrigo. (p. 58)

²⁵ COGGIOLA, Osvaldo. Brasil: a questão agrária e a luta do MST. In: PERICÁS, Luiz Bernardo e BARSOTTI, Paulo (Orgs.). *América latina – história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.

2. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

A opinião pública em geral e o senso comum em particular não conseguem fazer a interpretação correta do processo de luta pela terra no Brasil. Diante de notícias nos meios de comunicação social, envolvendo ocupações de terras e conflitos agrários com presença das forças públicas policiais, é comum a reação com curiosidade, preocupação, como se fosse um fato isolado ou culpa dos agitadores.

Na verdade, conforme Stédile e Frei Sérgio²⁶ a luta pela terra no Brasil remonta aos portugueses que ocuparam nosso país. O domínio e posse da terra estão inseridos no contexto de formação das classes sociais e do poder econômico e político em nossa sociedade. O conflito foi uma característica permanente na questão fundiária brasileira.

Numa abordagem sintética, pode-se afirmar que até 1850 as terras pertenciam à Coroa, ao Rei, que realizava o processo de distribuição da posse na forma de grandes extensões aos seus amigos, as sesmarias. Obviamente, as medidas anteriores implicavam na dominação e massacre dos povos indígenas, verdadeiros donos/proprietários das terras, conforme Kern²⁷. A estimativa, na chegada dos portugueses, remete a existência de 5 milhões de indígenas. Hoje restam em torno de 250 a 300 mil. A monarquia portuguesa, além do massacre indígena, enfrentou a revolta dos negros que não aceitaram a escravidão, passando a ocupar áreas livres, onde foram organizados os quilombos. Os brancos e proprietários de escravos não conseguiam ter acesso a estas áreas para recapturarem os fugitivos. Neste mesmo período, estima-se que Portugal possuía em torno de 1 milhão de habitantes.

²⁶ STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

²⁷ KERN, Arno. *América 1992 – 5 séculos de história – 500 anos de lutas*. Prefeitura Porto Alegre, 1992, p. 3-6.

Para os indígenas, evidentemente, a terra era de todos, não existindo a propriedade privada. O trabalho era dividido entre toda a comunidade, assim também tudo o que era produzido, caçado, pescado e coletado. Por isso, não se gerava excedente de produção, não havia o comércio. A natureza constituía-se como uma verdadeira fonte de vida. Os povos indígenas, no Brasil, possivelmente sofreram o maior genocídio da história. Foram tornados escravos e obrigados a trabalhar, a esconder seus corpos, a adorar um deus estranho, ou seja, foi-lhes imposta uma verdadeira invasão e violência cultural.

Antes da colonização os grupos e comunidades indígenas haviam desenvolvido formas de adaptação e culturas próprias. Os objetivos do processo de colonização estiveram voltados à obtenção de riquezas e, simultaneamente à “salvação das almas indígenas”, através dos missionários. Ocorre que ao lado da violência, impõe-se um gradual processo de integração forçada. Em outros termos, combinou-se uma estratégia de guerra de extermínio, com formas de colaboração indígena junto aos brancos através das forças de trabalho de seus braços. Na concepção da antropologia cultural, operou-se um processo de transculturação mediante o contato da sociedade ibérica e os grupos indígenas americanos. Porém evoluiu-se para um amoldamento e adaptação à cultura ibérica.

A justificativa para este processo de violência contra os indígenas tinha como pressuposto a tese de que os nativos não eram efetivamente seres humanos. Por isso, as denominadas “guerras justas” eram legalmente permitidas, com a finalidade de tornar os indígenas na condição de cativos. Somente no século XVI, a Igreja, através do Papa Paulo III, numa espécie de auto-crítica, promulga a Bula *Veritas Ipsa*, que estabelece restrições ao processo de escravidão dos indígenas, propondo que os mesmos sejam conquistados através da pregação da palavra divina e do exemplo de vida.

A apropriação do território brasileiro pelos portugueses, conforme Morissawa²⁸, se deu na forma de colonização de exploração, com objetivo de retirar da Colônia tudo o que ela oferecia. Até 1532, o Brasil não passava de um ponto de escala para os navios portugueses a caminho das Índias. As feitorias, organizadas no litoral, eram pequenas bases militares, onde se armazenavam alimentos,

munições e ferramentas. Os comerciantes portugueses retiravam de nosso território aves raras, peles de animais desconhecidos e, especialmente, o pau-brasil. Mediante autorização do Rei, pagavam impostos sobre tudo o que levavam daqui. Na medida que outros países europeus descobriam o caminho das Índias, Portugal perdia a exclusividade no comércio com o Oriente. Os portugueses, então, começavam a declinar. Urgia encontrar outras fontes e, principalmente, mecanismos de controle na Colônia sob a ameaça de outras nações. Assim Portugal envia especialistas para cá, objetivando estudar e conhecer melhor o território, para explorá-lo e defendê-lo.

Neste contexto são organizadas as capitanias hereditárias. Cada uma delas é entregue, em caráter de concessão, a nobres portugueses, os denominados donatários, com a condição de que a explorassem e pagassem impostos à Coroa. As terras em tese não foram doadas. Elas continuaram a pertencer à Coroa portuguesa até 1822, período colonial, e depois no Império até 1850. Os donatários não podiam vender as capitanias, mas tinham autorização de entregar parcelas de terras às pessoas que desejavam produzir. Estas áreas de terras eram as sesmarias.

O processo de ocupação começa a se agilizar na medida em que é constatada a existência de clima quente e úmido e o solo próprio para o cultivo da cana-de-açúcar. A partir deste fato, os nobres e comerciantes decidem vir para cá a fim de instalarem os engenhos de açúcar. Assim, deixamos de ser uma mera escala comercial e passamos a uma economia agroexportadora a serviço de Portugal. Na divisão internacional do trabalho, passamos a ser fornecedores de produtos primários, como o pau-brasil, madeiras de lei e de açúcar, para a Metrópole portuguesa que, por sua vez, nos fornecia produtos manufaturados.

A regra comercial era clara: somente podíamos comercializar com Portugal. O açúcar que não era consumido pela Colônia era vendido para Portugal ao preço que a Coroa fixava. Na seqüência, revendiam para outros países europeus, ganhando muito dinheiro. A condição de Colônia de Portugal impõe como condição somente vender a Portugal e dele comprar, mediante, é claro, as condições de preços e

²⁸ MORISSAWA, Mitsue. Em terras brasileiras. In: *A história pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

impostos fixados por este. Além do mais, Portugal proíbe o processo de desenvolvimento próprio, através do incremento da indústria. No século XVII, com o objetivo de não perder o controle sobre o nosso território para outros estrangeiros, Portugal alia-se à Inglaterra, o que nos torna dependentes desta grande potência da época.

É importante registrar que as capitânicas hereditárias consistiam em quinze faixas de terras que variavam de 150 a 600 Km de largura, indo do litoral até o interior, atingindo a linha imaginária de Tordesilhas. Os donatários que deviam povoá-las e explorá-las com recursos próprios, governando-as em nome da Coroa, também deviam propagar a fé católica. Possuíam o direito de aprisionar índios e estavam livres de pagar tributos sobre a venda de pau-brasil e de escravos. A maioria das capitânicas não prosperaram por falta de recursos ou desinteresse dos donatários. Ao final do século XVI, apenas as de Pernambuco e de São Vicente apresentavam algum nível de progresso mediante o cultivo da cana-de-açúcar. Elas foram sendo, progressivamente, retomadas pela Coroa, até serem extintas em 1759.

Por sua vez, nas sesmarias, os sesmeiros tinham o direito de posse, mas o Rei, em Portugal, possuía o domínio. Como já foi afirmado anteriormente, o sesmeiro não detinha o direito de propriedade. Ele podia usar para produzir mediante prazo fixado. Se não fosse utilizada para produzir, o Rei poderia dispor da área e concedê-la a outras pessoas. As benfeitorias pertenciam aos construtores das mesmas. Até o século XVIII, não podiam receber sesmarias os hereges, os índios, os negros, os mouros e os judeus. Portanto os beneficiários das sesmarias eram os brancos, os denominados puros de sangue, e os católicos. Em 1822, com o processo de independência do Brasil, foi suspensa a concessão de terras de sesmaria.

A partir de 1825, a Coroa inicia o processo de colonização através do emprego de agricultores pobres europeus, especialmente alemães e italianos. Eram atraídos para o Brasil mediante a promessa de obterem terras. Foram fixados em áreas ainda não utilizadas, em especial na Região Sul e Sudeste do país. Muitos acabaram indo trabalhar como parceiros em grandes áreas de São Paulo. Todos estes passaram a ser denominados “colonos”. Em 1850, com a decretação da primeira lei sobre o uso das terras, a chamada Lei de Terras, passa a ser permitida a propriedade privada da terra aos fazendeiros, na condição de que pagassem certos

valores à Coroa. Assim, aumentam as disputas pela posse e registro das terras. As pessoas mais ricas conseguem legalizar e comprar imensas áreas de terras, pois representavam uma forma de poder econômico e político. A partir de 1888, com o processo de abolição da escravatura, a denominada Lei Áurea, os milhares de trabalhadores negros passam a ter uma vida autônoma. Mas, praticamente, ninguém possuía recursos para adquirir terras.

2.1 A Luta pela Terra no Período de 1850 a 1964

Os analistas e estudiosos das lutas pela terra no Brasil do período que inicia em 1850, procuram classificá-la em etapas distintas. Esta classificação é adotada por Stédile e Frei Sérgio²⁹, sendo que a fase que vai de 1850 a 1940 é classificada como de lutas “messiânicas”, isto é, todas as lutas desta fase sempre tiveram um líder, uma espécie de “messias”, que baseava sua liderança na confiança religiosa. Os movimentos mais importantes neste sentido, com grande repercussão nacional, foram os de Canudos, na Bahia, de 1870-1897, tendo na liderança Antônio Conselheiro; o de Contestado, em Santa Catarina, de 1912-1916, tendo como líder o monge José Maria. Em ambos os movimentos, envolveram-se milhares de camponeses pobres e foram derrotados em suas reivindicações somente após repressão brutal de tropas federais da época. Nesta caracterização da luta pela terra, com dimensão religiosa/messiânica, também está relacionado o movimento do Padre Cícero, no Ceará, em 1930-1934. Ao lado, com grande importância social e política, está o movimento liderado por Lampião, no Nordeste, de 1917-1938, embora alguns historiadores o classifiquem como um mero fenômeno do banditismo social. Mas, na verdade, sua luta estava inserida na disputa pela terra na região.

Nas considerações de Clóvis Moura³⁰, as versões que predominam sobre este período, tendem a caracterizar estas manifestações e lutas, como basicamente reflexo de religiosidade popular ou, simples episódio de misticismo, onde populações sertanejas expressam seus sentimentos de fanatismo religioso. Portanto, tende-se a resumir tudo ao messianismo e ao fanatismo religioso. Ou no máximo como

²⁹ STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

³⁰ MOURA, Clóvis. *Sociologia Política da Guerra de Canudos – da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão popular, 2000. (Capítulo I e II)

manifestação de heroísmo de seus habitantes, que lutaram abnegadamente, até o último homem, como a defesa de um “falso direito” nas expressões de Rui Barbosa.

A consequência desta abordagem, acaba apontando os líderes, como é o caso da Guerra de Canudos e do Contestado, como pessoas exóticas, loucas e dominadas por complexos patológicos. A massa que os segue, passa a ser classificada como ignorante, fanática e possuída por fantasias alucinatórias. Estes movimentos são enquadrados como pré-políticos, como uma patologia social ou, como formas arcaicas de movimento social, como banditismo social, como milenarismo, ou seja, tudo fora dos padrões normativos e ideológicos, que permita serem reconhecidos como movimentos políticos.

Tomando-se como exemplo a Guerra de Canudos, efetivamente, constitui-se num dos movimentos sociais mais significativos da América do Sul. Na prática possui um conteúdo de protesto organizado com o objetivo de reordenar as relações sociais no campo. É evidente, como viés ideológico possível e compatível com a época e as circunstâncias. O seu aspecto social e político reflete-se no grau de contradições e antagonismos nas relações sociais do setor agrário, envolvendo os grandes latifúndios e as massas camponesas exploradas no interior do nordeste brasileiro.

No entendimento de Clóvis Moura³¹ todos os movimentos que desejam mudanças sociais são movimentos políticos, apesar do fato de seus agentes coletivos não terem total consciência disto. O que vale e determina é o nível de consciência social de cada um e as propostas subseqüentes para as mudanças projetadas. O fato de o Estado enfrentar militarmente a população de Canudos, acaba atribuindo ao grupo de Antônio Conselheiro um caráter político, sendo seus membros classificados de monarquistas e combatidos como se fossem subversivos da República.

De fato, existem vários tipos de messianismos e o que importa é analisar o projeto social e os interesses que defendem. Assim, Antônio Conselheiro opõe-se a ordem e à estrutura latifundiária. Por sua vez, o Pe. Cícero coloca-se em submissão e apoio à ordem latifundiária.

³¹ MOURA, Clóvis. *Sociologia Política da Guerra de Canudos – da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão popular, 2000. (Capítulo I e II)

A segunda fase da luta pela terra neste período tem sido caracterizada como de “lutas radicais localizadas”, ocorridas de 1940 a 1955. Aconteceram muitas revoltas populares em diversos estados brasileiros. A maioria dos conflitos aconteceram em torno da problemática da valorização das terras em regiões onde passavam estradas ou onde ocorriam processos de urbanização. O fato é que os posseiros viviam há muitos anos nestes locais, mas não possuíam os títulos de propriedade. Por esta razão, os grandes fazendeiros e empresas tentavam apoderar-se de suas terras, produzindo-se grandes e violentos conflitos, inclusive de forma armada. Entre os conflitos destacam-se: a) a luta dos posseiros de Teófilo Otoni – MG, de 1945-1948; b) a revolta de Dona “Nhoca”, no Maranhão, em 1951; c) a revolta de Trombas e Formoso, em Goiás, de 1952-1958; d) a revolta do Sudoeste do Paraná, em 1957; e) e a luta arrendatária em Santa Fé do Sul, em São Paulo, em 1959.

Estas lutas, apesar de localizadas, tiveram caráter de massa e envolveram milhares de pessoas. Em certos casos, como no Paraná e no Maranhão, atingiram um patamar de grande significado político e de controle camponês sobre áreas liberadas, como a tomada de cidades e implantação de poderes paralelos.

A terceira fase, que vai de 1950 a 1964, consistiu no surgimento de movimentos de camponeses organizados. Três organizações tiveram destaque na luta camponesa. As Ultabs - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, constituindo-se numa espécie de associação de lavradores que se organizavam em nível municipal, estadual e nacional, com forte influência do Partido Comunista Brasileiro, o PCB. A implantação maior foi em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. As Ligas Camponesas nasceram da luta dos engenhos de Pernambuco, em 1954, e constituíram-se num movimento de caráter massivo e radical na luta pela reforma agrária. O centro de ação foi na Região Nordeste e adotava o lema: “Reforma Agrária na lei ou na marra”. Conquistaram diversos engenhos e tiveram grande influência na eleição do governador Miguel Arraes, em Pernambuco. Ao mesmo tempo, exerceram enorme pressão sobre o governo Goulart para que aprovasse uma lei de Reforma Agrária.

Por sua vez, o Máster – Movimentos dos Agricultores Sem Terra - teve uma atuação mais específica no Rio Grande do Sul, com grande influência do Partido

Trabalhista Brasileiro, PTB, e do ex-governador Leonel Brizola, que motivava os camponeses gaúchos a ocuparem terras que pudessem ser objeto de desapropriação, exercendo um papel importante no contexto da época.

Ainda numa tentativa de caracterizar os grandes períodos e etapas da luta camponesa pela terra no Brasil, Clóvis Moura³² propõe três períodos, na forma de módulos básicos: 1) a luta dos escravos formando quilombos, com uma economia e uma cultura paralela, que dura até o fim da escravidão, mediante a experiência de Palmares; 2) após Palmares e a Cabanagem no Pará, até os movimentos de Canudos e Contestado. Nestas experiências as massas camponesas procuram formar comunidades alternativas para subsistir paralelamente ao modelo capitalista no campo. De certo modo buscam criar um modelo de Poder Paralelo ao da sociedade maior; 3) a experiência das Ligas Camponesas como um fenômeno que se processa dentro de uma dinâmica bem diferente. Busca-se unir o direito do homem do campo a uma força do Estado que obrigue a que esse direito já existente passe a ter função e seja cumprido. Na prática propõe um papel integrativo, isto é, busca-se uma legitimação social e jurídica, e não criar um direito alternativo. A perspectiva maior é implementar uma reforma maior dentro da ordem capitalista.

Em resumo, os movimentos anteriores às Ligas Camponesas possuíam um caráter revolucionário e, as Ligas possuem um caráter reformista, mas isto não lhes tira o seu mérito e a sua importância dentro de uma análise sociológica coerente. Mesmo buscando realizar a reforma agrária dentro da ordem capitalista, adotavam formas de lutas e palavras de ordem fortes e incisivas, como a defesa de que a Reforma Agrária deveria ser executada “na lei ou na marra”. Porém os setores da ordem oligárquico-latifundiária conjuntamente com o capital externo, não permitiram essa mudança e, em ampla aliança com as forças conservadoras internas e externas, executaram o golpe militar de 1964.

2.2 A Política Agrária do Regime Militar – 1964-1984

Com o golpe militar de março de 1964, implantou-se um governo ditatorial que passou a reprimir violentamente todos os movimentos camponeses, sob o pretexto

³² MOURA, Clóvis. *Sociologia Política da Guerra de Canudos – da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão popular, 2000. (Capítulo I e II)

da ameaça comunista. Além de prenderem as principais lideranças, muitas foram exiladas e centenas assassinadas. O clima de terror e medo tomou conta do país. O simples fato de se falar em reforma agrária era sinônimo de longas prisões.

Infelizmente, os registros históricos deste período não destacam com propriedade o processo brutal de violência cometido pelos latifundiários contra os camponeses organizados em sindicatos, nas Ligas Camponesas ou no Máster. Tudo sob a conivência dos militares. A violência foi tão intensa que as três organizações foram destroçadas. Persistiram apenas alguns sindicatos que passaram a ter um caráter basicamente assistencialista. Função esta estimulada, explicitamente, a partir de 1971, quando o governo do General Médici criou o Funrural para a previdência no meio rural, onde as atividades burocráticas e assistenciais foram deslocadas para dentro das entidades sindicais. A influência desta medida faz-se sentir até os dias de hoje, quando muitos sindicatos são confundidos pelos trabalhadores com escritórios do Funrural.

Assim a década de 60 termina com uma espécie de “paz” nos campos. Mas, na verdade, trata-se de uma paz de cemitérios. Milhares de trabalhadores rurais, especialmente do Nordeste e do Sul, que sonhavam com a reforma agrária, viram seus sonhos acabarem sob o tacão dos militares. A saída foi, de forma individual, aderir à propaganda da colonização na região Amazônica, onde se prometia terra em abundância, às margens de grandes rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho. Milhares de trabalhadores chegaram à Amazônia, no início da década de 70, mas os problemas foram imediatos: faltaram estradas, condições para produzir, assistência social. Era um abandono total. Entre os problemas, um que se destacou foi a questão dos incentivos fiscais do governo, concedidos aos fazendeiros e empresas do Sul que passaram a comprar títulos de terra na região Amazônica. Porém muitas destas áreas já estavam ocupadas por trabalhadores, por posseiros. A maioria não possuía o título de propriedade da área onde vivia e trabalhava há muitos anos, caindo, por isso, as terras nas mãos dos fazendeiros e das empresas.

Diante deste fato, surge um novo tipo de luta pela terra, que consiste na resistência dos posseiros contra a ação dos fazendeiros e empresas que precisavam expulsá-los de suas terras. Os conflitos passam a ter grande envergadura, a maioria deles com mortes, queimas de plantações e das casas dos posseiros. Estes

defendiam -se da maneira que fosse possível, numa conjuntura de forte repressão, de censura à imprensa e proibição das organizações dos trabalhadores. O trabalho da Igreja Católica teve grande importância a partir da organização da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, em 1975, na assessoria, no apoio e no processo de denúncia das arbitrariedades contra os camponeses.

Entre os instrumentos criados pelo regime militar para coordenar sua política agrária, destacam-se a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, denominada Estatuto da Terra e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o IBRA . O Estatuto da Terra surge em resposta à demanda por terra e como forma de enfrentar os conflitos sociais agrários.

De 1965 a 1981, foram realizadas, em média, apenas 8 desapropriações anuais, apesar de terem ocorrido, em média mais de 70 conflitos agrários por ano. As poucas desapropriações que ocorreram tiveram a finalidade de diminuir ou desarticular os conflitos por terra ou realizar os projetos de colonização. Embora o Estatuto da Terra possuísse definições técnicas e conceituais progressistas, na prática tornou-se um instrumento nas mãos do regime militar para promover a modernização tecnológica das grandes propriedades e, como afirmamos, para promover a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais. Neste período, grandes extensões de terras públicas da região Amazônica foram entregues a grupos empresariais nacionais e também multinacionais.

O processo de modernização em curso na época, na agricultura e na economia em geral, conviveu com as formas tradicionais de trabalho, com total desprezo aos direitos trabalhistas e previdenciários, ao ponto de provocarem, o ressurgimento do trabalho escravo no campo. Uma destas formas é o fenômeno da peonagem, que consiste na escravidão por débitos dos trabalhadores junto às empresas e proprietários rurais. Os trabalhadores eram submetidos à clandestinização do trabalho. São as relações arcaicas, simultaneamente convivendo com as relações cada vez mais modernas do processo de robotização e do modelo toyotista de organização do trabalho.

A política efetiva dos governos militares foi representada pelos projetos de colonização³³: nas palavras do General Médici era necessário “levar homens sem terra para terras sem homens”. De 1970 a 1974, principal período de colonização, o INCRA administrou dois projetos: o Projeto Integrado de Colonização – PIC, que promovia o assentamento, prestava alguma assistência técnica e algum empréstimo em dinheiro aos colonos. Estava voltado ao povoamento do eixo da rodovia Transamazônica. Foram organizadas agrovilas em Altamira e Marabá, no Pará. Já o Projeto de Assentamento, o PA, consistiu num tipo de assentamento sem assistência técnica e financeira. A preocupação era demarcar as áreas de cada família e fornecer os documentos de propriedade.

A proposta de proteger a imensa área amazônica coberta por florestas e cortadas por imensos rios contra a penetração estrangeira era bastante antiga. Mas a estratégia dos militares envolvia a proteção das grandes propriedades em relação aos sem terra. Ocorre que a região já estava entregue às empresas internacionais e nacionais que faziam grandes investimentos, com base nos incentivos oficiais. Esta política ignorava a existência de populações indígenas e caboclos, e inclusive urbanas, na região.

Os principais projetos governamentais estiveram relacionados às rodovias, usinas hidrelétricas e minérios, conjuntamente com os projetos privados gerando uma enorme apropriação e expropriação de terras. Um grande contingente de tribos indígenas e de posseiros perdeu as terras e suas vidas nesse processo. Algumas propriedades constituídas atingiram uma área maior do que alguns estados brasileiros ou de muitos países.

Alguns exemplos comprovam esta situação. O Projeto Jarí, do norte-americano Daniel Ludwig, atingiu 1,5 milhão de hectares. A Companhia Vale do Rio Cristalino, do Grupo Volkswagen, no sul do Pará, concentrou 140 mil hectares. A Suiá-Missu, atualmente propriedade dos italianos Liquifarm, chegou a 700 mil hectares. Outros grupos econômicos-financeiros concentraram enormes áreas, com destaque ao Bradesco, Bamerindus, Tamakavy, Sadia, Camargo Corrêa, Frigorífico Atlas, Drury's Amazônica, Geórgia Pacific e Tomoyenka.

³³ MORISSAWA, Mitsue. Em terras brasileiras. In: *A história pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 95–106.

Os grandes projetos agropecuários e minerais na região amazônica representam grande impacto ambiental com graves conseqüências ao ecossistema. Os processos de desmatamentos rápidos lançaram mão dos desfolhantes químicos. Os principais prejudicados nesse processo foram vários segmentos do campo, os pequenos e médios proprietários, os posseiros, os seringueiros e castanheiros, e, em especial, os milenares habitantes da região: os indígenas. Muitas tribos perderam suas terras ou tiveram suas áreas diminuídas, outras foram deslocadas. Muitas foram contagiadas por doenças dos conquistadores ou transformadas em mão-de-obra barata pelos fazendeiros ou, o que é mais grave, assassinados por garimpeiros e grileiros.

Os garimpeiros foram incorporados pelas grandes empresas de mineração. Os pequenos agricultores absorvidos pelas grandes empresas agropecuárias. Os sem terra e os peões passam a viver em condições de semi-escravidão, com o fenômeno da peonagem, como afirmou-se anteriormente. Os posseiros foram expulsos de suas pequenas roças. Por sua vez, os seringueiros e castanheiros entraram em conflito aberto com as empresas madeireiras, lutando para preservar as florestas, na medida que constituíam fonte de sua subsistência.

A partir de 1974, os projetos de “ocupações” oficiais são abandonados pelo governo Ernesto Geisel, priorizando os processos de colonização através das grandes empresas privadas com apoios diretos, dos enormes incentivos fiscais, financiados indiretamente por toda a sociedade. Os escândalos e a corrupção praticados por estes mecanismos marcaram profundamente o período.

Os conflitos por terra em toda a região de colonização, cresceram na forma de conflitos abertos e muita violência. Em 1982, é criado o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, colocando um militar na coordenação e atribuindo um caráter claramente policial para a questão agrária no país. O Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, o GETAT, e o Grupo Executivo do Baixo Amazônia, o GEBAM, foram órgãos criados para atuarem nas áreas de conflitos e fazer o contraponto à ação da Igreja, que através da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, assistia e acompanhava aos posseiros em litígio na região.

O GETAT e o GEBAM foram expressão concreta do processo de militarização da questão fundiária no período, pois atuavam como escritórios de

administração de conflitos e prisão de camponeses revoltosos na Região Norte e Centro-Oeste, onde agricultores sem perspectivas em seus estados de origem, migravam para novas fronteiras agrícolas. No sul do país, o processo de modernização agrícola atingiu fortemente os pequenos agricultores, onde muitos acabam optando pelos projetos de colonização, e outros vão para as periferias das cidades, na busca de empregos ou subempregos. Mas também retomam o processo de organização e mobilização que vai culminar mais adiante no surgimento do MST.

De acordo com José de Souza Martins³⁴ é importante destacar o trabalho intenso da Igreja Católica nos anos 60, em prol da sindicalização dos trabalhadores rurais, tendo como motivação principal o anti-comunismo, mas igualmente visando o ingresso dos trabalhadores rurais no mundo capitalista, na perspectiva do mundo da igualdade jurídica dos direitos civis. Neste mesmo período o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, através das ligas camponesas e sindicatos sob sua influência, exerce importante trabalho na organização dos trabalhadores rurais. A Igreja, ou boa parte dela, apoiou o golpe militar de 1964, condenando o governo Goulart pela sua suposta ação comunista, inclusive participando das “marchas da família, com Deus, pela liberdade”. A convicção da Igreja é que o regime militar realizaria reformas sociais impossíveis num regime aberto e democrático. A intenção era quebrar “o círculo vicioso do poder”, mantido pelos grandes proprietários e oligarquias que representavam o atraso ao processo de modernização e desenvolvimento. Neste contexto a Igreja evolui de sua posição intransigente em defesa da propriedade, para apoiar modificações legais possibilitando desapropriações por interesse público, e que terras fossem pagas com títulos públicos, mais tarde os títulos da dívida agrária. O Estatuto da Terra seria o instrumento para a reforma agrária. Na prática transformou-se no instrumento de transição para as empresas rurais, em detrimento aos minifúndios e agricultura familiar.

A Igreja logo constata o engodo do regime militar, que se associa ao capital estrangeiro, passa a reprimir abertamente os movimentos sociais e suas lideranças. Em 1968, ocorre o “golpe dentro do golpe” com o Ato Institucional nº 5, onde centenas de lideranças religiosas são reprimidas, perseguidas, torturadas e, inclusive, assassinadas. De 1968-1978, 122 religiosos, padres, seminaristas, e

³⁴ MARTINS, José de Souza. Libertação na terra dos aflitos. In: *Caminhada no chão da noite – emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hocitec, 1989.

bispos foram detidos ou presos, sendo que sete padres são assassinados. Outro resultado objetivo, conseqüência direta da política agrária e agrícola do regime militar, foi a enorme concentração fundiária. Em 1980, 50,4% dos estabelecimentos rurais possuíam menos de 10 hectares, porém totalizavam apenas 2,4% das terras do país. Enquanto apenas 0,9% dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares chegavam a atingir 45% da área total. Em 1975, 54% dos 228 milhões de hectares de terras aproveitadas eram destinadas exclusivamente às pastagens.

A partir dos trabalhos das pastorais sociais, em especial as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs e a CPT, a Igreja promove os encontros da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em seus organismos regionais, como a Comissão Episcopal Nordeste I, em 1970, tendo na liderança Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, quando é denunciada a ação dos fazendeiros e políticos locais contra os trabalhadores rurais e posseiros. Em 1973, no Nordeste e no Centro-Oeste no mesmo dia, dois documentos contundentes são publicados. No Nordeste: “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo” e, no Centro-Oeste: “Marginalização de um Povo: o Grito das Igrejas”. Ambos os documentos fazem fortes críticas ao desenvolvimentismo e às precárias condições e marginalização dos trabalhadores rurais, como conseqüência direta do latifúndio. A mensagem central que é anunciada na forma de denúncia: ‘os trabalhadores lutam e trabalham, mas os ricos ficam mais ricos’. As leis são impostas pelos patrões e contam com o apoio das autoridades. A expressão que se tornou conhecida: “os ricos mais ricos e os pobres mais pobres”, serviu como uma indignação ético-religiosa contra o sistema capitalista.

Neste aspecto da Igreja e a questão da terra³⁵, a partir da 18ª Assembléia Geral da CNBB, em 1980, Itaiçuba - SP, publica-se o documento: “A Igreja e os Problemas da Terra”, representando um marco referencial na interpretação da Igreja sobre a questão agrária brasileira, estabelecendo-se uma visão clara da diferença entre terra de trabalho e terra de exploração. A CNBB passa a defender com clareza que a terra deveria ser exclusivamente voltada ao trabalho. O documento acima citado, no seu item 84 afirma: “terra de exploração é terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes

³⁵ MORISSAWA, Mitsue. *A história pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 106.

lucros...”. No item 85, afirma-se que “a terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular...”.

2.3 A Política Agrária da “Nova” República dos Velhos Mandantes

Após 21 anos de regime militar, o Senhor Tancredo Neves é eleito Presidente da República, através do Colégio Eleitoral em processo indireto, após a memorável e histórica campanha das Diretas Já. O seu vice foi José Sarney, ex-presidente da Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, legítimo representante do latifúndio da Região Norte do país. Diante da morte de Tancredo Neves, assume a presidência, sob uma ampla coalizão conservadora denominada Aliança Democrática, com um projeto pretensamente novo denominado “Nova República”.

A questão da reforma agrária volta à agenda política de governo, quando Tancredo Neves, eleito pelo colégio eleitoral, convida para presidir o INCRA o Engenheiro Agrônomo José Gomes da Silva, considerado uma das maiores autoridades em reforma agrária no Brasil e com compromissos efetivos em implementar a mesma. No final de maio de 1985, o grupo coordenado por José Gomes da Silva, após interlocução com o movimento sindical - em especial a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG - e o próprio MST, que apresentou suas reivindicações e propostas, inclusive manteve audiências demoradas com o governo antes do anúncio oficial da proposta denominada Plano Nacional da Reforma Agrária, o PNRA. Em síntese o plano beneficiava posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários. Tendo como parâmetro o Estatuto da Terra, o objetivo anunciado é assentar no período do Governo Sarney 1,4 milhão de famílias. Em 10 de outubro de 1985 o Presidente assina o Decreto nº 91.766, aprovando o PNRA . Na prática a versão aprovada é bem diferente da proposta apresentada pela equipe do INCRA. Na medida em que a proposta tramitou publicamente, surgiram as reações imediatas dos grandes proprietários de terra, que através da União Democrática Ruralista, a UDR, passam a bloquear a reforma agrária projetada e pressionam o Congresso Nacional, que é composto entre outros, por diversos representantes da entidade. O próprio governo, ao divulgar versões deturpadas do projeto, como a idéia de que seriam incluídas nas

desapropriações propriedades produtivas de qualquer tamanho, contribui para criar um ambiente e um clima desfavorável à reforma agrária.

A UDR financiou diretamente campanhas eleitorais de candidatos e de partidos conservadores, como o Partido Progressista Brasileiro, o PPB, atual Partido Progressista, o PP, o Partido da Frente Liberal, o PFL, o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, e de outros partidos em vista de conquistar cadeiras na Câmara e no Senado, com o objetivo de influenciar e garantir seus interesses no processo da Constituinte de 1987/1988. Entre as normas legais que conseguiram aprovar está o conceito de “latifúndio improdutivo”, que consiste num conceito amplo e complexo dando margem para inviabilizar a reforma agrária. No período anterior a lei assegurava que qualquer latifúndio poderia estar sujeito à desapropriação.

O resultado concreto do projeto do PNRA do Governo Sarney foi, que ao final do seu mandato, apenas 82.690 famílias haviam sido assentadas, ou seja, apenas 6% das metas previstas no plano.

Além de não realizar minimamente as metas do PNRA, o governo da “Nova” República foi cúmplice da violência e da impunidade contra os trabalhadores. Neste sentido destaca-se o assassinato do líder sindical dos seringueiros Chico Mendes (1944-1988), que vivia em Xapurí, no Acre. A imprensa do mundo todo noticiava: “Chico Mendes assassinado!”. Ele é o responsável pela estratégia de lutas do seringueiro, denominada empates, ou seja, uma forma de luta contra o desmatamento da Amazônia. Chico Mendes tornou-se conhecido no mundo todo por denunciar a destruição da floresta amazônica, tendo inclusive recebido o Prêmio Global 500 da ONU, em 1987. Em reação ao seu trabalho os fazendeiros da região de Xapuri começaram a ameaçá-lo de morte. Em 1988, a mando de um deles, Darli Alves da Silva, um pistoleiro o assassinou em sua própria residência.

A experiência da “Nova” República³⁶ consistiu numa estratégia que uniu importantes setores do campo democrático no pacto político liderado pelas oligarquias e grupos econômicos e políticos influentes da Velha República. Inclusive a Igreja, que no período militar tornou-se o principal grupo de mediação com

³⁶ MARTINS, José de Souza. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. In: *Caminhada no chão da noite – emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hocitec, 1989.

legitimidade, tornando-se a voz dos que não possuíam voz, agora novamente vacila aderindo à estratégia vazia de descontextualização do projeto de reforma agrária da “Nova” República, desprezando a longa luta pela terra dos camponeses. O centro da estratégia de reforma agrária da “Nova” República é a defesa da propriedade, regime responsável pelos retrocessos no campo, pois o modelo capitalista brasileiro, dependente e voltado ao mercado externo, não tem necessidade da reforma agrária para viabilizar-se.

O próprio MST³⁷ fez um balanço dos limites e possibilidades do PNRA do Governo Sarney, chamando atenção de que o plano era muito avançado para um governo de caráter político conservador e comprometido com as elites e os latifundiários. Afirma que, embora o plano contemplasse muitas reivindicações do MST, possivelmente poucos trabalhadores seriam contemplados. Conclui que somente a mobilização e a pressão poderia fazer com que o plano saísse do papel. Em seu caderno de formação nº 05, no item 3, onde expõe sua avaliação política, consta o seguinte: “o plano não reflete os interesses políticos do Governo Sarney e da Aliança Democrática, pois o plano é mais avançado do que o governo. O INCRA e o Ministério da Reforma Agrária, o MIRAD, não teriam força política para colocar o plano em prática”. Na realidade a previsão confirmou-se.

Conforme Osvaldo Coggiola³⁸, o governo da “Nova” República utilizou-se do 6º Congresso da CONTAG para lançar o seu PNRA, porém omitiu a autoria do regime militar na feitura do Estatuto da Terra, parâmetro legal do referido plano, apresentando-o como uma iniciativa exclusiva do Ministro Nelson Ribeiro. É importante destacar que no período do governo Sarney, caracterizado como um governo da “democracia”, os conflitos agrários cresceram significativamente. Em 1986, acontecem 778 conflitos envolvendo 567.000 pessoas em uma área de mais de 10 milhões de hectares. Neste mesmo ano, 524 trabalhadores morrem em conflitos agrários, contra pouco mais de 50 em 1982. A UDR latifundista utilizou-se abertamente de métodos de guerra civil, neste processo de repressão e violência contra os trabalhadores.

³⁷ MST - *Caderno de Formação Política nº 5*. Junho/1985.

³⁸ COGGIOLA, Osvaldo. Brasil: a questão agrária e a luta do MST. In: PERICÁS, Luiz Bernardo e BARSOTTI, Paulo (Orgs.) *América Latina – história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.

O Governo Sarney fez sua opção reconhecendo oficialmente a existência de 12 milhões de trabalhadores sem terra, e de 170 milhões de hectares ocupados por latifúndios improdutivos, dos quais 10 milhões em situação de conflito, envolvendo 90 mil famílias, e desapropriando apenas 620 mil hectares, concedendo a posse a pouco mais de 130 mil hectares, para 5 mil famílias.

2.4 O Governo Fernando Collor de Mello/Itamar Franco e a Questão Agrária

O Governo Collor, “caçador de marajás” deu início ao seu mandato mediante o confisco da poupança dos brasileiros, em 1990. Em 1991, ao lado da crise do plano econômico, que não conseguiu controlar o processo inflacionário e agravou a recessão econômica, surgem as suspeitas do envolvimento de ministros e altos funcionários em uma grande rede de corrupção. As suspeitas logo transformam-se em denúncias consistentes e acabam envolvendo o próprio Presidente. Trata-se do “esquema PC Farias”, das contas fantasmas e da “Casa da Dinda”, que através da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI do esquema PC Farias, culmina com o processo de impeachment de Collor.

Sob a bandeira da ética na política e da palavra de ordem “Fora Collor!” milhões de brasileiros foram às ruas para exigir moralidade na gestão pública, porém antecipando-se ao processo de julgamento pelo Congresso Nacional, Collor renuncia ao mandato, mas o Senado acaba caçando seus direitos políticos por oito anos.

A política econômica de Collor teve como questão central acelerar a implantação do projeto neoliberal, dando início ao processo de privatizações dos setores e empresas públicas estratégicas, na forma de processos suspeitos e claramente beneficiando setores econômicos privados nacionais e internacionais. As taxas alfandegárias foram reduzidas drasticamente com objetivo de estimular as importações, sob o argumento de motivar a competição e a qualidade das empresas nacionais. Obviamente que esta abertura sem critérios e mecanismos de proteção à produção nacional, produziu um forte processo de desnacionalização da economia brasileira, fragilizando os instrumentos de política econômica do país. Na agricultura, as conseqüências foram dramáticas, gerando uma crise profunda e uma competição

desigual dos produtos importados altamente subsidiados com a produção brasileira, especialmente a agricultura familiar.

A questão agrária do governo Collor restringiu-se basicamente ao processo de repressão ao sem-terra, reafirmando a questão histórica de tratar as demandas sociais como uma questão de polícia.

As fortes denúncias de escândalo e corrupção no governo federal envolvendo o Esquema PC Farias tiveram o Partido dos Trabalhadores na linha de frente da instauração da CPI do Esquema PC Farias que, como frisamos, resultou no afastamento constitucional de Collor.

Itamar Franco, vice-presidente da República, assume a Presidência e no essencial segue o plano econômico neoliberal de Collor, porém diante do processo de resistência social, o seu ritmo foi mais lento e cauteloso. Algumas características nacionalistas e a presença de setores de centro-esquerda na equipe de governo levaram o Governo Itamar a assumir uma orientação minimamente democrática e a atender a algumas questões pontuais de interesse popular. No seu governo são criadas as condições econômicas e sociais para a etapa posterior do Governo Fernando Henrique Cardoso. Ocorre que o Ministro da Fazenda de Itamar, criou as bases e implantou o Plano Real, assumem funções importantes na obtendo significativo êxito no combate pontual à inflação, condição básica que garantiu significativa popularidade ao governo de Itamar e, principalmente ao mentor do Plano Real.

Alguns setores do próprio Partido dos Trabalhadores, mesmo diante da posição oficial em oposição ao governo Itamar, desobedecem a orientação e esfera federal, sob a justificativa de um governo de unidade nacional. É o caso da ex-prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, atual Deputada federal pelo Partido Socialista Brasileiro, o PSB.

A partir das mudanças na Constituição de 1988, o governo Itamar encaminha e aprova a Lei nº 8.629, denominada Lei Agrária, promovendo uma reclassificação geral das propriedades rurais no Brasil, que passam a ter as seguintes denominações e características: a) minifúndio: com dimensão menor que o módulo rural fixado para o município; b) pequena propriedade: com dimensão entre um e

quatro módulos rurais; c) médias propriedades: com dimensão entre cinco e quinze módulos; d) grandes propriedades: com dimensão superior a quinze módulos rurais.

O tamanho de um módulo rural varia conforme a região ou a área do território nacional, com dimensões que vão de cinco a 110 hectares. Como exemplo pode-se citar uma área próxima de uma capital, que normalmente equivale a cinco hectares. Por sua vez uma área do Pantanal do Mato Grosso pode chegar a 110 hectares.

Na definição da nova lei as grandes propriedades produtivas são aquelas que produzem acima da média regional. Por sua vez, as grandes propriedades improdutivas são as que produzem abaixo da média regional, não aproveitando adequadamente o potencial produtivo natural. Por isso estão sujeitas à desapropriação para fins da reforma agrária. Esta nova lei regulamenta dispositivos, constitucionais contribuindo para agilizar o processo de implantação da reforma agrária. Da mesma forma, o denominado rito sumário exige que o poder judiciário num prazo máximo de 120 dias, decida se as áreas em questão são passíveis de desapropriação ou não.

Evidentemente, a Lei Agrária, a exemplo do próprio Estatuto da Terra, exerceu um papel de controlar ou no mínimo retardar o processo de efetivação da reforma agrária.

2.5 FHC, a Unidade das Elites e a Reforma Agrária

Com uma trajetória intelectual, acadêmica e política marcada por um conjunto de compromissos democráticos e populares, Fernando Henrique Cardoso combateu a ditadura militar e em consequência foi exilado. Diante do processo de abertura política, retoma suas atividades no país e, após amargar a derrota à Prefeitura de São Paulo para Jânio Quadros, em 1986, elege-se Senador da República por São Paulo. Em seguida lidera o processo de criação do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB. Como afirmou-se anteriormente; em 1993, é nomeado Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, constituindo-se no principal responsável pela implantação do Plano Real, razão fundamental que lhe propiciou dois mandatos na Presidência da República.

O Plano Real conseguiu, com significativo êxito, controle inflacionário e estabilidade econômica, mesmo que sob enormes custos sociais, econômicos e políticos para o país, pois o Governo FHC aprofundou e radicalizou a histórica dependência externa do Brasil e, ao mesmo tempo, retornou a implantação radical do projeto neoliberal, acelerando a privatização de empresas e setores estratégicos do país e desnacionalizando fortemente a nossa economia. Com a abertura econômica irrestrita, através dos altos juros, o capital financeiro especulativo é atraído, agravando-se seriamente o processo da dívida pública externa e interna. Apesar deste quadro mais geral de comprometimento de nossa soberania, o controle inflacionário possibilitou relativamente algumas melhorias na distribuição de renda e na ampliação do mercado consumidor da população em geral.

Diante de uma ampla coalizão das elites através dos partidos de direita e de centro, incluindo como parceiro prioritário os tradicionais governistas do PFL, tendo a frente Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel, evidentemente estas opções tiveram seu custo em termos da moralidade e da ética da gestão pública. As denúncias sobre ocorrência de irregularidades e escândalos, a oposição ao modelo e as políticas econômicas implementadas levaram o PT e outros partidos de esquerda a encaminhar por mais do que uma oportunidade a solicitação de CPIs, especialmente por ocasião da emenda constitucional da reeleição, e a denominada CPI da Corrupção durante o Governo FHC. Em ambas as oportunidades não foi obtido êxito no Congresso Nacional, majoritariamente submisso ao governo.

A estratégia fundamental do Governo FHC foi a defesa das reformas constitucionais apresentadas como condição para modernizar o país, quando na prática foram condições impostas por organismos financeiros internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com a finalidade de submeterem a economia brasileira aos interesses do capital financeiro mundial. Historicamente as propostas de reformas foram defendidas pela esquerda e setores nacionalistas com um conteúdo democrático e popular. Na era neoliberal elas passam a ser manipuladas diante da opinião pública para obter consenso, mas o seu conteúdo e o mérito são antipopulares.

Entre as reformas mais polêmicas de FHC aprovadas pelo Congresso Nacional estão a queda do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações, dos gás canalizado e da navegação de cabotagem. No setor público aprovou-se

uma reforma parcial em relação à previdência pública, onde o critério básico para aposentadorias passa a combinar os fatores de tempo de contribuição e idade. Em relação aos servidores públicos é modificado o estatuto da estabilidade dos mesmos.

No final do primeiro mandato de FHC, em 1998, diante do contexto da crise externa, especialmente a crise econômica asiática, o governo promove mudanças no Plano Real, mediante uma desvalorização da moeda, chegando esta a valer praticamente a metade do dólar. Estas mudanças cambiais vinham sendo adiadas e, como resultado concreto das medidas incrementou-se o processo de exportações, diminuindo-se relativamente as importações. Ainda, no último ano do primeiro mandato de FHC, ganham grande destaque os conflitos por terra e os saques a supermercados, especialmente nas regiões do Nordeste atingidas pela seca.

2.5.1 A Política Agrária Neoliberal de FHC: a reforma agrária de mercado

Durante o primeiro mandato de FHC (1995-1998), a meta anunciada era assentar 280 mil famílias, o equivalente a 20% das metas do PNRA do Governo Sarney. Conforme Morissawa³⁹, de fato FHC assentou 264.625 famílias, porém 70% no Norte e no Nordeste, onde os custos das terras e as condições sócio-econômicas são baixíssimas em relação a outras regiões. Neste mesmo período, nos dois primeiros anos do primeiro mandato de FHC, 450 mil famílias de pequenos proprietários rurais perderam suas terras diante da grave crise na agricultura familiar.

As conquistas de assentamentos e medidas complementares de apoio aos assentados foram fruto da pressão e mobilização dos sem terra. As desapropriações e aquisições de terras realizadas também aconteceram graças à pressão dos trabalhadores. Porém progressivamente foram sendo criados mecanismos para atender aos interesses políticos e econômicos das classes dominantes, ao mesmo tempo, desmoralizando os movimentos camponeses. A concepção dominante do Governo FHC sobre a reforma agrária foi realizar medidas paliativas e compensatórias, evoluindo para uma proposta de reforma agrária de mercado, de

³⁹ MORISSAWA, Mitsue. *A história pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

certa forma reproduzindo uma experiência fracassada realizada na África do Sul, na Indonésia e nas Filipinas.

O centro da proposta consiste em retirar do Estado o seu papel mediador, transferindo a responsabilidade para a sociedade civil. Os sem terra ou pequenos agricultores interessados em adquirir terra ou aumentar sua área passariam a organizar-se em associações, obteriam empréstimo de um agente financeiro indicado pelo governo, e comprariam terra diretamente dos proprietários vendedores. Os vendedores receberiam à vista e o pagamento pelas terras e benfeitorias existentes e a associação formada assumiria a responsabilidade pelos débitos de crédito fundiário. Neste sentido, em 1997 foi implantado o Programa Cédula da Terra em cinco estados: Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Na prática foi um teste para, em 1998, ser implantado o Banco da Terra. O critério estabelecido previa que os agricultores integrados no Programa Cédula da Terra não teriam direito aos créditos de implantação da reforma agrária, como os auxílios de alimentação, de fomento e de habitação, nem do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, o Proceara, somente tendo acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar, o Pronaf.

A opção pela reforma agrária de mercado, além de afrontar os preceitos constitucionais, no que diz respeito à função social da terra, beneficia duplamente aos latifundiários para continuar utilizando especulativamente suas propriedades. Primeiro, se ele deseja vender suas terras, o fará a preços de mercado, sem nenhuma punição por tê-la mantido improdutiva; e em geral não respeitar a legislação trabalhista e a questão ambiental. Em segundo lugar, se não desejar vendê-las, permanecerá impune, pois não há mais possibilidades de desapropriação por interesse social.

De acordo com Osvaldo Coggiola⁴⁰ o governo social-democrata de FHC promoveu uma anti-reforma agrária, agravada pela crise econômica. Em 1985, conforme o IBGE, haviam 23,4 milhões de pessoas ocupadas no campo, número que caiu para 16,6 milhões em 1996. Neste mesmo período o número de estabelecimentos agrícolas caiu de 5,8 milhões para 4,98 milhões, quase um milhão

⁴⁰ COGGIOLA, Osvaldo. Brasil: a questão agrária e a luta do MST. In: PERICÁS, Luiz Bernardo e BARSOTTI, Paulo (Orgs.) *América Latina – história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.

a menos, atingindo especialmente o setor da agricultura familiar, que em média possui menos de dez hectares. O próprio INCRA aponta a existência de 300 milhões de hectares improdutivos, mas o Imposto Territorial Rural, o ITR, de 1997, com previsão de arrecadar 1,2 milhão de reais, atingiu apenas 200 milhões, ou seja, menos do que uma coca-cola por hectare improdutivo. Do período de 1985-1995, foram eliminados 5,42 milhões de postos de trabalho no campo; somente em 1996, foram 1,5 milhão. Como foi afirmado anteriormente, com FHC foram suprimidos mais de 400 mil pequenas propriedades, totalizando 600 mil durante a década de 90.

Outros dados esclarecedores divulgados por Coggiola⁴¹, apontam o verdadeiro caráter de FHC, um governo voltado às intenções das elites, nacionais e estrangeiras, contra os interesses populares. Em 1997, o Brasil passou a importar 7,5 milhões de dólares em produtos agrícolas. Um exemplo é o trigo, que chegou-se a produzir 90% do consumo nacional, reduzindo-se para 66%, apenas. No final da década de 90, passou-se a cultivar 7,1 milhões de hectares a menos em relação ao início dos anos 90. Sob a era FHC, a área plantada caiu de 38,5 para 35,7 milhões de hectares, atingindo uma queda de 7,2%. Outro dado revelador da queda do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais, aponta que de 1994 a 1997, os preços agrícolas aumentaram 37,5%, enquanto que os insumos cresceram 60,1%, elevando a queda da renda agrícola para 59%. O Pronaf acabou liberando apenas 2,5 milhões para uma demanda de mais de 4 milhões.

Em síntese, a política agrária de mercado de FHC contribuiu para agravar a concentração fundiária sem parâmetros na história contemporânea, tendo contribuído para tal crise agrícola a queda nos preços da terra. Outro elemento fundamental foi o avanço dos grupos paramilitares ligados aos latifundiários, com grande conivência das polícias estaduais e federais, ocasionando um significativo número de assassinatos de trabalhadores rurais. Dois grandes massacres, o de Corumbiara (11 mortes) e de Eldorado de Carajás (19 mortes) ganharam repercussão nacional e internacional, atingindo fortemente a imagem do governo “democrático” do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que conclui seu mandato, com a famosa manifestação de que fossem esquecidas suas teses e ideais democráticos do passado.

⁴¹ COGGIOLA, Osvaldo. Brasil: a questão agrária e a luta do MST. In: PERICÁS, Luiz Bernardo e BARSOTTI, Paulo (Orgs.) *América Latina – história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.

2.6 A Reforma Agrária que não Aconteceu

Cabe ser destacado, conforme Morissawa⁴², que em momentos históricos decisivos não foi efetivado um programa de reforma agrária que rompesse com a concentração fundiária. No princípio da Colonização Portuguesa, com o processo das capitanias e sesmarias, foram feitas concessões do território nacional aos “amigos do rei” e aos “amigos dos amigos do rei”, os capitães donatários e os sesmeiros. Foram três séculos de domínio da Coroa Portuguesa até a Independência. No período do Segundo Império, a Lei das Terras exclui em definitivo os camponeses sem terra, os ex-escravos e os pobres em geral.

As distorções iniciam nos propósitos das sesmarias que eram destinadas para o uso produtivo e a proteção do território. As áreas podiam ser desdobradas no tamanho, com ofertas de glebas aos filhos e parentes dos sesmeiros. A partir do século XVII, a obrigação de uso produtivo da terra com prazo determinado foi virando letra morta. Os sesmeiros aos poucos foram transformando-se em fazendeiros, senhores de engenho, com aumento dos privilégios. Podiam comercializar livremente com outras capitanias e importar produtos portugueses sem qualquer tributação.

No final do século XVII, os latifundiários ocupavam todas as regiões economicamente importantes, geralmente as mais próximas das cidades e dos portos. Em 1822, as terras estavam quase todas repartidas, com exceção das habitadas pelos índios. Alguns latifúndios chegavam a 132 Km de extensão. Os donos não permitiam o estabelecimento de lavradores nas suas terras, a não ser como dependentes. Assim surgem os posseiros de pequenas porções existentes entre uma propriedade e outra, ou restava que fossem para locais muito distantes, os quais não interessavam aos fazendeiros.

A ascensão de Getúlio Vargas ao governo em 1930 foi respaldada pela nova classe hegemônica do país, formada por setores do empresariado industrial e do movimento tenentista. Porém as oligarquias do café e da pecuária, mesmo perdendo o poder político, executaram o contrário do que foi feito na Europa e Estados Unidos, ou seja, a terra continuou concentrada nas mãos de uma minoria. Imperou a tese do

⁴² MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 3, 69, 70, 78, 83.

mudar sem mudar, isto é, a estrutura fundiária concentrada continuou concentrada. Os trabalhadores do campo foram esquecidos por Getúlio, mesmo que fossem 60% dos brasileiros. As propostas do tenentismo, de distribuição de terras, uma legislação que protegesse os trabalhadores rurais e a colonização de terras devolutas com base em pequenas propriedades, foram ignoradas. Predominaram os interesses dos grandes proprietários que o haviam apoiado.

Por sua vez, no período de João Goulart que, após a renúncia de Jânio Quadros, assume em setembro de 1961, o clima no país era de forte mobilização das lutas operárias e camponesas. No Nordeste, as Ligas Camponesas organizavam os trabalhadores rurais pelos direitos trabalhistas e pela reforma agrária. No Sudeste, os sindicatos operários organizavam greves por melhores salários. A conjuntura econômica e política do país não era favorável, havia o aumento dos índices inflacionários e a ameaça comunista de Cuba. A alternativa era tomar medidas voltadas a beneficiar a população mais pobre do país, mexendo, para tal, em estruturas econômicas e sociais. Neste contexto, foi apresentada a proposta das reformas de base, onde a principal delas era a reforma agrária.

No plano da reforma agrária de João Goulart, previa-se a desapropriação de 100 Km de cada lado de todas as rodovias federais. A concepção de reforma agrária resgatava a idéia clássica onde os novos pequenos agricultores fomentariam o mercado interno, pois, produzindo na terra, passariam a ter condições de consumir. Assim a indústria também seria fomentada.

Em 1963, foi estabelecido o Estatuto do Trabalhador Rural, prevendo aposentadoria por velhice e invalidez aos trabalhadores do campo, mesmo que fosse a metade de um salário mínimo por mês. Mas a conspiração contra o governo, envolvendo empresários, banqueiros e latifundiários, com a conivência dos militares e do governo americano, em 1º de abril de 1964, depõe o governo Goulart.

Outro momento dramático na história do Brasil foi o período dos governos militares, denominados governos de força, que foi de 1964 a 1984. A política agrária da ditadura, a partir de 1964, tendo na presidência o Marechal Castelo Branco, foi o Estatuto da Terra que, na prática, constitui-se na primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil. Ela veio em resposta à necessidade de distribuição de terras como forma de

aliviar as tensões e evitar novas revoluções sociais. A Lei, em si, possuía um caráter progressista. Junto com a lei foi criado o IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - órgão responsável por todas as questões referentes à terra no Brasil.

Na prática, o Estatuto da Terra nunca foi implantado. O Estado manteve a questão fundiária sob o controle do poder central, pois o acesso à terra ficou fechado aos camponeses e totalmente aberto a empresas capitalistas. Em síntese, o Estatuto da Terra constituiu-se em instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As poucas desapropriações ocorridas visaram a diminuir os conflitos ou a realizar projetos de colonização. No período do regime militar, os empresários nacionais do setor do comércio e das indústrias; bem como as multinacionais, concentraram grandes extensões territoriais.

O Governo de Sarney, da Aliança Democrática, com a denominada “Nova” República, tendo em vista a conjuntura específica de ter sido eleito pelo Colégio Eleitoral e diante das expectativas e cobranças dos movimentos sociais, apresenta-se com o PNRA, contendo grande parte das reivindicações e propostas do movimento sindical e do próprio MST, mas tendo em vista o caráter político do governo, com presença forte dos setores conservadores e dos latifundiários, as metas atingidas foram totalmente insignificantes.

Os governos de Collor/Itamar, diante da crise institucional enfrentada e suas composições políticas, não avançara num programa que pudesse ser caracterizado como um projeto de reforma agrária. Na fase do Governo Collor os movimentos sociais foram fortemente reprimidos. Já, na etapa de Itamar Franco, com um processo de relativa abertura democrática e retomada da estabilidade institucional, é aprovada a Lei Agrária, mas que na prática contribui para protelar o processo de reforma agrária.

Por sua vez, no período de FHC, embora fosse propagada oficialmente a realização da maior reforma agrária havida no país, a opção efetiva foi por um projeto de reforma agrária de mercado, repassando para a sociedade e sob os mecanismos de mercado a implantação dos assentamentos de sem terra, ou a ampliação de áreas para os minifúndios. Pelos dados objetivos pode-se afirmar que

FHC promoveu a anti-reforma agrária. Além de permanentemente adotar uma estratégia de criminalizar o MST e os movimentos sociais do campo.

Pelo exposto, parece evidente que desde o governo do regime militar, passando pela “Nova” República, por Collor/Itamar e FHC, os assentamentos realizados de sem terra, somente foram possíveis a partir da pressão e mobilização dos verdadeiros interessados, os trabalhadores sem terra ou com pouca terra, organizados em sindicatos ou em movimentos, especialmente no MST, com o apoio de organizações sociais e religiosas. Em outros termos, somente a luta e a organização possibilitou pequenas conquistas e avanços.

Nas considerações de Plínio de Arruda Sampaio⁴³, o conjunto dos governos, a partir da Ditadura Militar, passando pela “Nova” República, os governos Collor/Itamar e FHC, todos têm utilizado os instrumentos de políticas públicas de Estado, como a política agrária e agrícola, especialmente a questão do crédito, dos tributos, da assistência técnica, da comercialização e os regramentos legais, para beneficiar os grandes proprietários e as grandes agroindústrias, ou seja, sempre predominaram os interesses do mercado. A pobreza e miséria em níveis alarmantes no país têm como origem central a destruição da agricultura familiar, que nunca recebeu o apoio e os instrumentos necessários para viabilizá-la. Os dois vetores que têm causado a miséria crescente são a concentração fundiária, e os obstáculos legais, que têm historicamente impedido que as pessoas sem terra possam usufruir destas imensas áreas disponíveis. Tem ocorrido inclusive um processo fraudulento de registros de grandes áreas no país, em especial nas zonas de fronteiras, onde a maioria dos registros não resistem a uma mínima análise séria.

⁴³ SAMPAIO, Plínio Arruda de. Política de reforma agrária e políticas agrícolas relacionadas a reforma agrária no Brasil. In: *Agricultura e sociedade: uma abordagem a partir do Parlamento*. Brasília: Comissão de agricultura e política rural. Câmara do Deputados, 1996.

3. O SURGIMENTO E BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

3.1 As Categorias Sociais que Compõem o MST

A questão inicial a ser respondida é: quem são os sem terra? O termo “sem terra”, na verdade, é uma versão popular de conceito sociológico de camponeses que trabalham a terra sem serem proprietários dela. Possuem várias categorias sociais de trabalhadores rurais embasadas na participação produtiva. O sentido que estamos atribuindo ao conceito de camponês ou, de trabalhadores camponeses, inclui as lutas sociais e culturais dos grupos que na atualidade tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. A noção inclui o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, inclusive os remanescentes dos quilombolas, as nações indígenas e os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Mas ao mesmo tempo, importa resgatar o aspecto histórico e político do conceito de camponeses. Na verdade, refere-se a um significado genérico relacionado a uma diversidade de sujeitos, conforme as regiões do país. No Centro-Sul tem a denominação de caipira, o habitante do mato. No Nordeste é o corumbá, tabaréu, sertanejo, capiau e lavrador. No Norte é o sitiante e seringueiro. No Sul é o colono ou o caboclo. Outras denominações conforme as regiões: caiçara, chapadeiro, catrumano, roceiro, agregado, meeiro, parceiro e parceleiro. Mais recentemente são os sem-terra e os assentados. As denominações significam tanto um sentido pejorativo/depreciativo, como um sentido valorativo. Ao mesmo tempo, são classificados como atrasados, preguiçosos, ingênuos e incapazes. Mas também são os matutos, aqueles que refletem, que são prudentes, que desconfiam e são

espertos. A maioria dessas palavras não consta mais no vocabulário cotidiano, sendo encontradas nos dicionários e no folclore.

O que importa é que estas palavras denominam os homens, as mulheres e as famílias que trabalham na terra. São trabalhadores e, jamais confundidos com outros personagens do campo, como os fazendeiros, os latifundiários, os senhores de engenho, os coronéis e os estancieiros. As denominações exprimem as diferentes classes sociais. O seu significado histórico e político perpassa as principais lutas camponesas no Brasil, como Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, Ligas Camponesas e chega até o MST. A perspectiva que estamos adotando é a defesa de uma reforma agrária e política agrícola adequada às necessidades da agricultura camponesa, ou em termos mais usuais na atualidade, para a agricultura familiar.

As principais categorias, de acordo com Stédile e Frei Sérgio⁴⁴ são as seguintes:

- a) Os Parceiros: são agricultores que trabalham com sua família, em forma de arrendamento, realizando uma parceria. Normalmente, eles entram com o trabalho, inclusive com as ferramentas. O proprietário entra com a terra, às vezes com sementes, adubos, etc. Na colheita é feita a partilha da produção. Quando é a metade para cada um, são conhecidos como meeiros. O pagamento é sempre parte do produto colhido.
- b) Os Arrendatários: são agricultores que trabalham com a sua família e arrendam uma área por preço fixo combinado, podendo ser pago em dinheiro ou produto. O montante a ser pago não depende do volume da colheita. Obviamente, existem também os grandes arrendatários que contratam grandes extensões de terra para cultivo com máquinas. Estes constituem os arrendatários capitalistas.
- c) Os Posseiros: são agricultores que trabalham com sua família numa determinada área, mas não possuem titulação de propriedade da terra. A área pode ser do Estado ou de outros proprietários, sem o conhecimento dos posseiros.

⁴⁴ STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993. (Capítulo II e III)

- d) Os Assalariados Rurais: são agricultores que trabalham por conta, vendendo seus dias de serviço aos fazendeiros/proprietários. Ocorre que um significativo número de arrendatários, pequenos proprietários, parceiros, para sobreviverem, buscam o assalariamento em algum período do ano.
- e) Os Pequenos Agricultores: são os agricultores que trabalham com suas famílias, mas possuem uma parcela muito pequena de terra, não conseguindo, porém, sobreviver e sustentar suas famílias.
- f) Os Filhos de Pequenos Agricultores: são os agricultores filhos dos pequenos proprietários que podem possuir até 50 hectares, mas que não reúnem condições de reproduzir-se como pequenos proprietários. Na medida que constituem novas famílias, passam a ser sem-terra.

De acordo com Stédile e Frei Sérgio⁴⁵, o somatório de todas as categorias sociais constitutivas dos sem-terra atingia um total de 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais, denominados sem-terra, em 1993, sendo que atualmente ultrapassam 5 milhões.

3.2 Breve Histórico do Movimento Sem Terra

Na realidade, de acordo com Stédile e Frei Sérgio⁴⁶ “o Movimento Sem Terra, por ser um movimento social que reúne milhares de trabalhadores rurais, não possui uma data específica que defina seu nascimento. Sua origem combina várias origens e vários locais. A sua história é composta pela soma de um conjunto de acontecimentos e fatores, a partir de 1978”.

Neste período, aconteceram, em vários estados, lutas de agricultores sem terra que, de forma coletiva, buscavam a conquista de uma área de cultivo. A forma mais utilizada foram as ocupações, em diferentes regiões. Entre os fatos mais conhecidos no Rio Grande do Sul, está o de que cem famílias ocuparam a Fazenda Macali, no município de Ronda Alta. Na seqüência, 240 famílias ocuparam a

⁴⁵ STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993, p. 28.

⁴⁶ Idem, p. 28-34.

Fazenda Brilhante. A maioria destas famílias tinha origem no conflito de terras envolvendo os índios Kaingang, na Reserva de Nonoai, com a expulsão de mais ou menos 1.400 famílias que viviam na condição de posseiros. As famílias expulsas acabam se dividindo: um grupo vai para o Mato Grosso, outro opta pelas cidades e outro decide lutar pela terra no Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina, ocorre ocupação no município de Campo Erê, na denominada Fazenda Burro Branco. Em São Paulo, enfrenta-se o conflito na Fazenda Primavera, no município de Andradina, ocupada por mais de trezentas famílias. No Estado de Mato Grosso, ocorrem vários conflitos, onde os fazendeiros tentam despejar centenas de famílias que vivem na condição de parceiros, mas estes lutam e ocupam as terras, durante o final dos anos 70, e na década de 80.

No Estado do Paraná, a retomada das lutas pela terra relaciona-se à construção da Barragem de Itaipu, que invadiu as terras de mais de dez mil famílias, na região da fronteira com o Paraguai. Muitas famílias não aceitam as indenizações em dinheiro e exigem as indenizações em terras no Paraná, bem como melhores preços para as benfeitorias e áreas inundadas.

Nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás, também acontecem ocupações de terras, na forma de um conjunto expressivo de famílias organizadas.

A partir de 1981, as lideranças destas lutas de ocupações isoladas passam a manter encontros, sob a coordenação da Comissão Pastoral da Terra, a CPT. Os encontros acontecem em nível de estados, bem como em nível interestadual. Em 1984, ocorre uma espécie de culminância deste processo de articulação e organização, com a realização do I Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. Este Congresso significou a fundação de uma organização de camponeses Sem Terra, em nível nacional, com o objetivo de lutar por terra e reforma agrária. Nasce, assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A expressão “trabalhadores rurais”, incluída no nome, visou a caracterizar o fato de tratar-se de um movimento de agricultores, isto é, de pessoas que trabalham na agricultura. A sigla MST passa a denominar o movimento. Após o I Encontro Nacional, foram realizados o I Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, em 1985, e o II Congresso Nacional, em Brasília, em 1990. As maiores concentrações

de sem terra no país localizam-se nas regiões Sul e Nordeste, perfazendo mais de 65% do contingente.

Um conjunto de fatores foi determinante no surgimento e organização do MST. Em primeiro lugar, estão os fatores econômicos. Na década de 70, ocorre aumento na concentração da propriedade da terra e o avanço do processo de mecanização da agricultura com intensificação dos insumos industriais. Muitas propriedades que utilizavam a mão-de-obra na forma de parceria e arrendamentos são substituídas pelas máquinas. Os trabalhadores são expulsos da terra. A monocultura da soja e do algodão para a exportação, e mais tarde a implantação do Proálcool contribuíram para a redução drástica da mão-de-obra.

Os fatores de ordem social, como o processo de acentuado êxodo rural para as cidades e a migração para a região Amazônica, com audacioso projeto de colonização nas novas fronteiras agrícolas, fracassa, bem como os empregos nas cidades ativados pelo milagre econômico. Esses projetos se esgotam e surge a crise do desemprego. Os fatores de ordem política relacionam-se com o trabalho pastoral da Igreja Católica, através da CPT e pastorais sociais, onde divulga-se uma visão crítica da realidade e a exigência do respeito aos direitos à terra. Este trabalho auxiliou na conscientização da necessidade da organização.

O surgimento do novo sindicalismo teve como centro e referência as mobilizações e greves do ABC paulista, com o surgimento de um modelo sindical combativo e classista no meio urbano. A influência foi direta, contribuindo para a transformação do sindicalismo rural, como instrumento de luta e mobilização pela terra e outras demandas por política agrícola para pequenos agricultores.

Não restam dúvidas que o processo de abertura política e o esgotamento do regime militar, no período do governo João Batista de Figueiredo, foram fundamentais na possibilidade de organização de sindicatos combativos e de movimentos sociais, superando, estes e aqueles, as ameaças e o medo da repressão política. As ampliações das liberdades democráticas na sociedade alargou as condições de surgimento de novas formas de organização social e política, antes proibidas e reprimidas.

Na opinião de Bernardo Marçano Fernandes⁴⁷, “os princípios do MST foram tirados das experiências e lutas camponesas, desde o início da história do Brasil. Foram construídos a partir da realidade, dos conhecimentos das lutas populares e de suas próprias idéias elaboradas no movimento de lutas”. Cada sem terra participou com sua cota, sinalizando a luta pela dignidade humana. Para Fernandes, o MST significa a continuação de quinhentos anos de luta pela terra e contra o latifúndio. Simboliza a história das lutas camponesas, de famílias que estão em luta para entrar na terra para trabalhar e viver com dignidade. São cidadãos que impulsionam o desenvolvimento e a solidariedade, também a mística para forjar um futuro e saber resistir no presente. São sujeitos irreverentes, que tecem o futuro, desconhecendo as aversões de muitos intelectuais e acadêmicos a serviço do sistema de dominação e opressão. O futuro constitui-se numa das dimensões da marcha da luta pela terra, onde mulheres, homens e crianças forjam uma nova consciência por todos os lugares, no espaço e no tempo.

Por sua vez, Dom Tomas Balduino⁴⁸, bispo referencial no engajamento da causa da reforma agrária na região de Goiás e no Brasil, através da CPT, afirma que o MST apresenta um caráter novo e inédito em continuidade com as aspirações de Ajuricaba, de Zumbi, de Antônio Conselheiro, de Julião, mas produz, também, algo próprio que o identifica de modo inconfundível. Entre os fatores que caracterizam este caráter novo e inédito destacam-se os seguintes:

- a) a ocupação massiva de terras, envolvendo homens, mulheres, adultos e crianças, ou seja, a família inteira. No passado, os negros quilombolas e camponeses realizavam ocupações dentro de uma outra dinâmica social e econômica.
- b) novo modelo de produção associado à divisão do trabalho e renda, sem exploração dos trabalhadores, agregando as formas de trabalhos comunitários e cooperativados, bem como as técnicas e culturas de cada região;

⁴⁷ FERNANDES, Bernardo Marçano. In: STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Marçano. *Brava Gente*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 11-13.

⁴⁸ BALDUÍNO Dom Tomás. *Prefácio*. In: STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Marçano. *Brava Gente*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 7-9.

- c) os assentamentos como lugar bonito, atraente, com reflorestamento e flores, tudo inspirado na solidariedade, onde a alegria e a festa sempre estão presentes;
- d) uma abertura que rompe o isolamento, supera o sectarismo esquerdista, o dogmatismo intolerante e a rígida discriminação dos que podem ou não entrar no MST;
- e) além da reforma agrária, buscam-se mudanças imediatas e radicais das estruturas de iniquidade que geram o empobrecimento e a exclusão da maioria do povo brasileiro. Em certo sentido, o MST encarna uma espécie de missão, buscando representar os cidadãos e cidadãs brasileiras em busca de uma alternativa de um Brasil como nação soberana e uma pátria de nossos sonhos.

3.3 Os Objetivos do Movimento Sem Terra

No encontro nacional de fundação do MST, em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, de acordo com Stédile e Frei Sérgio⁴⁹, foram fixados três objetivos centrais de luta: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa.

A luta pela terra busca atender a necessidade econômica de sobrevivência de cada família sem terra. A terra significa possibilidade de trabalho e garantia de sobrevivência de toda a família. Não está colocada a possibilidade de enriquecimento, nem exploração com a intenção de vendê-la mais adiante. É o objetivo de caráter corporativo e sindical, a exemplo dos operários da indústria que lutam por melhores salários e condições de sobrevivência. Este objetivo responde à necessidade de resolver o problema econômico de sobrevivência de milhares de famílias sem perspectivas de trabalho e que desejam continuar trabalhando na terra.

A reforma agrária é um objetivo mais amplo, pois implica um conjunto de medidas a serem tomadas pelo governo para alterar a estrutura fundiária do país e

⁴⁹ STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993, p. 35-39.

garantir terra a todos os agricultores que quiserem trabalhar. Além disso, é necessário um conjunto de medidas complementares de política agrícola, de crédito, de preços, de assistência técnica e de seguro rural. Estas medidas são necessárias para garantir a viabilidade e rentabilidade da pequena produção. Neste sentido a luta pela reforma agrária exige mudanças na agricultura brasileira, atingindo todos os trabalhadores rurais, não apenas os envolvidos diretamente, para resolver o problema da sobrevivência. É um projeto de grande alcance social: atinge, inclusive, os trabalhadores urbanos. A luta pela reforma agrária adquire uma amplitude e abrangência para o movimento, ultrapassando o caráter econômico e sindical.

Por sua vez, a luta por uma sociedade mais justa, sem explorados e nem exploradores, passa a ter um caráter político na medida que se relaciona à organização da sociedade com o poder político dentro dela. O caráter político ocorre na medida que a implantação de uma reforma agrária ampla opere mudanças na estrutura da propriedade da terra e na forma como está organizada a produção na agricultura. Esta marca somente acontecerá efetivamente com mudança no poder político de cunho neoliberal. Um projeto efetivo de reforma agrária depende basicamente de vontade e força política por parte do governo. Em outros termos, a reforma agrária somente será realizada por um governo claramente identificado com os interesses das camadas populares, em especial com as dos trabalhadores rurais e urbanos. Lutar por reforma agrária no Brasil implica, portanto, lutar por mudanças sociais e políticas, concluem Stédile e Frei Sérgio.

Com base nos três grandes objetivos do MST, acima expostos, pode-se explicitar a própria natureza do MST. Qual o caráter do MST? O próprio MST se define como um movimento social de massas, cuja base principal são os camponeses sem terra, tendo um caráter sindical (luta pela terra para resolver os problemas de sobrevivência das famílias), popular (abrange várias categorias que participam, lutando por reivindicações populares, em especial nos assentamentos) e político (não no sentido partidário, mas no sentido de querer contribuir para mudanças sociais). A dificuldade em entender o caráter do MST é que ele não se enquadra nas formas tradicionais de classificação dos movimentos sociais, na medida que reúne em um só movimento três características que são complementares e se interligam: o sindical, o popular e o político.

Em inúmeras manifestações e posicionamentos, o MST, através de suas lideranças, manifesta a importância das conquistas imediatas, pois ninguém mobiliza somente com o objetivo de protestar. Mas enfatiza-se a importância vital de que as conquistas imediatas sejam inseridas num contexto e num projeto maior, do contrário a burguesia e as elites assimilam as conquistas e numa etapa posterior procurarão impor derrotas aos trabalhadores.

3.4 O MST e a Via Campesina

O MST, através da articulação Via Campesina, está propondo uma estratégia mais ampla de enfrentamento da crise geral e, em particular, do projeto das classes dominantes para a agricultura que, como foi explicitado, é profundamente destrutivo para o Brasil e, em especial, para os pequenos e médios agricultores. Neste sentido, propõe um projeto popular que represente o conjunto dos interesses e necessidades da sociedade brasileira, realizando as necessidades e anseios das camadas populares, que implica um projeto auto-sustentável para a agricultura. Portanto não se trata mais de reivindicar a solução apenas para uma ou outra necessidade. Propõe, isto sim, um confronto de projetos. O objetivo é discutir a proposta mas, principalmente, unir os aliados estratégicos, os pequenos e médios agricultores, em torno do projeto popular para a agricultura, na perspectiva de um projeto popular para o Brasil.

A crise geral do país, que exige uma alternativa popular, tem sua origem no modelo de industrialização do início da década de oitenta e que se consolidou a partir da unidade das classes dominantes brasileiras em torno do governo FHC (1994 – 2002) que consistia no modelo econômico de subordinação da economia brasileira ao capital financeiro internacional. O resultado deste modelo foi o agravamento da crise ao ponto de se considerar as décadas de oitenta e noventa como décadas perdidas. A produção não cresceu e houve um empobrecimento geral da sociedade brasileira como um todo. Os índices apontam para o processo de crescente concentração da propriedade da terra, da riqueza e da renda, a desnacionalização da economia brasileira, da venda de empresas estatais e mesmo de grandes empresas nacionais. Mais de 650 grandes empresas foram desnacionalizadas.

O MST, pela sua natureza e caráter político, com base em seus princípios organizativos, poder-se-ia afirmar uma forte dimensão internacionalista, pois vem participando ativamente da Via Campesina Internacional desde a sua fundação, inclusive com funções destacadas em nível do Continente Latino-americano. Porém em nível nacional vem tomando uma série de iniciativas para constituir e consolidar a Via Campesina-Brasil, que conta basicamente no presente com a participação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, o MMTR, A Comissão Pastoral da Terra, a CPT, a Pastoral da Juventude Rural, a PJR, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, a FEAB. A Sede Central da Via Campesina Brasil é em São Paulo.

A Via Campesina Internacional tem buscado uma articulação em âmbito mundial para unificar diretrizes, orientações e desafios em vista de impulsionar as lutas massivas em todos os continentes, em defesa da reforma agrária, de mudanças sociais e econômicas mais amplas e de novas perspectivas de futuro para o conjunto das nações.

A Via Campesina começou a se organizar no final dos anos oitenta e início dos anos noventa. Este é um período de crise generalizada da agricultura no mundo, tanto no campo socialista como no campo capitalista. Neste período, houve grandes avanços dos movimentos sociais ligados à agricultura. Em vários continentes, surgiram seminários e reuniões para debater o tema da agricultura que envolve questões como, por exemplo, a reforma agrária. Ocorreram reuniões na Ásia, outras duas na Europa. Na Europa, configurou-se o Comitê de Produtores Rurais – CPE. Na América Latina, organizou-se a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo – CLOC - que realizou seu primeiro seminário em 1995, em Lima, no Peru. O segundo ocorreu em 1997, em Brasília, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG, com participação expressiva das organizações camponesas da América Latina. As iniciativas foram se desenvolvendo, e outras reuniões foram realizadas na Europa com a finalidade de ampliar a articulação da Via Campesina. O nome, a marca Via Campesina do início dos anos noventa, vem devido, fundamentalmente, das reuniões dos movimentos e das entidades ligadas à agricultura.

A Via Campesina se consolidou no ano de 1996 com um Congresso no México, no mês de abril. O Congresso foi histórico por três razões fundamentais. No dia anterior, no Brasil, aconteceu o massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, onde foram brutalmente assassinados dezenove trabalhadores sem terra. O segundo motivo foi pela sua representatividade, pois estavam presentes representantes dos quatro continentes, representados por sessenta e nove organizações camponesas. Naquele encontro foram tiradas as linhas políticas e as ações comuns para o movimento camponês mundial. E em terceiro lugar foi escolhido o dia 17 de abril como o dia mundial da luta camponesa.

No encontro do México, por outro lado, definiu-se a estrutura organizativa da Via Campesina que, conforme Lucídio Ravanelo⁵⁰, leva em conta os quatro continentes, com respectivos representantes, e tem uma comissão coordenadora geral. A América Latina foi dividida em quatro subcontinentes: a América do Norte tem como representante a National Farmers Union do Canadá, a NFU; a América Central tem como responsável a Asocion Nacional de Agricultores de Centro América para La Cooperacion y el Desarrollo (ASOCODE); o Caribe tem como responsável Felix Martinez, da Asociacion Nacional de Agricultores Pequenos, a ANAP; e a América do Sul tem como responsável o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Por sua vez, a Ásia foi dividida em dois subcontinentes: o Sudeste/Nordeste, ficando como responsável a organização da Tailândia, Assembléia para o Pão, e o Sul da Ásia, o KRRS, da Índia. A África decidiu fazer um seminário regional para organizar o continente. A Europa também ficou dividida em dois subcontinentes: o Centro-Oeste, representado pelo Solidarnosc da Polônia, e o Oeste, representado pela Confederação Européia de Camponês, o CPE.

O encontro, como foi exposto anteriormente, tirou linhas políticas. Entre as orientações aprovadas, está a necessidade de a Via Campesina ocupar espaços políticos de incidência nos centros de decisão e poder, como é o caso do Banco Mundial, o FMI e a OMC. Propôs-se, igualmente, que a Via Campesina fosse membro consultivo da Organização das Nações Unidas, a ONU. Desta forma, urge que promova estratégias específicas e marque presença em encontros internacionais que dizem respeito às questões agrárias. Nos próprios encontros da

⁵⁰ RAVANELO, Lucídio. In: *Seminário Reforma Agrária e Democracia: A perspectiva da sociedade civil. Via Campesina*. Rio de Janeiro, 1998.

ONU, como a Conferência Mundial sobre Sementes, realizada na Alemanha, em junho de 1996, a Via Campesina esteve presente. Da mesma forma participou da Conferência Mundial sobre Qualidade Alimentar, ocorrida em 1997. Orientou-se, também, para a necessidade de participar do Encontro de Direitos de Propriedade Intelectual, em 1998. Ainda no congresso a que estamos nos referindo, além da questão da reforma agrária, foram tiradas resoluções envolvendo diversos outros temas, relacionados com a questão agrária, como o desenvolvimento sustentável, os povos originários do decênio e os povos afro-americanos, o meio ambiente, os recursos naturais, os direitos humanos, a cultura e a educação, os assalariados rurais e a organização dos trabalhadores.

Na questão da reforma agrária, destaca-se que a mesma é importante em todos os países do mundo, mas os contextos em que essas lutas se inserem são muito diferenciados. Em função de cada um dos processos, o próprio conceito de reforma agrária tem conotações diferentes, de acordo com o contexto em que está sendo usado. O congresso propôs e aprovou 14 resoluções em relação à reforma agrária, que se constituem em orientações e diretrizes gerais, enfatizados por Ravanelo⁵¹

1. A reforma agrária não pode restringir-se à distribuição de terras, mas também deve contemplar a questão econômica, social e política. Deve considerar todas as necessidades de todos os trabalhadores: crédito, educação, etc..
2. A reforma agrária precisa buscar aliança com as forças populares do meio urbano. Inclusive deve utilizar estratégias especiais de difusão nos meios de comunicação.
3. É necessário respeitar o direito ancestral das terras e dos povos indígenas, incluindo o solo, o subsolo e as selvas. O desafio é estabelecer uma estratégia de recuperação dos territórios roubados dos povos.
4. A reforma agrária necessita caminhar em conjunto com os direitos humanos como um elemento fundamental da luta pela terra.

⁵¹ RAVANELO, Lucídio. In: *Seminário Reforma Agrária e Democracia: A perspectiva da sociedade civil*. Via Campesina. Rio de Janeiro, 1998.

5. Em nível regional e local, é importante avançar na luta direta pela terra. Os processos de conscientização, mobilização e, principalmente, de organização da produção e da comercialização.
6. Criar mecanismos e lutar contra o avanço das cidades sobre as terras agrícolas.
7. As mulheres e os homens devem ser proprietários legais das terras conquistadas, evitando a perpetuação machista centralizada somente no homem.
8. Organizar e estabelecer frentes nacionais de lutas do campesinato. Ao mesmo tempo, impulsionar a criação de fundos nacionais de terras voltadas à reforma agrária.
9. As mobilizações e ações diretas devem ser acompanhadas por estratégias de ocupação dos espaços de decisão política.
10. Realizar intercâmbios em nível internacional sobre a legislação agrária, envolvendo os membros da Via Campesina.
11. Ressaltar a importância dos convênios internacionais da organização Internacional do Trabalho, a OIT, favorável às causas campesinas dos povos indígenas.
12. Denunciar os efeitos dos programas do Banco Mundial no campo, cuja estratégia é claramente contrária aos interesses dos agricultores familiares, como é o caso do Crédito Fundiário via Banco de Terras e a Cédula da Terra.
13. Fazer pressão internacional no caso das violações do direito da terra.
14. Apoiar a realização de uma campanha global para reformas agrárias, com possibilidade de articular as propostas em curso ou potenciais.

Além das resduções que servem como orientações e diretrizes gerais para balizar as lutas, a questão mais importante que constitui os desafios são as mobilizações de massa. Neste sentido, não é suficiente apenas organizar entidades

camponesas e tirar linhas políticas de ação. Assim, foram tirados dez grandes desafios para o movimento social camponês mundial, sendo vital a superação destes desafios em vista do avanço do processo de democratização da terra em nível mundial. As resoluções na forma de desafios são as seguintes:

1. Vincular as lutas imediatas reivindicativas relacionadas com as necessidades do campo com um projeto estratégico nacional de longo prazo;
2. Definir lutas conjuntas contra o projeto neoliberal, que atinge todos os países;
3. Estender as lutas camponesas para as cidades, envolvendo os trabalhadores e setores excluídos urbanos, pois o peso social do campo vem diminuindo nos países em geral;
4. Diante dos métodos de cooptação, de repressão, de divisão dos movimentos pelas classes dominantes, torna-se indispensável elevar o nível de consciência política das bases populares;
5. É vital a criação de alternativas de participação da juventude e das mulheres. Isto, tanto em relação às alternativas econômicas, quanto às de trabalho, renda e alternativas de participação política dos movimentos e organizações;
6. Investir na formação de quadros como fundamental para que as organizações e movimentos cresçam e avancem;
7. Aperfeiçoar os métodos de direção e organização. É necessário levar em conta as experiências históricas da classe trabalhadora em nível internacional. Nestas experiências, destacam-se os princípios organizativos fundamentais que embasam os métodos de ação: a direção coletiva, a vinculação com as massas, a organização de base, a disciplina, a crítica e autocrítica. Estas medidas irão fortalecer as organizações e combater um conjunto de desvios que persistem, como centralismo, o sectarismo, o personalismo e o oportunismo.

8. Melhorar os métodos de práticas políticas. Não é suficiente fazer bons discursos, documentos, reuniões e seminários ,pois, diante dos planos de lutas massivos somos débeis;
9. Recuperar a prática cotidiana dos valores éticos de uma nova sociedade que vai forjando o homem e a mulher nova, combatendo os valores neoliberais do individualismo, egoísmo e consumismo;
10. Recuperar a cultura popular nacional como valor fundamental, não meramente como um folclore e uma recordação dos antepassados. A cultura é um elemento fundamental de integração e unidade social dos pobres e população em geral. A cultura poderá ser um instrumento de pedagogia das massas.

Por sua vez, na realização da Terceira Conferência Internacional da Via Campesina, em outubro de 2000, na Índia⁵², afirma-se que durante vários séculos diversos países realizaram reforma agrária que, basicamente, teve um caráter capitalista ou socialista, cada uma com suas características peculiares de acordo com a realidade histórica de cada país, conforme o grau de organização dos camponeses. Ao lado das polêmicas e diferenciações, em todas houve um processo de democratização da terra, de diminuição da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural.

Outro aspecto importante a considerar, nos países de terceiro mundo, com raras exceções, é que não foram realizadas verdadeiras reformas agrárias que alterassem, de fato, a estrutura de propriedade e superassem a pobreza no campo. É no terceiro mundo onde existe o maior número de camponeses pobres e onde o peso da população rural é maior. Em alguns países, até majoritária. A ausência da reforma agrária se deu sempre por dois fatores: a) a existência de um modelo capitalista dependente, colonial, que articulou a grande propriedade fundiária com a exportação dos produtos primários; b) o poder político das oligarquias rurais, grandes proprietários das terras, articulados com as burguesias locais e estrangeiras. Estes dois fatores se enquadram perfeitamente na situação brasileira

⁵² VIA VAMPESINA INTERNACIONAL. A Reforma Agrária e as Mudanças Sociais no campo. In: *Cadernos de Textos, volume 2, Conferência Estadual de Reforma Agrária, o uso da Terra e o Desenvolvimento do Estado*. Porto Alegre – RS, janeiro de 2002, p. 67 a 70

que ainda não resgatou efetivamente esta dívida social com os milhões e milhões de sem terra ou de pouca terra. O documento afirma que, em todos os países do terceiro mundo que não realizaram a reforma agrária, persiste um grave problema agrário em toda a sociedade, representado pela manutenção da grande propriedade latifundiária e concentração das mesmas nas mãos de uma minoria. A utilização das terras passa a priorizar a exploração e a ganância. Este problema se constitui na causa da existência da pobreza, das desigualdades sociais, das péssimas condições de vida da população no meio rural, do subdesenvolvimento crônico e dependente da economia, e da falta de perspectiva para os trabalhadores em geral.

Todo este quadro se agravou nos últimos anos com a aplicação das políticas neoliberais liberalizantes que desmontaram o setor público agrícola, acentuaram a destruição da pequena propriedade e da agricultura familiar, e aumentaram ainda mais a concentração fundiária e o processo de êxodo rural, especialmente dos jovens. Diante deste quadro de agravamento geral da exploração em que estão submetidas as economias periféricas, de base rural, em especial os pequenos agricultores, mesmo no primeiro mundo, as organizações camponesas defendem, mais do que nunca, a necessidade de uma ampla política de reforma agrária como instrumento para diminuir a pobreza e as diferenças sociais e promover o desenvolvimento econômico e harmônico das nossas sociedades.

Na concepção da natureza de reforma agrária defendida pela Via Campesina, está a necessidade de combinar um amplo processo de distribuição de propriedade da terra com uma profunda mudança do modelo econômico, social e político. Também defende de que a posse e o uso da terra devem estar subordinados ao princípio de que somente tem direito à mesma quem nela trabalha, dela depende e nela reside com sua família. Como um bem da natureza, a terra deve estar a serviço do bem-comum. Ela não é nem pode ser uma mercadoria onde quem tem dinheiro pode se apoderar de qualquer quantidade. É vital um limite de tamanho máximo de propriedade da terra por família, conforme a realidade das regiões do país.

A garantia de acesso à terra pelos camponeses é a garantia de sua sobrevivência, de valorização de sua cultura, de autonomia das comunidades e de uma nova visão de preservação dos recursos naturais para a humanidade e para as gerações futuras. Como patrimônio da família, propõe-se a forma de propriedade

social da terra. A família deve ter o direito de usá-la para sua sobrevivência e em benefício da sociedade, sendo vedado o seu uso para o comércio, bem como para fins de especulação capitalista. Deve ser impedido que empresas capitalistas se apoderem de grandes extensões de terra.

Como já foi afirmado anteriormente, a reforma agrária necessita estar casada com um conjunto de outras medidas, envolvendo políticas públicas que viabilizem a agricultura familiar, com incremento do processo de agroindústrias sob controle dos agricultores, com o processo de cooperação agrícola e garantia de educação em todos os níveis para os filhos dos agricultores e para as mulheres. Da mesma forma, é vital a mudança do modelo tecnológico e da política de soberania alimentar. É muito importante o *controle* e uso da água, evitando-se, de todas as formas, sua privatização. Enfim os princípios e compromissos defendidos pela Via Campesina possuem grande identidade com o documento: nossos compromissos com a terra e com a vida. (4º Congresso do MST, 2000, conforme anexo 2, Documentos Históricos do MST).

A posição da Via Campesina sobre as estratégias de luta no contexto e diante dos desafios atuais corrobora a posição do MST, ou seja, que a luta pela implementação da reforma agrária não pode ser uma necessidade e aspiração apenas dos camponeses, mas deve ser encarada como uma solução social de toda a sociedade. A reforma agrária deve estar inserida como uma reivindicação e uma plataforma de luta de amplos setores populares em nível de cada país. Os camponeses sozinhos não conseguirão a reforma agrária e as mudanças necessárias no campo. A conclusão da Via Campesina é a de que, diante da globalização neoliberal excludente, urge que os povos do terceiro mundo, os trabalhadores em geral, e, em especial, os camponeses da Via Campesina, se articulem e desenvolvam formas de lutas internacionais.

3.5 As Propostas Fundamentais do MST

As principais reivindicações e propostas do MST têm origem nos debates e eventos nacionais como o encontro nacional de fundação em 1984 e o 1º Congresso Nacional, em 1985. Em 1987, o MST, conjuntamente com a CPT e Central Única

dos Trabalhadores, a CUT, apresentaram uma proposta de Projeto Popular para a Constituinte sobre a reforma agrária que foi debatida em quase todo o país e conseguiu a adesão de mais de 1,6 milhão de assinaturas de camponeses e da população em geral. Em 1990, no 2º Congresso Nacional, organizou-se nova proposta de reivindicações ao governo. Em nível de estados, nos processos de mobilizações, também foram debatidos e apresentados pontos específicos aos governos estaduais e aos superintendentes do INCRA. O 3º Congresso Nacional aconteceu em Brasília, no ano de 1995. A Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária que partiu em 17 de fevereiro de 1997 de três pontos estratégicos do país chegou a Brasília no dia 17 de abril, primeiro aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás. A chegada em Brasília contou com mais de cem mil pessoas. Em agosto de 2000, ocorre o 4º Congresso Nacional do MST. A partir destes eventos, em especial os nacionais, juntamente com o Projeto Popular da Constituinte, é formulada a proposta do MST para a reforma agrária, dividida em quatro dimensões: a) Objetivos; b) As Medidas Necessárias; c) Os Beneficiários da Reforma Agrária e d) Os Mecanismos de implantação do programa. Morissawa⁵³, sistematiza o projeto do MST, conforme segue.

Em relação aos objetivos, afirmase que a proposta de reforma agrária implica, em si mesma, a realização de parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade, mais igualitária e socialista. Por sua vez, as medidas necessárias compõem um amplo processo de mudanças na sociedade, especialmente de mudanças na atual estrutura capitalista de organização da produção. Em termos de beneficiários, existirão os diretos e os indiretos, ou seja, a maioria da população será beneficiada. Os mecanismos para implantação do programa necessitam combinar a mobilização popular e a ação de um Estado Democrático e Popular.

Retomando, a reforma agrária tem por objetivos:

- garantir trabalho para todos, combinado com distribuição de renda;
- produzir alimentação farta, de baixo custo e de qualidade à população brasileira, em especial à das cidades, garantindo a segurança alimentar;

⁵³ MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 168-172.

- garantir o bem-estar social e melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros, em especial os mais pobres;
- buscar a justiça social e a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, social, político, cultural e espiritual;
- divulgar os valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, combatendo a prática de discriminação racial, religiosa e de gênero;
- possibilitar a participação igualitária da mulher na sociedade;
- preservar e recuperar os recursos naturais, como as águas, o solo, as florestas, em vista de um desenvolvimento auto-sustentável;
- implementar a agroindústria e a indústria no interior do país como meios de desenvolvimento.

Sobre as medidas necessárias, destaca-se como eixo básico a democratização da propriedade da terra e dos meios de produção. São destacados os seguintes aspectos:

1. O sistema econômico: a organização e desenvolvimento da produção no campo deve priorizar o trabalho sobre o capital, combatendo todas as formas de exploração e opressão, garantindo trabalho a todos, como forma de libertação e dignidade entre as pessoas. A geração de excedentes econômicos viabilizados com o aumento da produtividade, do trabalho, da produção, da agricultura e da agroindústria, deve promover o progresso econômico e social.
2. Democratização da terra e dos meios de produção: a terra como um bem da natureza a serviço de toda a sociedade, um bem de todos para atender às necessidades de todos. A propriedade ou posse da terra deve cumprir esta função social. A posse e uso da terra poderão ser exercidos de várias formas: familiares, associações, cooperativas, empresas comunitárias, públicas, estatais e outros, conforme necessidades de cada região.

A alteração da atual estrutura fundiária deve promover desapropriações (com indenização aos proprietários) e expropriações (sem indenizações, em caso de grileiros, criminosos, cultivadores de drogas, contrabandistas e a utilização de trabalho escravo) para garantir o direito a todos de trabalhar na terra, sendo subordinada aos objetivos gerais já citados.

A democratização da terra deve observar ainda um conjunto de critérios:

- priorizar terras próximas às cidades, viabilizando o abastecimento com menor custo e a infra-estrutura básica;
- o tamanho e forma de propriedade dependerão de cada região, de sua vocação natural e das perspectivas de desenvolvimento;
- regularizar as terras de todos os pequenos agricultores que vivem sob condição de posseiros;
- democratizar o acesso aos meios de produção;
- a extração de madeiras e recursos naturais deverão ser controlados pelos trabalhadores, através do Estado, visando a interesses sociais e ao equilíbrio ambiental;
- impedir que bancos e empresas estrangeiras, grupos industriais nacionais que não dependem da agricultura, venham a possuir terra;
- a garantia da propriedade e função social será exercida sob várias formas de legislação e legitimação, como concessão de uso, propriedade definitiva, título coletivo e outros;
- proibição de cobrança de renda da terra;
- impedimento de venda de lotes por parte de beneficiários da reforma agrária;
- democratizar o uso das águas, garantindo sua utilização coletiva pelas comunidades, em vista da subsistência e extrativismo;
- penalizar e recolher as terras mal utilizadas ou que estejam em dívida de impostos;
- regulamentar a distribuição das terras públicas, devolutas, pertencentes à União e aos estados, conforme os objetivos gerais.

3. A organização da produção: poderá haver várias formas complementares de produção, em nível de unidades familiares, em nível dos novos assentamentos, seguindo alguns indicativos básicos , tais como:
- o tamanho das unidades de produção dependerá das regiões e dos produtos cultivados;
 - implementação de várias formas de cooperação, como os mutirões, as associações, as empresas públicas, as cooperativas e as empresas de prestação de serviços;
 - incremento da urbanização das famílias que vivem no interior, aglutinando-as, conforme as características regionais, em povoados, comunidades e agrovilas. A finalidade é facilitar a adoção de infra-estrutura de energia, saúde, educação e melhorias nas condições de vida;
 - estímulo para que os trabalhadores se organizem em sindicatos, cooperativas, associações, conselhos, comitês e movimentos, de acordo com a sua experiência e realidades locais. A organização popular é fundamental para garantir direitos e deveres sociais;
 - os pequenos agricultores autônomos necessitam uma política agrícola específica para aumentar a produção e produtividade;
 - incrementar as agroindústrias familiares visando a agregar renda aos produtos e melhorar a qualidade dos alimentos;
 - realizar um processo de planejamento da produção de acordo com as vocações e os mercados/necessidades sociais regionais;
 - os assalariados necessitam se organizar em vista da participação, controle, autogestão, organização de cooperativas, ou na co-participação na gestão de empresas onde trabalham. Necessitam ter seus direitos sociais e trabalhistas garantidos.
4. Uma nova política agrícola: são instrumentos de estímulo da produção agropecuária que podem aumentar a renda dos pequenos e médios agricultores que produzem alimentos. Ela deve complementar o programa de reforma agrária, adotando, entre outras medidas, estas:

- garantia de preços compensatórios aos agricultores acima dos custos de produção;
 - garantia do comércio, através do transporte e armazenagem, bem como estímulo para a garantia de todos os produtos básicos para a alimentação, inclusive concedendo subsídios ao consumo para eliminar a fome e evitar a importação de produtos que podem ser produzidos no país;
 - implantação de um seguro agrícola que dará segurança e garantia de trabalho e produção agrícola;
 - crédito rural dos bancos públicos voltado para investimentos em atividades produtivas da reforma agrária, inclusive com subsídios;
 - organização de bancos associativos de sementes.
5. A industrialização do interior do país: necessário que seja viabilizado um processo de industrialização no interior do país, impulsionando o desenvolvimento mais harmonioso entre as regiões, gerando emprego, criando oportunidades para a juventude. Entre os aspectos a serem enfrentados, podem ser destacados:
- equilíbrio entre o processo urbano e rural;
 - desenvolvimento equilibrado entre todas as regiões do país;
 - estímulo às agroindústrias nos municípios do interior para processar os produtos agrícolas e gerar emprego e renda;
 - descentralizar as indústrias que produzem insumos e máquinas agrícolas, para o interior.
6. O desenvolvimento do semi-árido: programa de irrigação e combate à seca no Nordeste: região marcada por secas periódicas e pelo domínio dos coronéis, urge a implantação de um programa especial voltado para as características da região. Entre as medidas necessárias, destacam-se:
- distribuição de terra aos camponeses de áreas próximas aos rios, aos açudes, aos canais e barragens existentes, especialmente às margens dos rios perenes da região, com destaque ao São Francisco;

- implantação de um amplo programa de irrigação que viabilize a agricultura permanente da região, beneficiando os pequenos agricultores, estimulando cultivo de animais e cultivos próprios da região;
 - implantação de agroindústrias e pequenas indústrias;
 - captação de águas e construção de reservatórios em regiões que não possuem outras alternativas;
 - democratização das águas de reservatórios construídos com recursos públicos;
 - garantia de aquisição de toda a produção.
7. Um novo modelo tecnológico: necessário superar o atual modelo que visa apenas ao lucro das empresas produtoras de insumos. É predatório ao ambiente, prejudica o ser humano através dos agrotóxicos e comprometimento dos recursos naturais para as gerações futuras. Entre as medidas fundamentais, destacam-se:
- pesquisas e técnicas adequadas a cada região, visando à produtividade do trabalho, das terras, com equilíbrio ambiental;
 - utilização de técnicas adequadas, massificando um programa intensivo em todas as regiões do país, de capacitação no novo modelo;
 - implementar pesquisas e técnicas agropecuárias que respaldem o novo modelo de desenvolvimento nacional, auto-sustentado, envolvendo as universidades e o processo de pesquisa participante;
 - orientar os serviços de assistência técnica e extensão rural do Estado às prioridades da reforma agrária e do novo modelo tecnológico;
 - tornar mais acessível a todos a genética vegetal e animal;
 - preservar os recursos da flora e da fauna existentes como um patrimônio da toda a sociedade.
8. O desenvolvimento social: para ser consistente o desenvolvimento da produção agropecuária e agroindustrial, é indispensável um amplo programa de atendimento social ao conjunto da população do interior. Entre as medidas básicas, estão:

- alfabetização de todos, jovens e adultos;
- ensino público até o nível médio, em todos os municípios, com projeto político-pedagógico adequado à realidade;
- ampliação do acesso ao ensino superior a todos os jovens;
- professores do meio rural valorizados e integrados às atividades da comunidade;
- saúde pública preventiva, com métodos e terapias alternativas e atendimento médico-hospitalar a todos;
- garantia de moradias a todos;
- democratização dos meios de comunicação social;
- acesso ao lazer e cultura a todos.

Em relação aos beneficiários da reforma agrária é indubitável que a maioria do povo brasileiro obterá ganhos. Além dos beneficiários indiretos, que são a maioria do povo, existem os beneficiários diretos, em especial os seguintes segmentos:

- os trabalhadores rurais, os sem terra, os assalariados e pequenos produtores familiares;
- as populações urbanas, que necessitam de alimentos mais baratos e de mais empregos;
- a população em geral, que necessita de segurança alimentar e mais desenvolvimento;
- a juventude em geral, que terá mais oportunidades de emprego e educação;
- os pescadores, os povos indígenas e as populações remanescentes dos quilombos;
- os pequenos comerciantes, os setores de serviços e indústrias ligados à agricultura que terão um grande incremento em suas atividades.

Os mecanismos de implantação do programa de reforma agrária, conforme os objetivos e medidas necessárias, enfrentarão enormes resistências por parte dos

segmentos que não possuem nenhum interesse, isto é, dos latifundiários e dos grupos econômicos que desejam manter as estruturas e o modelo econômico concentrador e injusto para a maioria do povo. As alternativas, conforme já foi afirmado anteriormente, são, basicamente, duas: a mobilização popular e a ação de um governo e Estado democrático e popular.

Somente um amplo movimento popular, que reúna milhões de explorados e interessados no processo de mudanças e transformações, com ampla e regular participação popular nas lutas e mobilizações, poderá alterar a correlação de forças, favorável à reforma agrária e a outras mudanças profundas. As atuais conquistas de assentamentos e organizações associativas e cooperativas fazem parte do processo de mobilização e acúmulo destas forças. Um governo democrático e popular com efetivo compromisso, vontade política e determinação é a outra dimensão vital.

O fato de os assentamentos de reforma agrária continuarem vinculados ao MST, possui um significado político e econômico expressivo. Caso não continuassem vinculados teriam apenas um significado humanista, na medida que mais pessoas teriam acesso à terra, diminuindo a concentração fundiária. Mas do ponto de vista político pouco acrescentaria, pois não acumularia forças para as mudanças sociais mais profundas e as lutas mais gerais. O isolamento estaria contribuindo para reproduzir e aumentar o divisionismo e o corporativismo existente nos movimentos e organizações populares, que podem estimular vaidades pessoais de dirigentes e lideranças, mas não contribuem para um projeto alternativo.

Possivelmente não é exagero indicar que o conjunto dos assentamentos ligados ao MST, abrangendo mais de 8 milhões de hectares, sob a influência do Movimento, apesar de seus enormes problemas e limitações, conseqüências diretas das políticas agrárias e agrícolas praticadas no país, constituem na prática uma espécie de retaguarda e suporte para as lutas políticas e mobilizações nas frentes de ação do MST.

O próprio dirigente nacional do MST, Gilmar Mauro⁵⁴, com as devidas cautelas e precauções tem utilizado a expressão de que os assentamentos constituem “territórios livres”, sinalizando a importância estratégica dos

⁵⁴ MAURO, Gilmar. MST: Lutas e Perspectivas. In: *América Latina – História, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.

assentamentos continuarem vinculados organicamente e politicamente ao Movimento. Os dirigentes do MST em situações de conflito e repressão policial têm buscado respaldo e apoio junto aos assentamentos, onde podem circular com tranqüilidade e receber a solidariedade e respaldo necessários. Obviamente, os assentamentos possuem um papel fundamental, igualmente na sustentação econômica do MST e suas frentes de lutas.

4. AS FORMAS DE LUTAS PELA TERRA, A MÍSTICA E OS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS

4.1 As Formas de Lutas pela Terra

De acordo com Stédile e Frei Sérgio

as lutas gerais pela reforma agrária e a transformação social passam pela luta imediata e direta pela terra. Esta é a luta que está diante dos olhos e é palpável para milhões de trabalhadores rurais em praticamente todo o território nacional. Quando as lutas obtêm resultados concretos e os trabalhadores conquistam latifúndios, passando a produzir, superando a fome e melhorando as condições de vida, os demais se animam e tendem a seguir o mesmo caminho. A experiência de longos anos de caminhadas e lutas foi forjando um conjunto progressivo de formas de lutas. (1993, p. 49- 69)

Na exposição de Stédile e Frei Sérgio⁵⁵ são sistematizadas as principais formas de luta. A primeira etapa normalmente é o processo de audiências e negociações com as autoridades e órgãos de governo, apresentando a pauta de reivindicações. A forma das audiências e negociações tem sido marcada pela participação massiva dos integrantes do MST com outras lideranças de apoio e solidariedade. Em geral, ouvem muitas promessas. Na seqüência, retornam para verificar o cumprimento das promessas e todos aqueles detalhes que não foram cumpridos são rigorosamente cobrados.

⁵⁵ STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993. (Capítulo IV)

Os governos em geral percebem quando as reivindicações são sérias, quanto o grupo está mobilizado e organizado e se vai continuar cobrando e pressionando. Os governos que não são democráticos e populares, não possuindo compromissos efetivos com a reforma agrária, partem para as negativas, má vontades, enrolações. Neste momento, coloca-se a possibilidade do uso de pressão política mais forte, lançando mão de ocupações de terras, acampamentos, ocupações de prédios públicos, bloqueio de rodovias, ocupações de praças públicas. O objetivo destas medidas mais fortes é forçar os governantes a negociarem com o movimento, estabelecendo um cronograma e concessões mínimas.

As ocupações, na verdade, são as ações mais fortes. Ocorrem quando as outras formas de audiências e negociações são esgotadas. Elas podem acontecer em terras particulares ou públicas. Normalmente são executadas por um grupo expressivo de camponeses originários de vários municípios e, inclusive, de regiões mais distantes. Uma ocupação obedece a um longo planejamento e mobilização para, finalmente, num determinado dia e horário, no geral à noite, ser executada a ação.

A escolha do latifúndio a ser ocupado sempre leva em consideração basicamente dois fatores. O primeiro a facilidade de acesso a todas as famílias que vão ocupar. O normal é a escolha de um local centralizado na região. Em segundo lugar, que seja uma área grande, que não esteja cumprindo sua função social, pois isso dificulta o despejo e são maiores as possibilidades de desapropriação. A ocupação cria uma situação de conflito aberto, obrigando o governo e a sociedade a olhar o problema dos sem terra. A imprensa, a polícia e o judiciário são acionados para acompanhar, reprimir ou mediar a situação. Em circunstâncias de dificuldades de alimentação, muitas vezes são abatidas algumas cabeças de gado, o que leva ao aumento dos conflitos. Mesmo que os governantes afirmem não negociar com invasores, na prática, em situações de ocupação, as negociações têm sido mais frutíferas.

Na verdade, as ocupações constituem um ato de desobediência civil diante das leis injustas em vigor, por isso, tem sido regra que os proprietários procedam ao ingresso na justiça solicitando a reintegração de posse. É praxe os juízes, com base no Código Civil, ordenarem a desocupação. Na opinião do MST, o judiciário deveria

utilizar a Constituição Federal determinando à avaliação técnica da área ocupada e na medida que não esteja cumprindo a função social, declarar a desapropriação e o governo indenizar o proprietário com os títulos da Dívida Agrária. Mas têm predominado as decisões de despejo, no máximo concedendo prazos maiores, o que viabiliza negociações com o governo na busca de soluções, ao menos provisórias. A resistência às ordens de despejo tem sido caracterizada como uma desobediência civil. A motivação para a tomada de tais atitudes no limite da legalidade e ilegalidade baseia-se na situação limite de arriscar a própria vida para conseguir mais vida. Ou nas palavras dos camponeses: “preferimos morrer lutando do que morrer de fome”. Obviamente, as condições desta resistência no limite humano tem ocorrido em condições desiguais e adversas, pois em muitas circunstâncias houveram repressões violentas, mortes, seqüelas que atingiram a vida de camponeses para sempre. Em várias situações aconteceram verdadeiros massacres sobre os camponeses, alcançando grande repercussão nacional e internacional, obrigando as autoridades brasileiras a revisarem seus métodos de tratar os conflitos fundiários. Organismos nacionais e internacionais interviram na opinião pública, exigindo que os conflitos fossem tratados à luz da legalidade e como problemas sociais, e não como meros casos de polícia.

Merecem destaque, entre tantos fatos de violência e brutalidade cometidos contra os camponeses, a violência no despejo da Fazenda Santa Elmira, no Rio Grande do Sul, em 1989. O despejo da Fazenda Uberaba, em Imperatriz, Maranhão, onde o Batalhão de Infantaria da Selva usou bombas, fuzis, e destruiu os barracos dos camponeses, em 1990. O massacre na Praça da Matriz, em Porto Alegre, em 1990. O Massacre de Eldorado do Carajás, em setembro de 1995, no Pará, onde doze trabalhadores foram executados com tiros certos na cabeça e no tórax, sete foram mortos com instrumentos de corte retirados dos colonos, prova de que estavam dominados pelos policiais. Ao todo foram, 19 mortos, 69 feridos e pelo menos sete desaparecidos. Conforme os laudos, 13 foram executados depois de rendidos.

Outros dois assassinatos de lideranças ligadas a lutas dos camponeses e à causa dos povos da floresta obtiveram enorme repercussão internacional, com forte impacto negativo de condenação ao governo brasileiro pela sua conivência com a violência e impunidade total em relação aos mandantes e responsáveis. Trata-se do

assassinato do Pe. Josimo Tavares, em maio de 1986, a mando dos fazendeiros da região do Bico do Papagaio, no norte do país. O Pe. Josimo era de origem pobre e negra. Pelos seus compromissos com trabalhadores rurais, gerou ódio nos fazendeiros da região a tal ponto de ser tachado de “macaco comunista”. Ele sabia que estava marcado para morrer, a exemplo do seringueiro Chico Mendes, que vivia em Xapuri, no Acre, e foi brutalmente assassinado em 1988. Chico Mendes tornou-se conhecido no mundo pela luta em defesa dos povos e da floresta amazônica, tendo recebido o Prêmio Global 500 da ONU, em 1987. Mendes criou a tática de luta denominada empates, como forma de lutar em defesa dos seringueiros e da floresta. A sua morte obteve uma das maiores repercussões mundiais. A UDR – “União Democrática Ruralista” - ficou responsabilizada pela sua morte.

A mesma constação é realizada pela jornalista do Centro de Justiça Global, Maria Luisa Mendonça⁵⁶, que numa pesquisa em 300 artigos que citam o MST, em quatro órgãos de imprensa do país: A Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo e O Jornal do Brasil, entre o dia 20 de abril e 20 de agosto de 1990, conclui apenas 8 matérias pesquisadas passam uma imagem positiva do MST.

A violência e a repressão patrocinada pelas forças policiais federais, conjuntamente com as estaduais, e, as formas cada vez mais sofisticadas de violência dos setores latifundiários, sempre contou com a conivência e a postura parcial e manipuladora dos setores da imprensa, principalmente dos monopólios de comunicação do país. Na expressão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul⁵⁷, que em edição extra, de agosto de 1990 apresentam uma versão crítica e coerente baseada nos fatos reais, com o objetivo de resgatar a verdade sobre o episódio da Praça da Matriz, em Porto Alegre, onde resultou a morte de um soldado e o ferimento grave de vários agricultores. De forma lúcida demonstra-se que houve uma “segunda vítima” na batalha da Praça da Matriz, que foi o assassinato da verdade.

No contexto das ocupações tem sido travado um embate conceitual, contrapondo-se ocupação à invasão. Os setores da direita, especialmente os

⁵⁶ MORISSAWA, Mitsue. A imprensa e o MST. In: *A história da luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

⁵⁷ JORNAL DOS SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL. Edição Extra – agosto/1999. Porto Alegre.

vinculados à imprensa conservadora, têm, insistentemente, acusado os camponeses de invasores. O MST sustenta a idéia de ocupações.

Na verdade, são duas concepções antagônicas, pois tecnicamente a invasão implica um ato ilegal e a ocupação um ato legítimo. Neste sentido, a invasão significa alguém que não precisa de terra apossar-se de algo que pertence a outro ou à sociedade e fazer-se dono. Assim, as terras dos índios e dos posseiros estão sendo invadidas. As multinacionais invadiram milhares de hectares dos brasileiros, em nível de Brasil. Os sem terra estariam invadindo se estivessem em terras de um pequeno proprietário ou em uma reserva indígena para organizar acampamento.

De acordo com João Pedro Stédile e Frei Sérgio⁵⁸, a ocupação é legítima, pois tem em vista a defesa da vida, da sobrevivência, praticada por gente marginalizada pela sociedade, sendo executada em propriedades que não cumprem a função social. A ocupação, pois, cumpre um papel de pressão política para negociar com os governantes soluções em vista de terras e assentamentos de famílias. Neste sentido, ela equipara-se ao direito de greve dos trabalhadores urbanos para exigir seus direitos. As ocupações são inspiradas nos interesses coletivos e no estado de necessidade dos camponeses. Por sua vez, as invasões são marcadas pelos interesses particulares e o desejo de acumulação. Os cristãos, inclusive, legitimam as ocupações com base na Bíblia, que estabelece o direito de resgate nos anos sabáticos e jubilares.

Na seqüência do processo de ocupações, normalmente organizam-se os acampamentos permanentes. Os acampamentos em área pública ou de particular solidário à luta ou em beira de alguma estrada envolvem um número expressivo de pessoas, num período de um a mais de quatro anos, para o governo conseguir assentar todos os acampados. O acampamento é uma verdadeira cidade de barracas de lonas, envolvendo homens, mulheres e crianças, que se organizam para levar a luta adiante. Durante o período de acampamento, desenvolve-se um intenso trabalho de educação, de organização e atividades de sensibilização da opinião pública e pressão sobre as autoridades, em nível externo.

⁵⁸ STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993. (Capítulo IV)

É necessário registrar que existem os acampamentos provisórios, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades e da opinião pública para, durante poucos dias, estudar, debater e decidir os rumos sobre algumas questões relevantes aos camponeses e à população em geral. Atingidos estes objetivos, o acampamento se dissolve. Ao passo que os acampamentos permanentes somente se dissolvem quando todos os acampados forem assentados.

Os acampamentos permanentes ao longo da história do MST têm visado a um conjunto de formas de lutas e entre elas se destacam:

- As audiências públicas com as autoridades: um movimento de duas vias, com a ida até os gabinetes e a presença das autoridades diretamente nos acampamentos para verem e ouvirem as reivindicações;
- As caminhadas ou marchas: como forma de mobilizar e chamar a atenção da opinião pública e pressionar os governantes. Durante as caminhadas, são organizadas atividades de debates, celebrações e audiências públicas nas cidades e comunidades, visando à conscientização sobre os problemas e o engajamento da população. Em 1990 e 1991, no Rio Grande do Sul, durante vinte e cinco dias, foram percorridos mais de mil quilômetros de estrada, na denominada Marcha da Fome. Agora, recentemente, no período de 17 de fevereiro de 1997, a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária partiu de três pontos estratégicos do país, chegando em 17 de abril de 1997 a Brasília, com a presença de mais de cem mil pessoas. Um dos objetivos foi denunciar o massacre contra os sem terra de Eldorado de Carajás. Já em março de 1999, os sem terra protestaram em vários estados contra as medidas do governo Fernando Henrique Cardoso, como o Banco da Terra, na denominada Marcha Popular pelo Brasil. Em abril de 2000, no contexto de comemorações de quinhentos anos do descobrimento do Brasil, o MST ocupou mais de 150 latifúndios improdutivos do país. Em maio de 2000, foi realizada a Jornada de Lutas, em todas as capitais para tornar visíveis os problemas vividos pelos sem terra e denunciar a repressão sobre o movimento.
- Jejuns públicos e greves de fome: consistem em concentrar em local público, voluntariamente, abstando-se de comer, para tornar visível a fome

que é diária nos acampamentos. O período é por tempo determinado, em torno de três a cinco dias. A greve de fome, utilizada em escala menor, envolve um grupo de pessoas que deixa de se alimentar por tempo indeterminado e responsabiliza o governo pelos riscos e conseqüências do que vier a acontecer com o grupo. Ela se conclui quando o governo começa a atender as promessas.

- A ocupação de prédios públicos: realiza-se quando os governos federal e estaduais não cumprem seus compromissos e promessas ou não abrem as negociações. Conforme as reivindicações e as competências respectivas de órgãos federais ou estaduais, ocupam-se prédios afins.
- Acampamentos em praças e outros lugares públicos: ocupa-se um local no centro da cidade para expor à opinião pública, com manifestações regulares, os problemas dos acampados, visando a obter a solidariedade da população e pressionar os governos para atender as reivindicações. De acordo com a conjuntura, é viável reocupar latifúndios, exigindo soluções do governo.

A implantação de um acampamento implica em uma intensa organização interna. O eixo principal é o núcleo de base, que envolve em torno de 10 a 30 famílias, geralmente oriundas de um mesmo município. Os principais serviços e de manutenção e as necessidades são organizadas a partir daí em relação à: alimentação, saúde, higiene, educação, religião, lenha, animação, finança, lazer e esporte. Os responsáveis de cada serviço compõem uma equipe que se reúne regularmente para avaliar e planejar o trabalho. A coordenação geral do acampamento busca unificar a atividade das várias equipes e encaminhar as lutas, as negociações com o governo e as articulações com a comunidade, em particular, e a sociedade, em geral. A coordenação geral é eleita na instância máxima deliberativa que é a assembléia geral. Entre uma assembléia e outra, a coordenação geral, conjuntamente com as lideranças de núcleo, encaminham o dia-a-dia.

Um conjunto de princípios norteia a organização e funcionamento dos acampamentos. Destaca-se a democracia e a participação de todos no processo decisório, na divisão das tarefas e na direção coletiva.

A sustentação do acampamento é garantida mediante o trabalho dos acampados. Os ganhos são convertidos em alimentação, com a contribuição dos membros do movimento que já conquistaram terra e a solidariedade das pessoas e entidades, bem como recursos reivindicados ao governo.

Cabe destacar que existe uma inter-relação direta entre os assentamentos já consolidados ou em processo de consolidação e, as frentes de lutas, especialmente nos acampamentos. Os debates sobre os princípios e diretrizes organizativas, a questão política, o aspecto cultural e ideológico a serem implantados nos futuros assentamentos são diretamente trabalhados a partir dos acampamentos, com a finalidade de serem consolidados nos assentamentos. Após uma longa caminhada, diante de vários problemas enfrentados optou-se por um projeto organizativo e político para os assentamentos, que na prática consiste o projeto de uma Revolução Cultural, na perspectiva de obter a longo prazo a conquista de pessoas com novos hábitos, novas condutas e novos valores. A inspiração é a busca prática de um novo homem e uma nova mulher, mais plenos e libertos, conscientes de seu papel histórico junto à classe trabalhadora e dispostos a enfrentar o desafio da revolução brasileira.

Existe um fator objetivo que tem limitado o avanço político organizativo nos assentamentos, que consiste na dificuldade de obtenção de recursos financeiros, que acaba levando a maioria a priorizar a luta pela sobrevivência familiar, onde predominam práticas imediatistas e econômicas em detrimento da elevação do nível cultural e de consciência política. Porém é inegável que os acampamentos, em especial os assentamentos, possibilitam o surgimento de novas organizações e estruturas sociais, onde o processo de convivência e participação política passam a ser muito intensas, propiciando o trabalho de produção de uma nova consciência, de um novo modo de ser e agir, ou seja, possibilitando uma espécie de Revolução Cultural.

Normalmente o público envolvido é oriundo de experiências ligadas a famílias de agricultores familiares ou famílias ligadas às periferias urbanas, com baixíssimo grau de convivência e participação política. Mas esta realidade não impede que se desenvolva um projeto que combine a luta pela sobrevivência econômica com a elevação do nível cultural, político e ideológico.

4.2 A Mística do MST

De acordo com Stédile⁵⁹, o MST, enquanto organização social, tem apresentado contribuições novas. Entre elas se destaca a importância dada à questão da mística em vista da obtenção da unidade do movimento. A esquerda, de um modo geral, não trabalhou a questão da mística, muito menos a direita. A mística é integrada ao processo na forma de uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta. A outra contribuição é a aplicação de um conjunto de princípios organizativos. Estas duas contribuições podem ser aproveitadas e assimiladas pelos outros movimentos sociais.

A mística e os princípios organizativos dão sustentação ideológica e política para a militância do MST e para as outras pessoas que se engajam no processo. Esta é a razão de as pessoas assumirem e delas participarem, inclusive daquelas que exigem sacrifícios e dedicação para serem cumpridas. As pessoas fazem-nas porque se sentem bem, sentem-se felizes. Como exemplo, pode ser citada a caminhada a Brasília, em abril de 1997, que percorreu em torno de 1.200 quilômetros. É o caso, igualmente, dos acampamentos nos quais as famílias chegaram a ficar até seis anos.

Mas no que consiste a mística praticada pelo MST? De certa forma, é o seu alimento ideológico, a esperança e a solidariedade. É um ritual, mas tem um caráter histórico, de celebração permanente. Ela vai além da mística de caráter litúrgico e formal, pois se fosse somente isso, ela morreria. Ela é assumida como parte da própria vida. Por isso, não se restringe a momentos exclusivos, como os Congressos, os Encontros Nacionais e Estaduais. É praticada em todos os eventos que aglutinem pessoas como uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Um sentimento que aflora no sentido de um ideal. As pessoas se emocionam pelo fato de serem motivadas em função de um ideal, de uma utopia. Não se trata de uma distração metafísica e idealista ao estilo de seitas religiosas ou ao dos carismáticos que são capazes de chorar coletivamente ou fixar um ideal inalcançável. Nestes casos, pratica-se uma mística abstrata, muitas vezes alienada para manter a unidade em torno de um projeto genérico. No MST, a motivação e

⁵⁹ STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente, A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 129-137.

sentimento têm uma base histórica e a cada momento, em cada atividade, é ressaltada uma faceta do projeto.

O MST possui uma relação forte com a religiosidade. A base em geral inspira-se na fé religiosa para alimentar sua luta, que é uma luta de esquerda, contra o estado burguês e o capital. A dimensão religiosa, a fé e a esperança de caráter religioso/bíblico constituem-se em fundamento e dimensão intrínseca da grande maioria dos integrantes do movimento. A perspectiva e os princípios da Teologia da Libertação formam uma forte inspiração e referencial ao movimento. Conforme Enrique Dussel⁶⁰, a Teologia da Libertação surge de uma experiência da práxis cristã e da fé cristã, a partir de critérios espirituais e pastorais. Os cristãos comprometiam-se a lutar contra as injustiças e isto implicava em utilizar novas categorias críticas das ciências sociais, como as interpretações do Marxismo. A partir das indignações éticas contra as injustiças e opressões, contra a miséria e a marginalização dos pobres e povos latino-americanos, da Ásia e da África, surge o compromisso efetivo para que possam alcançar uma vida digna, mais humana e realizada. Este compromisso levou ao desafio de repensar a teologia, anteriormente comprometida com a ordem capitalista, para que se transformasse em uma mediação e compromisso de libertação em vista de uma nova ordem social.

A simbologia faz parte da caminhada do MST. Entre os símbolos mais marcantes destacam-se a bandeira, o Hino do Movimento, as palavras de ordem, as ferramentas de trabalho e os frutos do trabalho no campo. Aparecem em muitas atividades, no uso regular do boné e nas faixas, e nas músicas. O próprio Jornal Sem Terra, além de um meio de comunicação, já se constitui num importante símbolo. Os militantes se identificam e possuem afinidades, gostam dele.

A convicção dos dirigentes e teóricos orgânicos do MST é que a unidade e identidade do movimento não são constituídas com belos discursos e grandes fundamentações teóricas, embora sejam imprescindíveis. Mas sim pela ideologia da visão política sobre a realidade e o uso de símbolos que, na prática, vão construir a identidade. Eles materializam o ideal, uma espécie de unidade invisível.

⁶⁰ DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação e Marxismo. In: LÖWY, Michael (Org.). *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

A bandeira, um símbolo forte do MST, foi sendo definida no processo. No início, eram usadas várias bandeiras. Possuíam inscrições diferenciadas tais como: “o povo unido jamais será vencido”; ou “terra para quem nela trabalha”, ou “terra e justiça”. Somente em meados de 1986 percebe-se a necessidade de unificar a bandeira em vista de uma identidade própria. Então se abre o processo de discussão para que fossem apresentadas propostas. A definitiva foi aprovada em Encontro Nacional. As cores da bandeira possuem seus significados. A cor vermelha relaciona-se à tradição de luta e identidade com a classe trabalhadora, trata-se de um elemento ideológico bastante forte. O casal estilizado na foi aproveitado de um cartaz do I Congresso, inspirado num cartaz da Nicarágua, que tinha um homem e uma mulher numa manifestação, com um facão erguido. No lançamento oficial da bandeira, foi apresentada uma poesia à bandeira, de autoria de Hamilton Pereira, que utiliza o pseudônimo de Pedro Tierra em suas poesias.

O Hino do MST seguiu processo semelhante ao da Bandeira. Foi aberto processo de sugestões nos estados, que encaminharam as propostas para a Secretaria Nacional, em São Paulo, que, por seu turno, as devolveu para os estados. No 3º Encontro Nacional de 1989, em Nova Veneza (SP) foi escolhida a música vencedora. Numa espécie de festival de músicas, a vencedora foi apresentada pelo MST da Bahia, tornando-se o hino oficial do MST. Na seqüência, o Maestro Willy de Oliveira, da Orquestra da USP, musicou o hino em forma de marcha, fazendo a gravação com o Coral da USP.

Há, obviamente, interesse em popularizar mais a sigla e os símbolos do MST. A sigla é uma das que mais aparece na mídia, embora o objetivo nunca foi aparecer na mídia. O objetivo principal sempre foi a luta social, porém a luta social acaba conquistando espaços nos jornais, revistas, rádios e TV. Mesmo que os proprietários sejam contra e não gostem, a situação exige que seja veiculada a luta social. Mais recentemente, foi tomada a decisão de divulgar a sigla do MST em todos os produtos das agroindústrias, dos assentamentos das cooperativas, com o intuito de que a sociedade relacione o MST não apenas às ocupações mas às suas conquistas e realizações. Neste sentido, é importante diferenciar os símbolos atemporais, ou seja, aqueles que são utilizados de forma regular e independente do período e da conjuntura, como é o caso, por exemplo, da bandeira e do hino. Por

sua vez, as palavras de ordem e as músicas possuem um sentido conjuntural e temporal, ou seja, podem mudar conforme as circunstâncias sociais e políticas.

Entre os símbolos circunstanciais destacase a cruz utilizada no acampamento de Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, na origem do MST, e que teve grande repercussão nacional. A cruz, em si, como símbolo da fé cristã, unia os sem terra num momento crucial de luta. As escoras que foram sendo postas representavam os apoios recebidos de entidades e pessoas de fora do Movimento. Os lençóis brancos para representar as crianças mortas pela fome e sofrimento nos acampamentos como protesto contra as autoridades. Na cruz estavam sintetizadas, a fé, esperança, dor e ânimo político para lutar.

4.3 Características e Princípios Organizativos do MST

Conforme foi afirmado anteriormente, os princípios organizativos são o segundo fator que se constitui em contribuição inédita do MST para o conjunto dos movimentos e organizações sociais. As características do MST, explicitadas no capítulo IV, possuem três aspectos que o tornam um movimento camponês diferente dos movimentos camponeses históricos que lutavam apenas ou basicamente pela terra. Por isso, na opinião de João Pedro Stédile, é um movimento camponês de caráter *sui generis*, com características de movimento popular sindical e político.

No aspecto popular, destaca-se a possibilidade da participação de toda a família, o homem, a mulher, os filhos, os idosos. Assim, especialmente os jovens e as mulheres, tradicionalmente oprimidos pelo machismo dos homens, constataam suas potencialidades e possibilidades em assumir funções ativas no processo. O outro ponto importante, inclusive pela forte influência da igreja, foi a abertura à possibilidade de engajamento de todas as pessoas que quisessem lutar pela terra e pela reforma agrária. O MST propõe-se a não adotar atitudes fechadas e sectárias, abrindo-se para outras profissões, além das dos camponeses. Inclusive teve bastante repercussão uma distinção entre os denominados “mãos grossas” e os “mãos lisas” para identificar, respectivamente, os trabalhadores camponeses que pegam na enxada e outras profissões que, em princípio, possuem maior formação

acadêmica, “os estudados”. Esta abertura foi vital para que o movimento adquirisse organicidade e vitalidade.

O aspecto sindical e corporativo, também assumido com determinação pelo MST, foi o elo que moveu e move milhões de trabalhadores que necessita e necessitam de terra para sobreviver e resgatar a dignidade para toda a família. Obviamente que esta característica corporativa não ficou isolada. Sempre foi colocada numa perspectiva mais ampla, ou seja, a luta pela reforma agrária. Aqui, se entra no aspecto político, ou seja, nos interesses de classe. É o salto qualitativo que foi dado, e que precisava ser dado. Do contrário, se permanecesse a luta corporativa, no momento que fosse conquistada a terra ou o crédito, ou eventualmente se o líder fosse eleito vereador, ou prefeito, tudo poderia acabar, como tem acontecido em várias situações históricas.

A convicção que norteou a luta do MST é a de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter como base e protagonistas principais, os camponeses, somente pode ir adiante se fizer parte da luta de classes. Por isso, nas lutas empreendidas pela terra e a reforma agrária, lutou-se contra a classe latifundiária, pela aplicação do Estatuto da Terra, e contra um Estado burguês. Este caráter político do movimento não significa, simplesmente, que o MST possui uma vocação partidária, ou que o MST iria ou vai tornar-se um partido político. Nunca esteve nos objetivos do MST tornar-se um partido político, mas sempre esteve em suas agendas e plataformas de luta a ativa participação na vida política do país, conforme ponderam os dirigentes do Movimento.

Além destas três características, poderia ser acrescentada uma quarta, ou seja, a humildade e abertura para aprender com os outros, com as experiências, com as lideranças, com o saber acadêmico, com o objetivo de tirar lições históricas, de evitar erros e equívocos. Pois foi e é muito intenso este processo de estudo, de formação política dos militantes, de leitura regular, da proposta político-pedagógica do meio rural. A aprendizagem e as relações de trocas de experiências têm ocorrido em nível das experiências brasileiras, mas também nas da América Latina, na medida em que os movimentos camponeses no continente aconteceram antes do que no Brasil.

A importância atribuída à questão educacional, a busca de um projeto político-pedagógico próprio, que respeite e valorize os saberes, os valores e a cultura do

campo, ou seja, a realidade do campo, pode ser comprovada nas iniciativas pioneiras do MST, conjuntamente com outras entidades ligadas à área educacional, como universidades, governos e entidades sindicais. Neste sentido merece destaque a retomada da discussão de um projeto de educação básica do campo, mediante a realização de conferências estaduais e a Conferência Nacional sobre o tema “Por uma educação básica do campo”, em 1998, na cidade de Luziânia, Goiás. Neste processo incidiu-se sobre as políticas educacionais das universidades e instituições de ensino superior, bem como de governos estaduais e federal, com a exigência de que fosse priorizadas e respeitado às necessidades educacionais específicas das populações do campo.

Merece destaque igualmente o esforço do MST com o objetivo de construir a Escola Nacional Florestan Fernandes, com um projeto pedagógico específico voltado às necessidades e interesses dos trabalhadores do campo. Um conjunto de objetivos é destacado como prioritário para a Escola Nacional. Entre eles destacam-se:

- a) Buscar uma prática intelectual e política que permita produzir o máximo de conhecimento científico necessário à transformação da sociedade;
- b) Estimular a organização social, política e econômica para superar os desafios internos das áreas de reforma agrária;
- c) Formar lideranças que contribuam para a construção de uma sociedade justa, fraterna, democrática e igualitária;
- d) Proporcionar o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras organizações de trabalhadores rurais e urbanos;
- e) Capacitar tecnicamente os militantes da reforma agrária, nas áreas de maior necessidade do Movimento.

A Via Campesina, com o apoio decidido do MST, está debatendo o projeto de uma escola latino-americana sob a denominação de José Martí, em homenagem ao líder e revolucionário de Cuba e da América Latina.

Sobre os princípios organizativos, segundo Stédile⁶¹, eles foram assimilados principalmente da experiência do movimento camponês da América Latina, destacando que, se efetivamente respeitados, garantiriam perenidade para a organização. Não devem ser confundidos com normas nem com sugestões. Entre os princípios fundamentais são destacados os seguintes:

- a) o exercício de uma direção coletiva, na forma de um colegiado dirigente. Se o movimento camponês adotar a prática de um presidente, as conseqüências podem ser duas, ou vai ser assassinado, ou vai ser traidor. Um presidente pode ser cooptado tanto no sentido para cima, para atender vaidades pessoais, ou para baixo, traindo sua classe. São inúmeros exemplos de cooptação para cima envolvendo lideranças que, após adquirirem projeção junto às organizações populares e sindicais, passam a assumir cargos de parlamentares ou de executivos, atendendo, assim, interesses próprios.
- b) A divisão de tarefas: permite que a organização cresça e sejam estimuladas as aptidões e habilidades pessoais. As organizações centralizadas nas mãos de uma ou de um pequeno grupo de pessoas não possibilitam esta riqueza de potencialidades. Além de militantes do MST, que são estimulados a assumir cada um suas tarefas e responsabilidades, existem muitas pessoas e lideranças externas, de diferentes profissões, que procuram e desejam militar no movimento e com ele colaborar.
- c) O respeito à disciplina: as pessoas precisam respeitar as decisões das instâncias como regra básica de democracia. Não se trata de militarismo ou autoritarismo, pois a democracia exige normas e regras a serem seguidas. Aos trabalhadores, a bandeira da democracia é fundamental, constitui-se numa luta permanente para conquistá-la e preservá-la. Já o Estado burguês, em vista de manter o poder de uma minoria para preservar seus interesses, faz normas e regras antidemocráticas. Ou apenas cumpre as leis e normas quando lhe interessar. A regra básica do respeito à disciplina é assimilar e respeitar as regras internas da organização e do movimento onde se atua.

⁶¹ STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente, A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 31 – 56.

- d) A prática do estudo: é necessário constantemente aprender, não basta que a luta seja justa. O estudo ajuda a combater o voluntarismo. A exemplo do craque de futebol que, após os treinos táticos, necessita treinar pênalti todos os dias. Nas expressões do movimento, esse treino é a luta contra o latifúndio da ignorância.
- e) A formação de quadros: para qualquer organização social ter futuro, necessita formar os próprios quadros, são quadros técnicos, políticos, organizadores e profissionais de todas as áreas.
- f) Realizar lutas de massas: é preciso manter poder de mobilização. Os direitos previstos em lei são ampliados somente se houver pressão e mobilização. A estratégia da burguesia sempre foi a tentativa de divisão e cooptação das lideranças. Propõe algumas migalhas ou bajulam as lideranças vaidosas, personalistas ou ideologicamente fracas. Os problemas sociais somente serão resolvidos com as lutas sociais.
- g) Manter estreita ligação com a base: todos os dirigentes, por mais preparados e qualificados que sejam, por mais combativos que forem, se não mantiverem vínculos com a base social, não persistirão por muito tempo. São necessários mecanismos para ouvir, consultar e abastecer-se da força e determinação do povo. Todos erram menos quando, efetivamente, ouvem o povo.

Ao definir o papel histórico que desafia o MST, Stédile propõe que “é vital a incorporação do valor da humildade como forma de inclusive combater as pretensões da burguesia que se autoproclama como a maior e melhor em todos os setores”. Às vezes as lideranças populares possuem a tentação de caírem na mesma armadilha dizendo, por exemplo, terem feito “a maior ocupação” e de ser “o maior movimento camponês da América”. Esta postura não serve para nada, a não ser para alimentar o ego de alguns e esconder fragilidades e deficiências. A própria burguesia, ao promover seu ufanismo, omite e esconde que está destruindo o país enquanto nação, esconde sua submissão política perante os ricos e a destruição que promove de nossa cultura.

A humildade necessária significa aprender com as experiências passadas. As lideranças do passado tiveram êxito na medida que aprenderam com quem veio

antes deles e foram coerentes com o passado que herdaram de outros lutadores. Neste aspecto, é vital o resgate histórico das lutas do presente e do passado. Isto dá a noção exata dos limites e do carácter temporário da participação no presente. Não se está inventando o fogo e a roda, mas com as invenções do presente busca-se um mundo melhor. A luta deverá continuar com os integrantes que virão no futuro. O que importa é deixar um legado que seja útil. Aqui Stédile⁶² define “o papel histórico do MST, afirmando que é a continuidade de um processo histórico das lutas populares. Ao mesmo tempo se propõe ser um elo com as lutas futuras”.

Para cumprir este papel histórico, enfatiza-se a necessidade de superar o dogmatismo em termos das fontes teóricas que abastecem os militantes do movimento. Pois a esquerda em geral baseou-se num dogmatismo doutrinário que levou, na prática, ao sectarismo político. Na prática, significou, em muitas circunstâncias, copiar experiências de outros contextos históricos e de outros períodos, tentando aplicá-los mecanicamente em nossa realidade. A prática concreta da luta pela reforma agrária tem demonstrado que é inviável copiar experiências porque cada espaço, cada realidade local, traz novos elementos que vão se recriando a partir do conhecimento já acumulado.

O MST e seus dirigentes, seus intelectuais orgânicos, abastecem-se de várias fontes e referências que contribuem com as necessidades e os desafios concretos da luta. Não há um referencial exclusivo. A partir de um “certo pragmatismo” em torno das necessidades concretas, busca-se aquilo que dá certo, que responde aos desafios e aos problemas. Assim, a Teologia da Libertação, os clássicos da esquerda em nível internacional e intelectuais brasileiros, são utilizados.

Embora a manifestação clara em oposição às teorias e o viés dogmático e sectário, ao mesmo tempo, apontando para um certo pluralismo político e ideológico, parece bastante evidente em base aos discursos, as falas e as práticas concretas do MST, que a opção central em termos político-ideológicos, indica um vínculo prioritário com o Marxismo numa perspectiva dialético-concreta para interpretar a sociedade latino-americana e, em particular a sociedade brasileira caracterizada desde as suas origens, como uma clara combinação de uma dimensão

⁶² STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente, A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 58.

especificamente capitalista como dinâmica geral e principal, e a existência de formas pré-capitalistas de produção e relações sociais. Por isso, a consequência deste posicionamento é uma oposição à tradicional e clássica teoria da revolução por etapas, que foi historicamente defendida pelos partidos comunistas. A conclusão geral nos posicionamentos estratégicos do MST tem sido clara: a revolução latino-americana e em consequência no Brasil, deverá ser socialista ou não será. Na sequência deste trabalho procuraremos aprofundar esta questão.

5. O MST, A ALCA E AS CONSEQÜÊNCIAS PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

5.1 Introdução

A luta conseqüente por um Projeto Popular para o Brasil implica num combate sem trégua às políticas dos organismos internacionais a serviço do imperialismo norte-americano. As lideranças do MST citam como prioridades o combate ao Fundo Monetário Internacional, o FMI, ao Banco InterAmericano de Desenvolvimento, o BIRD e à Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. O destaque é o combate à ALCA, que é apresentado como uma estratégia atual do imperialismo, em especial do imperialismo norte-americano, com o objetivo de estabelecer uma abertura total dos países latino-americanos para atender aos interesses do capital e implementar uma estratégia total de recolonização do Continente Americano.

O risco de uma reversão neocolonial para todos os países da América é muito forte. Toda a argumentação e promessas apresentadas de redenção econômica e de uma vida melhor para os países envolvidos apresenta-se falsa e enganosa. O MST, possivelmente mais do que outros movimentos sociais, a partir de seu caráter classista, tem definido como uma questão prioritária e estratégica a iniciativa de denunciar as conseqüências trágicas causadas pela ALCA ao conjunto dos países latino-americanos, e ao mesmo tempo, tem buscado organizar lutas massivas para barrar o projeto da ALCA. Estas mobilizações tiveram seu ponto alto nas caminhadas e marchas mundiais contra a ALCA, realizadas no contexto do 1º, do 2º e 3º Fórum Social Mundial, realizados em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no Brasil, respectivamente, em janeiro/fevereiro de 2001, 2002 e 2003. O importante é entender no que consiste a ALCA e quais os seus objetivos fundamentais.

A partir de 1994, o governo dos Estados Unidos vem apresentando o Projeto de Acordo de Livre Comércio, unindo os três blocos das Américas. Mas somente a partir de 1997 a idéia ganhou força. Cada governo começa a indicar seus representantes vinculados aos ministérios para comporem os nove grupos de trabalho. O processo vinha sendo conduzido em alto sigilo, sem nenhum envolvimento da sociedade civil e dos movimentos sociais. A Secretaria Geral estava sediada no Panamá.

A ALCA é essencialmente uma expansão, para a América Central e do Sul, do Acordo de Livre Comércio da América do Norte o NAFTA, assinado pelos EUA, Canadá e México, em 1983. Diante do quadro de acirramento da competição econômica com a União Européia e os países da Ásia, os EUA têm buscado consolidar uma reserva de mercado para suas empresas e investimentos e para tal, pretendem absorver anexando o conjunto do continente americano. Entre os objetivos do projeto está evidente o aprofundamento da internacionalização da economia dos países periféricos do capitalismo e sua dependência dos países centrais, sob as imposições dos tratados da Organização Mundial do Comércio – OMC, organizada em 1985. A ALCA poderá eliminar os direitos democráticos, pois todas as tentativas de regulação estatal, com base em critérios de desenvolvimento econômico local ou nacional, progresso social e bem-estar da população, bem como, proteção ambiental e cultural, poderão ser questionados com êxito pelo capital, como tem demonstrado e experiência do NAFTA. Na prática, a ALCA tende a tornar irreversíveis as políticas neoliberais implementadas na última década nos países da América Latina, que produziram perdas de direitos, aumento da miséria, desigualdades sociais, precarização do trabalho e do emprego em todo o continente.

Na verdade, se consolidados os planos e cláusulas em debate, serão impostos obstáculos permanentes contra as vontades e decisões da sociedade e ao próprio funcionamento das instituições democráticas, comprometendo os destinos dos povos. Pois as imposições acabarão limitando a qualquer governo dos países, em sua competência de alterar a política econômica sem antes ter que romper com o tratado. Portanto, coloca-se em risco a condição de nação soberana, apta a implementar suas próprias leis e fazer suas opções econômico-sociais.

Conforme atesta a Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos – ATTAC-SP, é importante ter presente as conseqüências do NAFTA no México, desde que entrou em vigor, para vislumbrarmos o futuro da ALCA. Entre as principais conseqüências destaca-se: 1) a economia mexicana passou a ser totalmente controlada pelas grandes empresas dos EUA; 2) o número de mexicanos que ganham menos do que um salário mínimo aumentou em um milhão, e 8 milhões de famílias ficaram mais pobres; 3) aumento significativo das desigualdades; 4) as exportações para os EUA triplicaram desde 1994 beneficiando as corporações transnacionais e pequeno grupos empresariais locais; 5) enquanto em 1981, antes do NAFTA, 49% dos mexicanos viviam na pobreza, na atualidade a percentagem atinge mais de 75% da população.

Na questão trabalhista, as conseqüências são mais graves, pois enquanto o “custo médio de trabalho por hora” no setor industrial dos EUA, em 1999, era de US\$ 19,20, no México era apenas US\$ 2,12. A tendência, na hipótese de ser consolidada a ALCA, é o rebaixamento dos salários e deterioração das condições de trabalho. Ocorre que os níveis salariais são muito diferentes entre os 34 países do continente envolvidos no acordo, com exceção de Cuba. Os próprios empresários poderão transferir suas empresas para países que pagam salários mais baixos que tiverem menos direitos sociais, promovendo uma enorme “guerra fiscal” em escala continental. O exemplo mexicano é mais uma vez elucidativo, com as denominadas indústrias maquiladoras instaladas pelas firmas norte-americanas na fronteira do México com os EUA, onde os funcionários, a maioria mulheres, recebem salários baixos, cumprem jornadas de trabalho de mais de 12 horas, com a ausência de amparo legal, com limitação da ação sindical e com condições insalubres de trabalho e crescimento do trabalho infantil. A par disso, os processos de importações sem restrições, de mercadorias baratas, produzidas em países com direitos sociais e salários mais baixos do que os níveis brasileiros, inevitavelmente, poderá provocar a falência de muitas empresas nacionais, aumentando os índices de desemprego.

Somente em 2001, com a pressão da imprensa e da sociedade, tomase conhecimento das negociações e começam a vir a público seus termos. Fica evidente que não se trata de um acordo comercial, mas sim da implantação de uma área de livre atuação do capital. Este objetivo se torna público com a manifestação

do general Colin Powell⁶³ que, perguntado sobre os objetivos da ALCA, afirmou tratar-se de “um plano estratégico dos Estados Unidos para garantir livre acesso, liberdade de atuação para suas duzentas maiores empresas transnacionais poderem controlar o comércio, mercado, tecnologia, território, acesso a recursos, etc., no território que vai do Alasca à Patagônia”.

Os grupos de trabalho tratam de diversos temas, como o comércio, a tecnologia, os investimentos, os serviços, o orçamento público, a moeda, a agricultura, inclusive os tribunais de resolução, preparando deliberações, sob orientação dos governos. Na agricultura, as propostas estão centradas com tarifas de importação e exportação de produtos e condições sanitárias dos produtos de origem agrícola. Mas o conjunto das propostas da ALCA atinge todos os setores, especialmente a agricultura, o setor rural e as populações da América Latina que vivem da dela.

Pelo calendário inicial, a meta seria concluir todos os acordos durante o ano de 2003, em 2004 aprovar os mesmos nos parlamentos de cada país e em 1º de janeiro de 2005 entrar em vigor em todos os países envolvidos. Mas com a forte reação da sociedade e dos movimentos sociais, sindicais, igrejas, partidos de esquerda e ONGs que se opõem à ALCA, com a nova situação política criada com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, onde o objetivo principal da política externa é o fortalecimento do Mercosul e da solidariedade latino-americana, as perspectivas sobre a ALCA mudam significativamente, mas o desfecho final dependerá da mobilização e resistência dos movimentos sociais.

Nas considerações que seguem, com os dados e informações apresentadas nos documentos. “As conseqüências da ALCA para a agricultura brasileira”⁶⁴ e o documento: Dez razões para o Brasil dizer não a área de Livre Comércio das Américas, da ATTAC⁶⁵ – SP, 2002, fica evidente que o projeto da ALCA, tal como concebido, trará prejuízos dramáticos aos camponeses, trabalhadores e à população em geral, beneficiando basicamente as grandes empresas norte-americanas, os

⁶³ POWELL, Colin. In: Documento - *As conseqüências da ALCA para a agricultura brasileira*. Via Campesina – Brasil, julho de 2002, p. 8.

⁶⁴ O DOCUMENTO. In: *As conseqüências da ALCA para a agricultura brasileira*. Via Campesina – Brasil. Julho/2002.

⁶⁵ ATTAC – SP. Associação Pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos. São Paulo, 2002.

grandes fazendeiros brasileiros dedicados à exportação de alguns produtos e algumas poucas empresas nacionais.

5.2 O Comércio Agrícola

Os acordos que vêm sendo discutidos pelos governos e alguns setores empresariais, envolvendo os trinta e quatro países das Américas, estabelecem liberdade total para o comércio agrícola, a partir de 2005.

As tarifas de importação e exportação em avaliação deverão ser iguais para todos. Os governos ficam proibidos de aumentar impostos de importação sobre determinados produtos em vista da proteção dos agricultores nacionais. Da mesma forma, as normas de condições sanitárias e de padrão dos produtos agrícolas a serem exportados devem ser respeitadas por todos. Algumas lideranças e setores acreditam que a ALCA poderá gerar maior desenvolvimento na agricultura brasileira e aumentar as exportações para os Estados Unidos. Mas, na prática diante dos dados disponíveis, isto não se confirma.

O interesse dos Estados Unidos é seguir comprando do Brasil matérias-primas, como o café em grão, o suco de laranja em tonéis, o fumo em folhas, o açúcar bruto e o minério de ferro. Os outros produtos que podem interessar os norte-americanos são os aviões e os calçados. Os calçados pelo fato dos baixos salários pagos na indústria e os aviões para evitar os impostos, na medida que a maioria das peças vêm dos Estados Unidos. Por isso, fica claro que apenas os agricultores patronais e agroindústrias voltadas às exportações serão beneficiados.

São basicamente três produtos que os Estados Unidos compram do Brasil: a laranja, o açúcar e o café. São produtos que possuem mercado limitado e para todos eles são utilizados o sistema de quotas, ou seja, compra-se um pouco de cada país latino-americano para se manter a política de controle. Popularmente, são classificados como produtos de sobremesa. Como existe uma campanha interna nos EUA de restrição ao consumo de açúcar de cana e do café, considerados pouco saudáveis, a tendência é diminuir o comércio.

Quanto à questão da soja, do milho, da carne e do algodão, o Brasil, grande exportador, deverá enfrentar a concorrência dos Estados Unidos em outros mercados fora das Américas. Mesmo que as tarifas do comércio nacional e internacional sejam as mesmas, ocorre que os agricultores americanos contam com sistema de fortes subsídios, já aprovados para os próximos dez anos, e um sistema de transportes interno que reduz seus custos e permite a venda mais barata. Mas, mesmo que os EUA não fossem concorrente com o Brasil, o comércio destes produtos beneficiam basicamente os grandes fazendeiros de soja e poucas agroindústrias.

Ora, isto fortalece o setor da agricultura que concentra terra e renda, que gera poucos empregos e destrói o meio ambiente. Para usar o conceito mais em voga, o setor de *commodities* agrícolas seria o beneficiado.

Outro aspecto muito sério é a possibilidade do ingresso de alguns produtos no mercado brasileiro com preços menores do que os praticados aqui. É o que aconteceu com o milho no México, que antes de entrar na NAFTA era grande exportador de milho e agora é um grande importador de milho dos EUA. Este fator levou à falência milhares de pequenos agricultores mexicanos. O fato pode se repetir no Brasil. Aliás, este fato aconteceu recentemente no governo de FHC, que decidiu reduzir unilateralmente nossas tarifas e passamos a importar grandes somas de milho, arroz, trigo e até feijão. Somente foi retomada a exportação de milho brasileiro pelo fato de o mercado internacional rejeitar o milho transgênico dos EUA. Por isso, a tendência é que os EUA aumentem suas exportações de produtos agrícolas para os demais países da América Latina. Apenas para exemplificar, com as novas normas da Organização Mundial do Comércio, OMC, aumentando a liberdade de comércio agrícola, de 1994 – 1996, os EUA aumentaram suas exportações agrícolas em 12 bilhões de dólares. O Brasil exporta por ano em torno de 15 bilhões em produtos agrícolas, ou seja, praticamente o equivalente ao aumento obtido pelos EUA em três anos de maior liberdade de comércio para os seus produtos. O montante anual exportado pelos EUA é em torno de 50 bilhões de dólares em produtos agrícolas.

A tendência é que, com a abertura comercial, as conseqüências para a agricultura familiar sejam desastrosas. Pois esta e as políticas cambiais e

monetárias praticadas na década de noventa aumentaram as desigualdades e a exclusão social no campo brasileiro. As importações agrícolas aumentaram em taxas anuais de 10%, desestruturando setores inteiros de nossa agricultura. Os preços recebidos pelos agricultores familiares caíram em uma taxa média de 4,74%, enquanto que para os grandes produtores caiu bem menos. De 1985 a 1996, em torno de 1 milhão de estabelecimentos agropecuários, em especial de pequenos agricultores, desapareceram, conforme a denúncia da Via Campesina Brasil.

No atual contexto internacional, Brasil e EUA disputam mercado agrícola em continentes como a Europa, a Ásia e em regiões, como o Oriente Médio. Em muitos países, o Brasil consegue melhores condições, tanto de preços quanto de volumes e qualidade. Das exportações agrícolas brasileiras, 60% destinam-se à Europa, 24% aos EUA e 16% à Ásia e Oriente Médio. Portanto as perspectivas de o Brasil aumentar as exportações serão as de vender em melhores condições para a Ásia, Oriente Médio e Europa. Com os acordos da ALCA, a tendência é nivelar os preços praticados nos EUA e no Brasil. Assim, a disputa dos mercados da Ásia, da Europa e do Oriente Médio é para vender ao mesmo preço milho, soja, carne e algodão produzidos em ambos os países, com a diferença dos enormes subsídios dos EUA, com menor custo de produção.

Na verdade, é necessário esclarecer com dados objetivos a existência de uma espécie de ilusão na questão das exportações agrícolas. As estatísticas sobre o comércio mundial, conforme tabelas 3, 4, 5 e 6, anexo 1, apontam que, de 1970 para cá, aumentaram os intercâmbios apenas entre os países ricos. Entre os dados elucidativos, destaca-se que o Brasil chegou a representar 1,71% do comércio mundial em 1975. Atualmente representa apenas 0,86%, sendo que, especificamente, em termos de comércio de produtos agrícolas, em 1975, chegou-se a 7,27% do comércio mundial. Hoje representa apenas 3,61%, caindo, basicamente, para a metade de 1975.

É importante destacar o peso relativamente importante do PIB agrícola brasileiro. Este chegou em torno de 100 bilhões de dólares em produtos agrícolas, atingindo, pois, 320 bilhões de dólares, com inclusão do setor de agroindústria. O montante de nossas exportações em produtos agrícolas representa pouco mais de

15 bilhões de dólares por ano. Na perspectiva de aumentar os volumes exportados, não pode haver ilusão que este seja o caminho central de nosso desenvolvimento.

Em síntese, se os acordos da ALCA forem implementados nos termos em discussão, as tendências básicas do comércio agrícola internacional para o Brasil são as seguintes:

- a) Ênfase aos produtos com pouco valor agregado, existindo algumas condições de competir com os americanos no café, laranja e carnes;
- b) Controle quase total do comércio agrícola de grãos, das chamadas *commodities*, ou seja, mercadorias agrícolas homogêneas, pelas empresas multinacionais norte-americanas como o milho, a soja, o girassol, a cevada, o trigo e a colza.
- c) A saída para o Brasil é a busca de parcerias com países da Europa, da Ásia e do Oriente Médio, portanto fora da ALCA, o que já pode fazer desde logo;
- d) Os preços dos produtos agrícolas que empresas norte-americanas vão controlar deverão ser fixados pela cotação internacional e não pelo custo de produção de nossos agricultores;
- e) Os Estados Unidos dominam a produção de grãos, devendo controlar os preços e o mercado e os pequenos e médios agricultores brasileiros não terão condições de competir em tecnologia e preços, por isso a tendência é irem à falência;
- f) Pelo exposto até aqui, é possível que a produção de grãos no Brasil fique restrita, em sua maior parte, aos grandes fazendeiros instalados no Cerrado e no Centro-Oeste, que poderão produzir em grandes extensões de terra, com processo de irrigação e apoio do governo para utilizarem com baixos custos os novos canais de exportação, como o do rio Madeira, o porto de Itacoatiara, a rodovia Cuiabá-Santarém, no porto de Santarém, a ferrovia Norte-Sul, no porto de São Luiz, e a hidrovia do rio Paraguai.

5.3 A Situação das Agroindústrias e a Soberania Alimentar

A questão dos alimentos que precisam chegar à mesa dos consumidores urbanos depende cada vez mais de processos agroindustriais que podem padronizar os produtos, armazená-los por longo período e transportá-los em longas distâncias. Neste contexto, os agricultores passam a ser cada vez mais exclusivamente produtores de matérias-primas, que precisam passar pelas agroindústrias antes de chegarem à mesa dos consumidores.

O modelo de agroindústrias que está em curso no Brasil é o norte-americano, em oposição ao modelo europeu, que havia se desenvolvido no sul do país. As características básicas do modelo dominante são as seguintes:

- a) A monopolização do setor: cada vez mais um menor número de grandes empresas controla os diferentes setores da produção. São instaladas grandes fábricas concentradas em algumas regiões do país que impõem escalas de produção, controlam o mercado e os preços;
- b) A desnacionalização: as grandes transnacionais vão comprando as empresas nacionais menores. Como exemplo, pode-se citar o setor da agroindústria dos temperos, onde apenas três grandes empresas multinacionais, a Nestlé, a Knorr e a Refinações de Milho Brasil são norte-americanas. No setor de achocolatados e congelados, acontece a mesma situação. Na área de moinhos e beneficiamento de grãos, segue a mesma tendência, com o controle de grandes grupos multinacionais como a Cargill, a Bunge Born e a Monsanto, que controlam o setor.
- c) A restrição aos pequenos agricultores: está em curso um forte processo de seletividade dos agricultores integrados nas agroindústrias. Com objetivo de diminuir os custos e aumentar a escala dos produtos no fornecimento de matérias-primas e, em consequência, diminuir o número de pequenos agricultores, ao mesmo tempo, quer-se aumentar o número de médios e grandes agricultores. O setor com maior transformação, no momento, é a indústria de laticínios, que envolve em torno de 1,3 milhão de pequenos agricultores, produzindo, em média, 30 litros de leite por dia. O objetivo das agroindústrias é diminuir para trezentos mil produtores, com média de 300 litros/dia;

- d) As mudanças de padrão tecnológico: em vários setores, as grandes empresas estão substituindo os padrões de produção e, em consequência, eliminam os pequenos produtores que não têm condições de modernizar-se conforme os novos padrões.

Entre os setores que já estão introduzindo as mudanças, cita-se a avicultura, que exige o aumento do número de aves por galpão e o aumento de galpões por produtor. A suinocultura apresenta mudanças mais drásticas. A empresa norte-americana Carols, com financiamento do BNDES, implantou um processo industrial completo, que vai da criação até o abate de suínos, concentrando numa única unidade de produção trinta mil criadeiras. A meta é exportar toda a produção.

Com a possibilidade de implantação da ALCA, as grandes empresas norte-americanas que ainda não atuam no mercado brasileiro, diante da redução de impedimentos e barreiras, passarão a atuar no país. Esta hipótese aponta para o aumento da concentração de desnacionalização das agroindústrias, com o agravante de virem para cá os setores mais poluentes como os frigoríficos, a suinocultura, a indústria de papel e a celulose. A questão da segurança alimentar, especialmente a partir da Conferência Mundial da Alimentação, em 2001, passou a constituir-se como prioridade número um dos movimentos camponeses, de especialistas na área de alimentação, de ONGs, de entidades de pesquisas e de governos do campo popular, como uma questão vital a ser incluída no eixo das políticas agrícolas de todos os governos.

Qual o significado básico do conceito e do objetivo central da soberania alimentar? Significa que cada povo e cada país têm o direito e mesmo o dever de produzir os alimentos que o seu povo necessita, sendo auto-suficiente em sua produção. Neste sentido, nenhum povo pode ser considerado autônomo, independente, soberano e livre se não produzir seus próprios alimentos. Após atingir a missão e objetivo de alimentar seu povo, poderão ser planejadas as metas e o comércio agrícola internacional.

A implantação da ALCA atinge frontalmente os objetivos de soberania e segurança alimentar, pois com a total liberdade para o comércio internacional, com o controle de poucas e grandes empresas transnacionais, que não possuem compromisso com o povo brasileiro, estará comprometida a garantia de alimentos necessários ao povo brasileiro. É bem provável que nenhuma das grandes

empresas americanas terá interesse em comercializar a farinha de mandioca, a própria mandioca e seus derivados, o feijão, o arroz e outros produtos com pouco valor agregado. A meta será padronizar os produtos, as formas de se alimentar e, em conseqüência, investir na mídia para criar mercado para seus “produtos”. Na prática, isto já ocorre nas grandes cidades e nas cidades de porte médio com a multiplicação das redes de lojas de alimentação, as chamadas *fast food*, cuja tradução significa “comida rápida”. O mesmo deverá ocorrer na padronização dos temperos e condimentos, afrontando a nossa diversidade gastronômica regional, uma das grandes riquezas culturais de nosso país.

Aqui coloca-se com clareza o papel central que um amplo processo de reforma agrária pode cumprir no fortalecimento da agricultura familiar e, em conseqüência, na defesa da soberania e segurança alimentar.

5.4 As Sementes Transgênicas e a Ingerência de Organismos Internacionais no Brasil

Está em curso no país um novo modelo tecnológico, ou seja, o da superação do modelo envolvido no projeto de modernização conservador da denominada “revolução verde” baseado em uso intensivo de insumos industriais na agricultura. Este modelo que implicou o uso em grande escala de adubos químicos, agrotóxicos, mecanização, que alcançaram enormes níveis de produtividade, chegou a um limite. Desta forma, está em curso a implantação de um novo padrão baseado na biotecnologia, isto é, na manipulação genética como forma de aumentar a produtividade dos vegetais e dos animais, em conseqüência, como forma de aumentar a produtividade e a produção agrícola, conforme relata o documento: “As Conseqüências da ALCA na agricultura brasileira”.⁶⁶

Aqui, novamente, a exemplo do modelo de agroindústrias no país, enfrentam-se dois graves problemas:

⁶⁶ DOCUMENTO. In: *As Conseqüências da ALCA para a agricultura brasileira*. Via Campesina. Brasil. Julho de 2002, p. 29 – 33 e 39 – 40.

- a) O monopólio do conhecimento da biotecnologia: apenas dez grandes multinacionais controlam a biotecnologia, em escala mundial, conforme tabelas 7 e 8 , anexo 1;
- b) Os objetivos da manipulação genética: o interesse dessas grandes empresas é atingir o máximo de lucro em curto espaço de tempo. Então a prioridade foi desenvolver o ramo da tecnologia ligado aos transgênicos.

O mecanismo essencial do processo dos Organismos Geneticamente Modificados, os OGM, consiste na combinação, em um novo ser vivo, de genes de origens diferentes dos vegetais e animais que jamais poderiam se cruzar no processo natural. Ocorre que não há estudos científicos seguros sobre as conseqüências no meio ambiente e no organismo humano, por parte do OGM. Existem várias experiências que revelaram sua nocividade, por isso cresce, em nível internacional, um movimento envolvendo cientistas, ambientalistas, entidades populares e movimentos camponeses, para que se tenha um atitude de cautela e precaução, ou seja, a de manter por enquanto em fase de experimentação e cultivar apenas aquilo que se tenha absoluta segurança de seus efeitos.

Evidentemente, com o projeto da ALCA, as grandes empresas do setor estão exigindo liberdade total para a difusão e desenvolvimento de sementes transgênicas e para a genética em todos os países latino-americanos, bem como o direito de propriedade privada desses novos seres vivos. Neste sentido, o governo dos EUA e as empresas como a Monsanto e Bünge Born exigem implantação de leis de patentes, o que lhes garantiria propriedade privada das novas sementes e até mesmo de seres vivos existentes na natureza e que ainda não tenham sido catalogados.

A situação do Brasil em relação aos perigos e riscos do monopólio das sementes é enorme, uma vez que a Lei das Patentes já foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 1997. Já existem mais de dois mil e noventa e quatro pedidos de registro de propriedade privada de seres vivos junto ao Instituto Nacional de Patentes e Inventos, o INPI, sendo que 90% deles foram solicitados por empresas estrangeiras. Aqui, novamente, a tendência é a do controle de sementes,

em especial de grãos, em mãos de algumas poucas empresas norte-americanas, com conseqüências graves, especialmente aos agricultores familiares.

Se confirmadas as tendências acima expostas, a primeira conseqüência é o aumento da exploração dos agricultores que, a cada ano, terão que comprar novas sementes e pagar, como item embutido no seu preço, o custo dos *royalties*. Esta situação já ocorre com as empresas que monopolizam o comércio de sementes híbridas de milho, mamão, melancia e hortaliças em geral.

A segunda conseqüência direta é o risco da soberania alimentar, pois na medida que as sementes dos principais produtos estiverem monopolizadas nas mãos de algumas empresas, toda produção futura corre risco. O povo e o país ficam submetidos a estas empresas. Neste sentido, é preciso considerar o controle das sementes por parte de empresas estrangeiras como um problema de segurança alimentar.

No contexto dos grupos de negociação da ALCA, existe um que exclusivamente trata sobre a propriedade intelectual, isto é, que negocia regras sobre patentes e proteção de cultivares. A tendência é ampliar o alcance do sistema de propriedade intelectual em benefício das empresas multinacionais de biotecnologia. Na prática, aumentaria a tendência de concentração e controle pelas multinacionais do setor de sementes. No caso do Brasil, o processo já está em curso. A Monsanto, uma empresa gigante de biotecnologia norte-americana, não tinha quase nenhuma participação no mercado brasileiro de sementes de milho até 1977. Diante da entrada em vigor da nova Lei de Patentes e de cultivares, ela comprou várias empresas brasileiras de sementes, chegando a controlar, em 1999, em torno de 60% do mercado de sementes de milho.

A ameaça para o futuro, com o controle absoluto das sementes por poucas e grandes empresas multinacionais, é que os pequenos agricultores familiares e os agricultores em geral sejam totalmente impedidos de retirar parte de sua colheita como reserva de sementes para a safra seguinte. Para fazer frente a este grave problema de soberania e segurança alimentar, de segurança nacional, o MST, conjuntamente com a Via Campesina-Brasil, propõe o movimento mundial com o objetivo de que sementes sejam consideradas um patrimônio da humanidade. Em

seu *Jornal Mural*⁶⁷, sob responsabilidade da Via Campesina-Brasil, chama-se a atenção, com informações claras e diretas, sobre o que são os OGMs, os seus riscos para a saúde do agricultor e do consumidor, para a questão ambiental e as conseqüências graves de perda de soberania do Brasil. Ao mesmo tempo, propõe um conjunto de ações em oposição aos transgênicos. Nos riscos que podem causar à questão ambiental, destacam-se alguns irremediáveis, entre outros o cruzamento de plantas naturais com plantas transgênicas, cujos resultados são imprevisíveis. As plantas de laboratório podem extinguir plantas naturais; os transgênicos exigem maior uso de herbicidas e envenenam o solo e as águas. As plantas transgênicas, produzidas para resistir a determinados insetos, podem eliminar outros e causar um desequilíbrio ecológico. As pragas podem adquirir resistência aos transgênicos e se multiplicar assim como aconteceu com os agrotóxicos. Os transgênicos podem evoluir manifestando outras características que não aquelas previstas e desejadas no processo de manipulação genética.

Conforme já explicitado, a ALCA constitui-se num plano estratégico de longa duração e com graves conseqüências para todos os países latino-americanos. Na prática, implicará a recolonização da região e perda da soberania política e econômica dos países integrados. Porém é importante destacar a existência de um conjunto de iniciativas e ações que antecipam e preparam as condições para o plano maior, que é a ALCA, graças à submissão dos governos latino-americanos. Entre as ações e planos destaca-se no documento: “As Conseqüências da ALCA na agricultura brasileira”⁶⁸, as seguintes:

- a) Plano Puebla – Panamá: prevê construção de rodovias e ferrovias de alta velocidade que ligarão as cidades de Puebla, no México, até o Canal do Panamá, pela costa atlântica, passando por Chiapas, Belize, Guatemala. Trata-se da implantação da infra-estrutura de transporte necessária para que as empresas comerciais dos EUA possam chegar, com seus produtos, a toda a América Central.
- b) Plano Colômbia: consiste numa intervenção direta do governo dos Estados Unidos, no plano militar e econômico na Colômbia. O pretexto é

⁶⁷ JORNAL MURAL – VIA CAMPESINA – BRASIL. Edição extra. São Paulo/2002.

⁶⁸ DOCUMENTO. In: *As Conseqüências da ALCA para a agricultura brasileira*. Via Campesina. Brasil. Julho de 2002, p. 41-42.

deter a ação do narcotráfico. A partir de bases militares, fornecem equipamentos e assistência técnica e, o mais importante, controlam os meios de transporte, as cotas de comércio e a biodiversidade da Amazônia colombiana;

- c) Plano Dignidad: o objetivo é garantir o controle dos Estados Unidos na Bolívia. Já foram instaladas três bases militares na Amazônia boliviana, com o pretexto de controlar a produção de coca, uma planta de uso múltiplo e milenar dos povos indígenas da Bolívia. O interesse efetivo é o controle da biodiversidade amazônica e suas populações.
- d) Sistema de Vigilância da Amazônia – o SIVAM: o governo dos EUA financiou a instalação, através de uma empresa norte-americana, de um sistema de controle de todas as comunicações e navegação aérea e naval na Amazônia brasileira, via potentes radares. Com os programas de computadores, procede-se à pesquisa da realidade em sete níveis de conhecimentos diferentes. As autoridades brasileiras têm acesso apenas ao quinto nível. Aos demais níveis, apenas os especialistas americanos possuem acesso.

O mais grave é que, no mesmo projeto, está prevista a entrega da base de Alcântara ao governo dos EUA. O acordo já foi assinado em abril de 2000, mas a matéria depende de aprovação do Congresso e, obviamente, da posição do novo governo brasileiro de Luiz Inácio Lula da Silva que, com as novas diretrizes na política externa de fortalecer o Mercosul e a integração latino-americana, poderá mudar substancialmente as perspectivas de integração regional.

Aliás, a subordinação do governo brasileiro às imposições e ao interesse dos EUA, até o final de 2002, chegou a patamares alarmantes, comprometendo, profundamente, a soberania nacional. Alguns episódios revelam bem este grau de subordinação. No caso da Lei de Patentes, de exclusivo interesse das empresas norte-americanas, a primeira versão da mesma circulou em língua inglesa, distribuída pela embaixada dos EUA, conforme denunciaram os representantes da Via Campesina Brasil. Para não deixar dúvidas, no sentido de preparar as condições para a ALCA, o governo FHC encaminhou ao Congresso Nacional a Lei do Capital Estrangeiro nos Meios de Comunicação, bem como a Lei de Transgênicos. Em

ambos os projetos propõem -se alterar a Constituição Brasileira, permitindo a compra de ações em empresas nacionais que atuam em rádios, televisões e meios de comunicação em geral. No caso dos transgênicos, acaba a exigência de relatório de impacto ambiental, bem como libera o cultivo, o comércio e o consumo de produtos transgênicos. É seguro que a versão da Lei foi preparada pela empresa Monsanto.

O combate à ALCA, constitui-se na seqüência das lutas históricas contra as injustiças e as opressões praticadas há séculos, contra os povos das Américas pelo capital internacional e seus governos submissos. Os direitos elementares do povo, ainda são negados, como o direito ao trabalho, à alimentação, à terra, à moradia, à educação e à informação. Na prática globaliza-se a miséria, mas não o verdadeiro progresso. Porém, além das denúncias, na visão do MST, o mais importante são as ações concretas, as mobilizações e as lutas para reverter a situação. Por isso, organizou-se em nível nacional, uma Coordenação Contra a ALCA, envolvendo dezenas de entidades sindicais e populares, entre elas, as Pastorais Sociais da CNBB, a CPT, a CUT, a CONTAG, a Comissão Indiginista Missionária – CIM, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE, a ANMTR, os Partidos de esquerda, como o PT, o PSB, o PC do B o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU, entre outras várias entidades que participam da Campanha.

Estas entidades lançaram um Jornal da Campanha Contra a ALCA⁶⁹, em abril de 2002, com circulação e distribuição nacional, onde são elencadas dez razões contrárias a ALCA: 1) A ALCA vai concentrar mais renda e poder nas mãos das transacionais norte-americanas; 2) Vai tirar os direitos trabalhistas e as condições de trabalho; 3) Desintegrará a cultura própria de cada povo, pela pressão homogenizadora da mídia global; 4) Afetará a agricultura familiar e a segurança alimentar dos povos; 5) Destruirá o meio ambiente. A biodiversidade da Amazônia será monopolizada pelas empresas norte-americanas; 6) Subordinará as necessidades das pessoas ao jogo do mercado. E privatizará ainda mais os serviços públicos; 7) Acelerará a desnacionalização da economia do país e a quebra das médias e pequenas empresas; 8) Implicará perda da soberania nacional e auto-determinação dos Estados-Nações.; 9) Vai impor o dólar como moeda única; 10)

⁶⁹ JORNAL DA CAMPANHA CONTRA ALCA. Edição Extra. Porto Alegre, abril/2002.

Porque outra integração justa, soberana e solidária é possível, entre as nações do hemisfério sul.

5.5 Um Projeto Popular para a Agricultura Brasileira

O projeto popular para a agricultura tem como base sete grandes pilares que são, em síntese, os grandes objetivos no enfrentamento do projeto das classes dominantes para o setor primário. A seguir, uma síntese dos referidos pilares/objetivos que, em grande medida, já foram explicitados anteriormente, no projeto de reforma agrária defendido pelo MST, bem como, na proposta de soberania alimentar e de combate aos transgênicos. O documento “Projeto Popular para Agricultura”⁷⁰ faz um detalhamento das propostas, que são sintetizadas a seguir:

1 – As mudanças do modelo tecnológico

O modelo tecnológico dominante, vinculado aos interesses das multinacionais, forjado no contexto da “revolução verde”, ou seja, no processo de modernização conservadora da agricultura, precisa ser substituído por um modelo de agricultura que recupere e conserve a fertilidade natural do solo, que produza alimentos limpos e saudáveis, que use mecanização leve, que diversifique a produção, bem como implemente o controle de pragas e inços de forma natural. Os agricultores necessitam exercer o controle sobre sua produção e a tecnologia utilizada. O novo modelo tecnológico, que exige urgência na implementação, possui as seguintes características:

- a) atue na conservação e recuperação dos solos;
- b) invista na produção de sementes melhoradas pelos próprios agricultores e com apoio da pesquisa pública;
- c) priorize o controle biológico de pragas e doenças;
- d) organize a infra-estrutura comunitária e a individual que evitem a dependência ao complexo agroindustrial;

⁷⁰ PROJETO POPULAR PARA A AGRICULTURA, In: *Um projeto popular para a agricultura brasileira*. Via Campesina – Brasil, setembro 2001, p, 31-47.

- e) realize o aproveitamento dos insumos existentes na lavoura para fabricar as rações caseiras balanceadas para os animais;
- f) produza e adapte máquinas e equipamentos conforme a realidade e a necessidade das propriedades, incorporando o aproveitamento da mão-de-obra disponível e, inclusive, da força animal;
- g) realize o planejamento e organização da produção com diversificação de culturas consorciando plantio de grãos, criação de animais, produção vegetal diversificada e reflorestamento. Estas iniciativas possibilitam o equilíbrio e o controle natural das pragas;
- h) implante um programa de agroindústrias cooperativadas espalhadas pelas comunidades rurais;
- i) realize pesquisas agropecuárias com participação dos agricultores, de acordo com suas necessidades.

2 – As mudanças na estrutura fundiária baseada nos grandes latifúndios

A estrutura fundiária brasileira foi marcada, historicamente, pela concentração fundiária e predomínio de grandes latifúndios nas mãos de segmentos das classes dominantes. O Brasil, como já foi afirmado, é um dos poucos países do mundo que ainda não realizou um efetivo programa de reforma agrária. Diante das várias crises enfrentadas, as classes dominantes brasileiras procuram soluções, sem distribuir terras. Obviamente que o poder político dos grandes donos de terras sempre tem sido maior em relação aos pequenos proprietários. A consequência é que, nos momentos de tomada de decisões sobre a agricultura e a pecuária, predominaram os interesses dos grandes proprietários. Por isso, distribuir terras significa distribuir poder, fortalecer um modelo de agricultura familiar cooperativado, criar novas alternativas de emprego e aumentar a oferta de alimentos. É a base para desenvolver o país com distribuição de renda.

Além do amplo processo de distribuição de propriedades de terras, outras medidas são vitais, como a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já as ocupam como posseiros. Estas ações são imprescindíveis para o estabelecimento da justiça social e de cidadania no campo.

Mais de 4,5 milhões de famílias são potencialmente beneficiárias da reforma agrária, mas existem milhões de famílias minifundiárias que necessitam de uma intervenção direta do Estado, criando condições para sua viabilidade econômica, tendo como uma das medidas viáveis, o remanejamento territorial através do reagrupamento e reassentamento dos excedentes, envolvendo os imóveis considerados como abaixo do módulo mínimo para tornarem-se econômica e sustentavelmente produtivos.

A perspectiva de uma estrutura fundiária democrática, que tem como base os pequenos e médios agricultores, além de cumprir o objetivo do processo produtivo sustentável, transforma os mesmos em guardiões da ocupação do território nacional e de nossa biodiversidade tão cobiçada pelas empresas multinacionais.

A exemplo de vários países desenvolvidos do mundo, urge a fixação de um tamanho máximo da propriedade da terra. A partir deste teto máximo, todos os latifúndios deveriam ser desapropriados e distribuídos aos jovens rurais, aos sem terra e aos pequenos agricultores com pouca terra. O ideal seria a constituição de um Fundo de Terras para o bem comum, formado com o estoque excedente gerido pelo Estado e destinado à reforma agrária.

3 – As mudanças na organização da produção pelos agricultores

Um problema vital que aponta a fraqueza dos pequenos agricultores é a pouca organização. Avançar no nível de organização implica superar o individualismo e o isolamento. O isolamento e o individualismo, no contexto atual, significam a própria destruição. O processo organizativo precisa ter como objetivos básicos:

- a) a luta e resistência em defesa do projeto popular para a agricultura, em vista de um projeto nacional, democrático e popular;
- b) a produção na forma associativa em vista de investimentos conjuntos, redução de custos, troca de experiências e uso coletivo de determinados meios de produção inviáveis para uso individual;
- c) a implantação de agroindústrias com controle dos próprios agricultores, agregando valor à produção e gerando mais emprego e renda;

- d) formar uma rede para compras de insumos para produção e para a venda no mercado.

O processo organizativo precisa ocorrer no nível político e econômico. No nível político, urge a massificação de fortalecimento dos Movimentos Populares em vista do objetivo de longo prazo, que é a implantação do poder popular, sob o controle da classe trabalhadora. No âmbito da produção, o desafio é a intensificação das formas de cooperação, de associações, de cooperativas populares e empresas de caráter comunitário. A perspectiva é a construção de um novo tipo de economia, com progressivo controle sobre a produção e introdução de mecanismos de venda direta aos consumidores.

O modelo econômico em vigor, sob a hegemonia das classes dominantes, induziu e induz, através das políticas macroeconômicas, visando à obtenção de divisas para o pagamento da dívida externa, uma forma de uso da terra em que a monocultura de produtos destinados à exportação é a prioridade. Ocorre que a monocultura conduz à homogeneidade agroambiental, contraria a biodiversidade e agrava a degradação do solo e do ambiente. A monocultura dos cereais tem contribuído para a degradação de biomas como o Cerrado, a Floresta Amazônica, o Pantanal e a Mata Atlântica. Além do mais, o modelo agrícola agroexportador é altamente dependente dos insumos importados de empresas monopolistas multinacionais e excludente do uso da força de trabalho direta.

Por isso, ao lado do limite máximo da propriedade, urge a fixação do limite de área máxima em cada propriedade a ser destinada para cultivos de monocultura, garantindo que todos os estabelecimentos agrícolas produzam alimentos para o mercado interno. A outra medida vital é a de impedir a expansão da fronteira agrícola externa nas áreas dos Cerrados, Floresta Amazônica, Pantanal e Mata Atlântica, impondo uma alta tributação de novas áreas colocadas sob produção.

4 – O Estado como gestor de políticas públicas em vista da reorganização da agricultura e do meio rural em função da população.

O contrário das políticas públicas de desmantelamento do Estado e sucateamento dos serviços públicos agrícolas nas áreas da pesquisa agropecuária, da assistência técnica, do transporte, do armazenamento e do crédito rural é a

garantia de preços mínimos. Ao invés das políticas de consolidação da grande propriedade agroexportadora e da monocultura extensiva que consideram os pequenos produtores como marginais ao processo produtivo e em processo de desaparecimento, propõe-se uma diversidade sobre a propriedade e o seu uso, com políticas públicas diferenciadas em função do porte econômico das unidades de produção no campo. As pequenas e médias propriedades hoje existentes e as que serão fruto da reforma agrária poderão, ao mesmo tempo, absorver a grande disponibilidade de força de trabalho e, equacionar a questão nacional relacionada com a geração de ocupação produtiva e de renda. Os dados apontam, com clareza, que a agricultura familiar e a cooperativa são muito mais produtivas em termos de rendimento por hectare, de produtividade da mão-de-obra e da produção por hectare, se comparada com a grande propriedade. Isto apesar de praticamente não existirem apoio e subsídios por parte do Estado. Neste sentido, é o exemplo do que acontece em praticamente todos os países desenvolvidos, onde os subsídios agrícolas baseados na produção são encarados como investimentos públicos, com retornos sociais imediatos e econômicos de médio e longo prazos. Além da distribuição de renda no campo, se enfrentará a questão do subemprego e desemprego estruturais crescentes. Por isso é vital que, em nível de país, seja organizado um programa consistente e coerente de subsídios para o desenvolvimento e permanência no meio rural. Outra medida indispensável é o incremento das defensorias públicas voltadas aos pequenos produtores e trabalhadores rurais como forma de acesso gratuito à Justiça na defesa de seus direitos.

As ações que contribuirão no desenvolvimento da agricultura, na produção de alimentos, na distribuição de renda, impulsionando o desenvolvimento do interior do Brasil e a construção de uma verdadeira democracia econômica, política e social, em vista uma Nação Soberana, são estas:

- Programa de seguro agrícola: com finalidade de dar segurança de renda e proteção aos agricultores, diante dos problemas climáticos;
- A assistência técnica: de forma gratuita e sob o controle social;

- As pesquisas agropecuárias: com responsabilidade pública e sob o controle social, buscando a independência tecnológica do Brasil.
- As Empresas Públicas: com capacidade de resolver os principais problemas da agricultura, em especial nos setores de pesquisa e armazenamento de alimentos;
- A política de preços: com garantia de retorno dos custos de produção e uma margem de renda aos agricultores;
- O controle nas importações agrícolas: com objetivo de somente importar aquilo que não é produzido aqui;
- A política industrial para a mecanização agrícola: com a finalidade de fabricação de máquinas e implementos adequados à agricultura familiar;
- A formação profissional de agricultores e técnicos: voltada ao desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica;
- Política de armazenamento: garantindo estoques regulares de alimentos;
- Política de abastecimento da população urbana: com estímulo a cooperativas de consumo e formas alternativas de abastecimento popular;
- As melhorias das condições de vida no meio rural: garantindo o acesso à saúde, à educação e aos bens da civilização.

O conjunto de questões acima elencadas como competências e atribuições do aparato do Estado, constituem-se numa pauta de reivindicações-exigências dirigidas à esfera pública especialmente em âmbito federal, mas os entes federados, os estados e municípios também possuem responsabilidades e competências complementares em vista de uma política pública voltada aos interesses dos pequenos agricultores familiares e movimentos sociais do campo. Aqui coloca-se novamente a importância dos dois fatores que devem combinar-se: a pressão e mobilização dos movimentos sociais, em vista de moldar e adequar o Estado às demandas e interesses populares e, o caráter do Estado e dos governos, que na medida que possuem compromissos com os interesses populares, haverão

maiores possibilidades de avanços e conquistas em vista de um projeto popular para o campo e para o país.

Parece evidente que o Estado brasileiro, apesar de seu caráter autoritário e repressivo, onde historicamente tratou as questões sociais como um caso de polícia e atendeu sempre prioritariamente os interesses das elites e classes dominantes, constatam-se algumas aberturas e adequações da estrutura estatal em vista de atendimento de demandas e reivindicações de interesse popular. Porém os fatores que incidiram nesta abertura foram as mobilizações e as lutas sociais.

5 – A soberania alimentar para o povo brasileiro e o mercado interno

Uma nação soberana decide seu próprio destino. Para decidir o próprio destino, é imprescindível que haja alimentação suficiente para todo o seu povo alimentar-se e, ainda, estoque para vários anos. Ter comida suficiente e estoque significa soberania alimentar.

Diante de políticas equivocadas adotadas no setor da economia e da agricultura, o Brasil, hoje, não possui soberania alimentar. Produz-se pouco e o povo alimenta-se mal. Porém, os potenciais para a produção vegetal e animal são os maiores do mundo.

As opções de políticas econômicas do governo FHC, em relação ao abastecimento de produtos agrícolas, partiu da concepção de que o mercado pode ser abastecido por qualquer empresa que tenha capacidade para tal. Na prática, acentuou-se um processo de oligopolização do mercado de produtos agrícolas, onde as grandes empresas abastecem apenas com o critério de obtenção de lucro máximo. Assim, passam a importar e exportar sem nenhum compromisso com o abastecimento nacional, com a qualidade e os preços para a população. O Brasil, na atualidade, está submetido a apenas algumas empresas multinacionais que controlam o mercado alimentício.

Somando-se à orientação básica acima, combinam-se mais duas situações graves. De um lado, as grandes propriedades do meio rural, que possuem como prioridade a monocultura de exportação e, ao mesmo tempo, uma política de importação de gêneros alimentícios, que fere a segurança alimentar interna,

desestimula a modernização do processo produtivo e desarticula a base produtiva nacional no campo. De outro lado, urge a reversão do quadro atual com o objetivo de fortalecer a produção nacional e a oferta de gêneros alimentícios internos, desenvolvendo o mercado interno com produtos nacionais.

Em síntese, uma nova política nacional de produção e de segurança alimentar, contém as seguintes características:

- Suficiente: para atender todas as necessidades da população;
- Estável: para enfrentar situações de baixa produção com política de estoque regulares;
- Autônoma: com auto-suficiência nacional de alimentos básicos;
- Sustentável: com respeito aos recursos naturais;
- Justa e igualitária: garantindo o acesso de cada cidadão ao máximo necessário para alimentar-se bem;
- Variada: com uma alimentação variada e nutritiva;
- Limpa e saudável: que seja livre de venenos, hormônios artificiais e antibióticos, e produzida ecologicamente.

Todos os agricultores familiares devem retomar o princípio de que a soberania alimentar começa em sua casa, ao produzirem de tudo para o próprio consumo e garantirem sua subsistência.

6 – O processo de cooperação agrícola, as agroindústrias cooperativadas e o desenvolvimento integrado do meio rural

O elevado processo de competitividade econômica no mercado produz, como resultante, uma tendência de redução de custos de produção, de baixa nos preços de venda dos produtos agrícolas e coloca enormes desafios para o desenvolvimento das forças produtivas nas pequenas e médias propriedades do campo. Ou, noutras palavras, o aumento da produtividade do trabalho e a melhoria da renda per capita não serão mera consequência da simples incorporação massiva dos insumos

modernos, todos dependentes de empresas multinacionais oligopolistas, mas sim pelo estímulo à organização de unidades de produção, em vista do acesso a tecnologias de forma coletiva, especialmente a cooperação entre as pequenas e médias unidades de produção no campo. As iniciativas poderão ser na compra de insumos e na venda de seus produtos, ou no uso comunitário de parte do capital constante.

A concepção de mundo neoliberal propugna o individualismo e que a liberdade de produção se dará pela competição indiscriminada nos mercados, tes e que se opõe totalmente à cooperação e à solidariedade, valores básicos dos pequenos agricultores e indispensável para a vida partilhada. Por isso, a cooperação agrícola, além de potencializar as forças produtivas, coloca-se como um valor pessoal e social que se antepõe à degradação do convívio humano, consequência dos valores do individualismo e competição burguesa. A cooperação, combinada com a verticalização de produção via indústria e diversidade produtiva, possibilita a divisão do trabalho, estimula a multifuncionalidade das atividades dos pequenos e médios produtores rurais, dos trabalhadores rurais, dos pescadores artesanais e dos extrativistas, integrando e articulando as atividades e funções que o meio rural deve desempenhar nas sociedades contemporâneas.

Com certeza, um dos fatores chave do desenvolvimento do meio rural é a implantação de pequenas e médias agroindústrias cooperativadas, se possível em todos os pequenos municípios do interior do país, com objetivo de beneficiar os agricultores com o valor agregado aos produtos, mediante a transformação industrial que a matéria-prima tem que passar antes de chegar à mesa dos consumidores. O processo industrial faz parte do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade como forma de garantir e ampliar a conservação, transporte e abastecimento dos alimentos para multidões que vivem nos centros urbanos. Os agricultores precisam articular este processo em seu benefício, descentralizar e democratizar a indústria pelo interior do país.

A verticalização da produção, ou seja, os processos de agroindústrias, sob o controle dos agricultores, além de agregar valor aos produtos agrícolas, pode viabilizar a produção dos insumos. Aqui se trata de substituição das importações de insumos na unidade de produção dos pequenos e médios agricultores, permitindo a

produção de tecnologias socialmente apropriadas, como desenvolvimento da base técnica e científica nacional. Trata-se de buscar as bases de um modelo auto-sustentado, oferecendo aos agricultores e suas cooperativas condições de criarem seus próprios insumos. E mais: de adotarem técnicas da agricultura orgânica, técnicas que respeitem o meio ambiente, que aumentem a produtividade e garantam alimentos de qualidade, sadios ao agricultor e ao consumidor. Outra dimensão fundamental propiciada com a verticalização da produção, além da cooperação, é o estímulo à multifuncionalidade, ou seja, o desenvolvimento de formas mais variadas e diversificadas de atividades no meio rural, com o incremento de um conjunto de atividades não agrícolas.

Um elemento importante propiciado com as agroindústrias cooperativadas, além da descentralização do desenvolvimento econômico, é o de gerar empregos para a juventude do meio rural e evitar o êxodo rural desta importante camada da população ativa. Em consequência, surgirão necessidades de novas escolas técnicas e formação/aperfeiçoamento técnico no meio rural, disseminando tecnologias e novos conhecimentos.

Outra diretriz básica a ser retomada no processo de desenvolvimento do meio rural é a de implementar o processo de desenvolvimento integrado de áreas rurais, desenvolvendo nelas outras dimensões da vida social, como a habitação, estradas, educação, sanidade, transporte, meio ambiente, infra-estrutura de beneficiamento dos produtos agrícolas e insumos, manejo de solos e de águas, experimentação agropecuária e agroindustrial.

Na verdade, com os atuais avanços científicos e tecnológicos é plenamente possível generalizar as condições de infra-estrutura e serviços básicos no campo, como a eletrificação, as estradas em boas condições, a água de qualidade, a telefonia e a informática, que estreitam as diferenças entre o meio rural e o urbano, inclusive atingindo condições de vida no meio rural melhores das que existem nos grandes centros urbanos do país.

Ao mesmo tempo, é de vital importância o incremento da valorização das práticas, hábitos e iniciativas culturais para estimular a auto-estima das populações rurais com o seu modo de vida, especialmente a retomada dos valores sociais baseados na prática da solidariedade, da igualdade e da justiça social. Ou, noutras

palavras, a população que vive no meio rural deve retomar a utopia de uma nova sociedade, mais justa e fraterna.

7 – O desenvolvimento do meio rural como base para enfrentar o desemprego e distribuir renda

O maior drama que a humanidade enfrenta em escala mundial e, em especial, nos países dependentes como o Brasil, é o desemprego. O modelo neoliberal está produzindo grandes parcelas da população, seja brasileira ou seja mundial, descartadas. A condição de desempregado é o caminho para a marginalidade e degradação humana.

Para enfrentar a situação, o desafio é combinar um processo de distribuição de renda com o desenvolvimento rural. O Brasil é um dos países de menor grau de consumo per capita de alimentos do mundo e tem mais de 32 milhões de pessoas que passam fome todos os dias e mais de 33 milhões que se alimentam abaixo das necessidades básicas. Neste sentido, as bases para um novo modelo agrícola precisam estar casadas com as políticas de distribuição de renda, via aumento de salários, garantia de aposentadorias, maior taxaço sobre grandes fortunas. O desenvolvimento rural, tendo como base a utilização dos bens da natureza, como a água, a terra, a flora e a fauna, é o caminho mais rápido e com menor custo para garantir trabalho para a população brasileira. Este conjunto de medidas não pretende o retorno massivo de populações ao campo, mas poderá resultar em uma descentralização das grandes cidades e metrópoles para as pequenas e médias cidades do interior. É inegável a possibilidade de organização de um modelo que distribui renda, terra e cria a descentralização das agroindústrias, gerando potencial de novos empregos na indústria para a população que está na cidade.

A nova situação ficará evidente quando milhares de agricultores sem terra ou minifundiários tiverem condições de comprar máquinas agrícolas, novos implementos, de construir melhores casas, comprar eletrodomésticos, ferramentas, veículos, roupas e utensílios. Tudo isso será produzido na indústria que poderá gerar milhões de novos empregos. Da mesma forma no setor de serviços, se ampliará a distribuição de renda e a população passará a comprar mais alimentos. Deverão surgir, neste setor mais armazéns, padarias, supermercados e, obviamente, novos empregos.

6. UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

Com base em um diagnóstico crítico e rigoroso sobre o processo de burocratização, acomodação e corporativismo, existe em um conjunto de instrumentos dos movimentos populares, sindicais e partidários, no campo de esquerda e popular - onde ao longo dos anos forjou-se uma militância revolucionária e várias formas de lutas - tendo por base princípios e objetivos que não foram contemplados nas estruturas legais, nas instâncias de poder e nas práticas destas organizações, nos últimos anos. Este fato gerou um processo de frustrações e decepções. As críticas são dirigidas especialmente ao Movimento Sindical vinculado à Central Única dos Trabalhadores, CUT, e ao Partido dos Trabalhadores, PT, que sem dúvida representam o processo de organização da classe trabalhadora numa perspectiva classista e independente no Brasil, a partir do final da década de 70 até os dias atuais, tendo como objetivo estratégico o acúmulo de forças em vista de um projeto democrático-popular e a luta pelo socialismo.

Diante deste quadro surge, a partir de 1997, como uma alternativa, o projeto denominado Consulta Popular. A iniciativa parte do MST, conjuntamente com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST, a Central dos Movimentos Populares, a CMP, setores do PT, Sindicatos, a Igreja Progressista e um conjunto de intelectuais de esquerda. Embora se afirme publicamente que não está nos objetivos do projeto a possibilidade de evoluir para uma nova organização político-partidária, ou uma organização social-política alternativa que se contraponha aos instrumentos político-partidários ou organizações sociais e populares existentes, na prática as propostas e características das iniciativas apresentadas apontam para uma nova organização, que tende a ser caracterizada como um instrumento revolucionário, conforme veremos adiante.

Na visão de Gilmar Mauro⁷¹, a Consulta Popular pode constituir-se num espaço de atuação da militância, que possui uma postura e perspectiva revolucionárias. Poderá viabilizar a unidade da militância, porém necessita superar a idéia de uma simples campanha e adquirir uma estrutura e organicidade que evite a burocratização. Por sua vez Luiz Bernardo Pericás⁷², ao analisar o significado da Consulta Popular afirma que poderá constituir-se na primeira grande tentativa de se organizar os diversos setores da sociedade numa organização maior. Em que pese mas divergências de concepção e métodos no interior do debate, trata-se de um passo importante para aos poucos buscar-se maior coesão de todos os envolvidos no projeto. Ao mesmo tempo, manifesta-se a preocupação com os riscos do projeto vir a ser desvirtuado através do entrismo de grupos alheios às linhas gerais do projeto, ou dos próprios grupos da Consulta, que eventualmente queiram auto-denominarem-se à direção do processo. Da mesma forma torna-se necessário evitar o preconceito em relação ao povo, com a tese recorrente de que “o povo não está preparado para escolher o próprio caminho”. A razão de ser da Consulta consiste em ser uma conversa com o povo, para saber suas dúvidas e opiniões sobre a solução dos problemas do país. Por isso é vital que se adote efetivamente a democracia como método e a escolha a partir da base, com debates e o voto direto dos militantes.

Na seqüência e nos desdobramentos do projeto da Consulta Popular estão em debate propostas de caráter organizativo e político-programáticas. Entre as questões organizativas propõem-se a massificação das propostas e diretrizes gerais aprovadas no Encontro Nacional de Itaipó, São Paulo, em dezembro de 1997, onde reuniram-se mais de 300 militantes e lutadores sociais das causas populares. Na revista dos Sem Terra⁷³, ao divulgar o evento afirma-se que “a natureza da luta continua a mesma, pois tratava-se de uma luta de classes e continua uma luta de classes, entre as forças do capital e as forças do trabalho disputando poder (econômico, social e político) e hegemonia cultural na sociedade brasileira. Tratava-se de uma luta do povo de um país subdesenvolvido para transformá-lo em uma verdadeira nação e continua tratando-se disso”. A questão que muda são os

⁷¹ MAURO, Gilmar. MST: Lutas e perspectivas. In: PERICÁS, Luiz Bernardo e BARZOTTI, Paulo (Orgs.). *América Latina – História, Crise e Movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.

⁷² PERICÁS, Luiz Bernardo. Alternativas para o Brasil. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; BARZOTTI, Paulo (Orgs.). *América Latina – História, Crise e Movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.

⁷³ REVISTA SEM TERRA. Ano I, nº 3. Janeiro, Fevereiro, Março/1998. São Paulo, 1998, p. 50,52.

desafios de novas estratégias, novas táticas e métodos de luta política adequadas à nova realidade do país e do mundo nas duas últimas décadas.

Entre as propostas organizativas constam a formação dos Comitês Permanentes de Base, as Brigadas Pedagógicas, os Núcleos Regionais da Consulta Popular, os Conselhos Populares e a possibilidade de iniciativas de trabalhos voluntários. A questão principal está centrada num trabalho regular de formação de novos quadros, tendo por base uma pauta de estudos, incluindo-se a história do Brasil e da América Latina, teoria política, experiências revolucionárias, correntes do marxismo e análise da conjuntura atual. Este trabalho, bem como os debates nas escolas, universidades, sindicatos, nos movimentos populares e setores partidários é uma função principal das Brigadas Pedagógicas.

Em termos organizativos e políticos, no conjunto das ações propostas é evidente a ênfase na necessidade de um novo método e padrão de ação política e de mobilização, que consiga atingir enormes contingentes populares que atuam em algumas formas de organização popular, mas principalmente, a necessidade de se atingir os grupos marginalizados, que se encontram nas periferias das médias e grandes cidades sob a influência do crime organizado ou de algumas igrejas e seitas religiosas. Considera-se vital atingir essas massas, incidindo para que criem consciência política e passem a lutar pelos seus direitos e por um novo projeto popular para o país.

A proposta condensada em “A Opção Brasileira”⁷⁴, subscrita por uma comissão responsável pelo texto, mas tendo como redator César Benjamim, faz uma abordagem com um corte basicamente nacionalista da questão brasileira. Seu ponto de partida é “A viabilidade do Brasil”, tendo como diretriz central um projeto nacional de desenvolvimento alternativo. Destaca-se a importância do debate dos anos 30 a 80, entre os diferentes projetos nacionais para o país, onde a esquerda participou ativamente, tendo como referência a estratégia de luta pelo socialismo no período. As principais insuficiências e limitações da esquerda na época estiveram vinculadas à visão etapista dos partidos comunistas, os PCs, pois entendiam que antes da etapa socialista existia a etapa da “libertação nacional”, tendo como aliada principal

⁷⁴ BENJAMIN, César... (et al). A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

a “burguesia nacional”, embora esta questão não conste e nem é reconhecida no texto da “Opção”.

O “espaço nacional” é uma construção social e, “como toda idéia simultaneamente real e imaginária, a nação precisa ser reinterpretada e recriada” como afirma a “Opção”.

A profundidade da crise brasileira é enorme. As bases de uma sociabilidade civilizada se debilitam. Conforme Benjamin⁷⁵, “cada vez mais gente é expulsa da sociedade civil e retorna ao “estado de natureza”, que é o estado da necessidade, marcado pela exclusão“. Esta situação degrada a existência de quem foi lançado nela, mas também todas as camadas sociais passam a experimentar níveis de ansiedade sobre o presente e o futuro. Ocorre uma diluição entre a situação de crise e de normalidade. A existência normal torna-se crítica e difícil. A diminuição drástica de espaços cobertos por qualquer forma de contrato social, traduz-se na legião de adultos que perdem totalmente direitos adquiridos, como o trabalho, ao mesmo tempo, em que enormes contingentes de jovens deixam a adolescência sem ter tido a capacitação necessária em vista da inserção no universo contemporâneo do trabalho e da cultura. A situação de instabilidade, de insegurança e incerteza toma conta das pessoas, constituindo-se num cotidiano de miséria material e moral que atinge a todos. As situações concretas traduzem-se na possibilidade do desemprego, a insegurança diante da violência onipresente, a preocupação com o desamparo em caso de doença e velhice, as dúvidas sobre os filhos e os níveis alarmantes de infelicidade atingindo amplos contingentes. O próprio sistema passa a negociar e lucrar com os males que dissemina. Aí estão os tranquilizantes químicos como medicamentos mais consumidos, a indústria da segurança privada e seguro-saúde como setores que mais crescem. A multiplicação de seitas que garantem salvação em outro mundo e os livros e mecanismos de “auto-ajuda”, oferecendo fórmulas de felicidade fácil, tão ansiada.

Como foi afirmado, a crise é profunda e o mal-estar não pode ser negado, mas no pano de fundo de tudo isso está o processo de apartação entre as pessoas, que se acelera e se generaliza, envolvendo enormes áreas e regiões urbanas e rurais, onde não possuem qualquer cobertura do direito e nenhuma forma de

⁷⁵. BENJAMIN, César... (et al). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 13.

contrato social. Esta situação leva o Estado a uma dupla forma de ação, uma dirigida às “áreas civilizadas”, cada vez mais restritas, e outra às “áreas selvagens”, que cada vez mais se expandem. Na prática a desigualdade de oportunidades e atendimento de direitos básicos, levam à probabilidade dos filhos dos pobres de hoje serem os pobres amanhã. Porém a crise e o esgotamento do atual modelo, tornam-se visíveis e palpáveis, cada vez mais por amplos setores da população, que pela experiência e reflexão concluem pela necessidade de uma decisão, de uma saída, de uma solução, pois nesse sistema não há lugar para a maioria. A transformação é dada com o necessária, mesmo que ela seja temida ou desejada por amplos segmentos. Mesmo que a ideologia e o poder dos grupos dominantes sejam fortes, abrangentes e complexos, a vida social, especialmente os movimentos sociais organizados, possuem condições de esboçar uma contra-hegemonia, criar fraturas no bloco dominante, elaborando uma crítica consistente e organizando uma alternativa. A vontade e o desejo de mudanças são muito fortes e latentes, o que têm levado as próprias elites a apropriarem-se deste desejo, assumindo a seu modo a bandeira das “reformas”, mas com um conteúdo neoliberal, na prática consistindo em uma contra-reforma.

O conjunto dos grupos e setores sociais e econômicos que sofrem a experiência da exploração e exclusão, embora com níveis de consciência e organização desigual e fracionado, inclusive com visões conflitantes, precisa e deve assumir o seu protagonismo em vista de uma nova sociedade que unifique as liberdades civis e os direitos sociais, como condições do direito fundamental a uma vida digna e vivida em paz, sem ameaças e necessidades torturantes. No horizonte maior deste caminho deverá estar a perspectiva de um novo projeto para o país. O fato é que existem alternativas e possibilidades de avançar pelo caminho interrompido historicamente. Não existe um modelo, um caminho e um projeto pronto e detalhado, mas sim bases, fundamentos e diretrizes gerais que resgatam, segundo Benjamin⁷⁶, “o sentido da construção nacional e superem o nosso bloqueio da construção nacional”. Urge a retomada do debate fecundo dos anos 30 a 60, voltados a compreender o sentido de nossa história e as condições de modernização do país.

⁷⁶ BENJAMIN, César... (et al). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 19.

6.1 O Sentido da Construção Nacional

O ponto de partida do Brasil foi o seu estatuto colonial. Porém, ao contrário de muitos outros países que viveram também a condição de colônia, não fomos nação antes de ser colônia. A nossa formação não foi um processo autônomo, mas uma consequência da expansão do moderno sistema mundial, tendo como eixo a Europa.

Conforme exposto ao longo da presente dissertação, vivenciamos um processo de baixa densidade populacional, com o território de forma fragmentada, com a economia organizada de fora para dentro, a sociedade marcada pela escravidão dos povos indígenas e dos negros e sem um Estado nacional, ou seja, nascemos como uma “não-nação”, como um território colonizado para abastecer de produtos os mercados dos países centrais.

Com a evolução histórica, desenvolvem-se aqui outras características, apresentando outro sentido potencial para o Brasil. Em síntese, cresce a densidade populacional, os ciclos econômicos com determinação externa geram sucessivas crises, incrementa-se um incipiente mercado interno, conforme acentua Benjamin⁷⁷. O povo mobiliza-se e luta, apontando-se para a transformação da “não-nação” em uma nação, criando um estatuto novo diante de si e do mundo, propõe-se como chave de leitura para o longo curso da nossa história: “Nosso sentido de futuro tem sido dado pela capacidade de transformarmos aquela “não-nação” original em uma nação, dotada de uma organização institucional e um sistema econômico voltado para satisfazer as necessidades de uma população-cidadã”.

Um longo caminho foi percorrido pela sociedade brasileira, com processos de modernizações sucessivas e cumulativas, mas a característica central é que elas nunca nasceram de rupturas claras e efetivas, por isso trouxeram consigo e projetaram para frente características do passado, nunca superado de todo. O passado e o futuro estabeleceram entre si uma convivência complexa, onde o passado se renova e permanece nos novos contextos. Este fato estabelece um caminho prolongado e tortuoso entre a “não-nação” para a nação. Foi assim em 1822, quando a independência política transferiu de Portugal para a Inglaterra nossa

⁷⁷ BENJAMIN, César... (et al). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 23-24.

dependência econômica. A tardia abolição da escravatura, em 1888, manteve inalterada a segregação social e desvalorização cultural do mundo do trabalho. O advento da República, em 1889, não conseguiu alterar nossa condição primário-exportadora. A revolução de 1930, quando 80% de nossa população morava no campo, não mexeu na estrutura da propriedade agrária.

No século XX, ainda conforme Benjamin, tornou-se mais acelerado um conjunto de transições que definem o sentido profundo de nossa história, onde destaca-se:

- a) do encontro de grupos étnicos desenraizados à formação de um povo dotado de unidade lingüística e identidade cultural;
- b) dos governos coloniais ao estado nacional capaz de cumprir funções estruturantes cada vez mais complexas;
- c) da prevalência de um mercado externo à do mercado interno como fonte de estímulo aos setores dinâmicos da economia;
- d) da máxima apartação social (o escravismo) à cidadania formal e às aspirações de generalização de uma cidadania real;
- e) da fragmentação à unificação da base geográfica;
- f) do modelo primário-exportador à predominância da indústria;
- g) da população dispersa no meio rural a uma sociedade urbanizada (1998, p. 24-25)

Após 1930, com a opção desenvolvimentista, o Brasil, como nação chegou a se sentir portador de um projeto, pois conseguiu com certa nitidez forjar uma imagem do seu passado, marcado pela base produtiva agrícola, população rural e território fragmentado e, ao mesmo tempo, esboçou-se uma imagem de seu futuro, agora com base produtiva industrial, predomínio da população urbana e território integrado. No período de 1938-1980, nossa produção industrial foi multiplicada inúmeras vezes. No final deste período, com a instalação dos setores de bens de capital e de grandes insumos básicos, com a constituição dos embriões das indústrias de informática e de produção aeronáutica, o país passa a contar em seu território com quase toda base industrial existente no mundo. Passamos a contar com um dos maiores sistemas produtivos do Terceiro Mundo, o maior parque industrial e renda per capita elevada. As bases da nossa economia e sociedade tornaram-se mais consistentes. Apesar das significativas desigualdades, aconteceu a expansão dos empregos nos setores modernos e nas novas fronteiras de

ocupação territorial, possibilitando a integração de milhões de famílias ao processo em curso.

A contraface deste processo de desenvolvimento é bem conhecida, são as modernizações conservadoras, que “mudam para manter”. O século XX, marcado pelo desenvolvimentismo na economia do Estado, foi conservador nas relações sociais, e em relação às populações rurais, que são majoritárias, até os anos 60. O estado, autoritário com seu povo, foi sensível aos interesses privados, internos e externos, pois forneceu ao capital subsídios, insumos, infra-estrutura, mas não realizou as reformas estruturais necessárias para conceder solidez ao processo de desenvolvimento.

O mais grave é que o capital privado nacional não estabeleceu um padrão autônomo de acumulação e nem alcançou escala suficiente para avançar mais. Nossa dependência com o exterior agravou-se, pois em 1980, com o fim do último longo ciclo de crescimento, aprofundou-se nosso endividamento externo e aumentou drasticamente o controle exercido pelas filiais das multinacionais sobre os setores mais dinâmicos de nosso parque industrial instalado. O financiamento de nossa economia e o perfil de nossa estrutura produtiva permanecem afetados por decisões tomadas no exterior.

Em nível interno, expõem-se graves problemas. O campo brasileiro não conseguiu generalizar a cidadania, a terra continuou concentrada, frustrando milhões e milhões de famílias. A participação do trabalho na divisão da renda nacional foi comprimida pelo excedente estrutural da mão de obra, conduzindo a baixos salários. Regiões como um todo são mantidas à margem de qualquer processo de modernização. Nossa base produtiva é colocada a serviço dos segmentos de renda mais alta. Não se consegue massificar a educação e a cultura.

Em síntese, e contrariando as esperanças e expectativas de um enorme contingente de intelectuais dos anos 30, 40 e 50, o processo de industrialização não nos levou a superar o subdesenvolvimento, conforme as razões expostas por Benjamin:

a) mantivemos um sistema econômico em que o progresso técnico se espalha de forma irregular, com parcela expressiva de nossa força de trabalho alocada em atividades de baixa produtividade;

- b) permanecemos incapazes de internalizar as decisões estratégicas de uma economia moderna;
- c) não conseguimos reter em nosso território parte expressiva dos frutos do nosso desenvolvimento;
- d) Experimentamos o fim de um longo ciclo de urbanização e industrialização sem completar verdadeiramente esses dois processos, no sentido de que não generalizamos entre nossa população o acesso aos bens e serviços típicos dessas condições. (1998, p. 27)

Nosso modelo de crescimento, vitorioso sobre muitos aspectos, ocultou nossas fragilidades internas e externas. Na medida em que se esgota o impulso do crescimento rápido expõe-se a fragilidade das raízes de nosso desenvolvimento, impedindo o ingresso numa fase qualitativamente nova. Durante os anos 80, combinam-se vários fatores: a industrialização perde fôlego, a crise agrária expulsa milhões para a cidade, onde a economia não os consegue absorver, acaba o financiamento externo e o Estado como principal agente indutor do crescimento, torna-se deficitário.

A alternativa das elites para enfrentar a crise foi a adoção do modelo neoliberal. O significado e as conseqüências deste modelo, especialmente para o campo, com seu projeto estratégico através da implementação da ALCA, dos OGMs e da Lei das Patentes são amplamente analisados no Capítulo V da presente dissertação.

Caberia observar uma lacuna importante da “Opção” sobre as causas da persistência de nosso subdesenvolvimento e do grave processo de exclusão social. Ocorre que a introdução de relações capitalistas nas sociedades periféricas não dissolve as relações pré-capitalistas, mas as transformam, subordinando as relações capitalistas. Por isso poucos países periféricos conseguem completar o processo de industrialização. O Brasil é uma destas exceções. Outro dado importante foi o processo de reação e resistência esboçados nas experiências do velho colonialismo. Podem-se constatar ações de adaptação de setores da antiga elite ao novo modelo, movimentos de defesa de um “capitalismo nacional”, revoltas populares em defesa da condição anterior e lutas de libertação nacional, tendo os comunistas na liderança. Portanto, ocorrem lutas contra a potência colonial e contra as relações capitalistas de produção. Os comunistas queriam expandir as forças produtivas e ir além das relações capitalistas. Os camponeses queriam manter as relações de

produção e as forças produtivas num estágio anterior. Nesse sentido fica evidente que a questão da “construção da nação” não pode ser tratada em abstrato, ignorando seu conteúdo de classes em cada caso.

O mesmo pode-se destacar em relação a uma visão demasiado positiva sobre o passado do Brasil, onde coloca-se um contraponto com o presente, demasiado negativo. Assim, afirma-se que antes havia um debate fecundo, hoje não. Antes, havia um sentimento otimista, hoje, não mais. Segundo Valter Pomar⁷⁸, é necessário um maior equilíbrio sobre o passado brasileiro. Pois a “geração de nossos pais”, que achava o Brasil viável, nasceu da ditadura varguista, e quando adulta experimentou a ditadura militar, afirmando que o “Brasil era um país de futuro”, uma “potência” que “vai pra frente”. Da mesma forma o destaque positivo sobre as forças armadas, com a possibilidade de virem a colocar-se ao lado das causas populares e contrárias a iniciativas de golpes, acaba ignorando o papel histórico das mesmas em vários momentos, onde colocaram-se ao lado dos grupos econômicos e das elites, contra o povo. Foi assim nas Guerras do Contestado e de Canudos, na Revolução de 30/32, na derrubada de Vargas e, em 1954, no seu suicídio. Importante lembrar também a Coluna Prestes, o Golpe Militar de 1964 e tantas outras situações, onde as forças armadas colocaram-se contra o povo. Por isso não é possível afirmar que tenha havido mudança qualitativa do papel das forças armadas, que funcionam como “braço armado do estado burguês”.

Cabe uma ressalva também em relação ao elogio do processo de consolidação do território nacional, levado a efeito pelos portugueses e o Império, pois omite-se o custo social, as condições sobre as quais executou-se o processo: o extermínio de milhões de indígenas e a escravidão negra. Fato é que o processo de desenvolvimento capitalista ocorreu graças às desigualdades e contradições intrínsecas ao processo. A superexploração, o latifúndio e as ditaduras foram os fatores determinantes de nosso modelo de desenvolvimento capitalista. A mesma lógica de integração do território nacional, excluiu milhões de brasileiros. O nosso modelo desenvolvimentista foi possível graças a seu conservadorismo nas relações sociais e sempre serviu aos interesses privados internos e externos.

⁷⁸ POMAR, Valter. A Opção Brasileira. In: *América Latina – História, Crise e Movimento*. PERICÁS, Luiz Bernardo; BARSOTTI, Paulo. (Orgs.). São Paulo: Xamã, 1999.

6.2 As Características do Projeto Popular para o Brasil: a Consulta Popular e as Teses do MST

Conforme se afirmou anteriormente, a essência da história brasileira está no esforço do povo para superar a herança dos 300 anos de domínio colonial, com o objetivo de converter-se em Estado nacional, independente, autônomo, capaz de organizar um espaço econômico próprio assegurando uma vida digna a toda sua população. Nas palavras do historiador Caio Prado Junior⁷⁹, trata-se de “concluir a longa transição do Brasil -colônia de ontem para o Brasil-nação de amanhã”.

As elites econômicas e políticas hegemônicas no sistema capitalista internacional e as classes dominantes brasileiras estão comprometidas na tarefa de promover o desmonte da nação. O vínculo positivo de construção nacional, assumido historicamente, especialmente no período desenvolvimentista, já não existe mais na burguesia brasileira, pois esta assume o papel de representar os interesses externos. Por isso o principal problema a ser resolvido em vista a completar a construção da nação brasileira não é de natureza econômica, mas sim política, ou seja, é necessário uma nova coalizão de poder que tome as medidas necessárias para promover o desenvolvimento. Neste sentido é vital o controle popular na condução do processo de construção da nação. Superar a subordinação do Brasil aos países desenvolvidos e reordenar as políticas econômicas aos objetivos da integração social e unidade nacional, buscando eliminar as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas, entre as classes e as regiões.

A partir do diagnóstico da situação do país propõe-se uma agenda nacional com uma pauta de problemas a serem resolvidos, que são formulados em três questões chaves: a) a democrática; b) a nacional; c) a política e cultural.

A democracia política implica na democracia social. A condição para o povo participar na política é a busca de maior homogeneidade social, ou seja, é a eliminação do “apartheid social”, que marca nossa sociedade desde a colônia. A democracia precisa ir além do âmbito restrito às oligarquias para uma dimensão mais ampla. Entre os mecanismos propostos destacam-se o controle sobre as

⁷⁹ JÚNIOR, Caio Prado. in: *Documento - Diretrizes para o Projeto Nacional*. São Paulo: Comissão Nacional do Projeto de Consulta Popular, 1997, p. 1.

autoridades públicas e as esferas estatais, bem como as reformas estruturais, em vista da distribuição de riquezas e renda, concentradas em reduzidos segmentos das classes dominantes. Propõe-se também o acesso de todos à educação, à cultura e aos meios de comunicação social.

A questão nacional consiste basicamente na superação da dependência econômica e cultural do país diante dos centros hegemônicos do capitalismo mundial. Ao invés da subordinação passiva às imposições externas, propõe-se a participação na economia mundial de acordo com os interesses da nação. Esta postura orientará as escolhas de tecnologias, de investimentos estrangeiros, de parceiros comerciais e a definição da política internacional. O Brasil deverá apresentar-se no foros internacionais como nação defensora da auto-determinação e comprometida com a solidariedade e cooperação, apoiando os movimentos de libertação dos povos, em especial na América Latina. O fato de manter relações comerciais e políticas com todas as nações da comunidade internacional, negociando com todas e não aceitando imposições no plano econômico e político, possivelmente produzirá reações e oposições.

A busca de uma maior homogeneidade entre as regiões do país implica uma profunda revisão do pacto federativo, baseada na solidariedade e cooperação entre as populações. Este pacto deve levar em conta o pleno respeito às tradições e riquezas culturais gestadas ao longo da história do país.

Estas medidas propostas, como foi anunciado, precisam preparar a população para enfrentar possíveis represálias por parte dos países habituados a impor seus interesses. Por isso, urge uma política de comércio exterior, de relações internacionais, de ciência e tecnologia, de defesa nacional, com o objetivo de reduzir nossa vulnerabilidade e aumentar a auto-suficiência interna.

A questão cultural e política aponta para a organização de uma nação que venha ao encontro dos interesses do seu povo. Para tanto é indispensável que realize os ideais e os valores da igualdade, da liberdade, da cooperação e da solidariedade. A cidadania precisa ser resgatada a todos. Os governantes deverão seguir os anseios e a vontade da maioria. Um conjunto de obstáculos de natureza

cultural deverão ser superados. São hábitos, comportamentos e mitos que precisam ser desfeitos.

O principal destes mitos é o consumo sem limites. Não possuímos renda suficiente para que todos possam usufruir o padrão consumista dos países desenvolvidos. É impossível estender o padrão de consumo dos países ricos a todas as nações do mundo, pois o mesmo é insustentável social e ecologicamente. Além do mais, o consumismo impede que a sociedade seja saudável, equilibrada, democrática e respeitadora dos seres humanos. As sociedades consumistas acabam esmagando as outras dimensões da personalidade, portanto são fadadas à decadência moral.

Na concepção de Furtado⁸⁰, o desafio para a sociedade brasileira e para toda a humanidade é mudar o curso da civilização, superando a lógica dos meios e buscando a lógica dos fins:

“Nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num curto horizonte de tempo, para uma lógica de fins, em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos”.

Após a definição do diagnóstico, de precisados os obstáculos principais em vista da construção de um Brasil-nação, de apresentada a agenda política, é necessária a definição dos desafios colocados ao conjunto do povo brasileiro. O primeiro desafio é a organização dos objetivos estratégicos do povo, em oposição aos objetivos estratégicos das classes dominantes. Alguns eixos dos objetivos estratégicos do povo apontam: a) a democratização da terra; b) para assegurar empregos para todos; c) para garantir moradia digna a toda população; d) para a eliminação do analfabetismo.

O segundo desafio relaciona-se à criação de uma correlação de forças favorável para atingir os objetivos, garantindo que os mesmos sejam colocados na agenda política e convertidos em decisões de estado. Para tanto é preciso organizar um campo de alianças em torno de um bloco popular, envolvendo todos os atores interessados na execução dos objetivos estratégicos, que podem ser resumidos em

⁸⁰ FURTADO, Celso. In: *Documentos - Diretrizes para o Projeto Nacional*. São Paulo: Comissão Nacional do Projeto de Consulta Popular, 1997, p. 6.

trabalho, moradia, terra e educação. Estes atores são basicamente o operariado industrial do setor formal e informal e o campesinato, entendendo-se pela expressão, os sem-terra, os pequenos produtores familiares e os assalariados rurais. Incluem-se, também, os empregados de baixa renda do setor de serviços e os excluídos em geral das cidades e do campo. Além disso é necessário, de acordo com a diversas conjunturas de luta, a realização de alianças com segmentos situados em patamares inferiores das classes dominantes. São os pequenos empresários, os profissionais liberais e técnicos qualificados que exercem funções menos remuneradas e valorizadas e que estão ameaçados de exclusão pela modernização da economia. Historicamente, estes setores têm se dividido nos em bases políticas e sociais, uns apoiando os de cima outros apoiando os líderes populistas. Em termos de objetivos e interesses históricos é evidente que seria mais coerente a sua unificação ao bloco popular.

Outro aspecto importante no campo do bloco popular é a necessidade de revisão profunda de práticas sindicais patrocinadas por setores do operariado organizado, que têm trocado conquistas históricas pela sua não exclusão do mercado de trabalho, ou seja, têm permitido a flexibilização de direitos. Esta postura fragiliza e debilita o conjunto do movimento sindical. O desafio para amplos setores do operariado organizado é que venham a solidarizar-se com o enorme contingente de trabalhadores dos setores informais e excluídos, tendo como horizonte maior um novo modelo de desenvolvimento nacional baseado no pleno emprego.

Será vital igualmente, a mudança de comportamento dos marginalizados e excluídos da sociedade, para que através de uma pedagogia adequada busquem superar os comportamentos conformistas, e não aceitem as “migalhas” que os ricos atiram, mas exijam como cidadãos os seus direitos inerentes à cidadania.

O terceiro desafio importante relaciona-se à necessidade da mudança no padrão da luta de classes. Diante da intolerância das classes dominantes é necessário opor a intransigência do bloco popular. A intransigência popular não se confunde com o voluntarismo, o aventureirismo ou o fundamentalismo. Consiste em planejar cuidadosamente a ação, tendo a leitura para o momento de avançar e de retroceder, mas no essencial nunca transigir. O fundamental é captar as disposições das lutas das massas, em cada momento da vida nacional. Para tanto é vital o

processo de elaboração teórica, a vivência de situações concretas e o verdadeiro compromisso com a luta do povo, fixando objetivos viáveis que caminhem na direção da acumulação de forças.

Numa condensação da essência das propostas contidas em “A opção Brasileira”, Valter Pomar o sintetiza da seguinte forma:

o eixo [da construção nacional] deve deslocar para a população em si mesma. Com um território consolidado e uma população emancipada de relações patriarcais, o imaginário nacional poderá gravitar pela primeira vez em torno de uma idéia de sociedade que incorpore a de uma igualdade essencial. Sobre essa nova base, o processo de construção nacional poderá completar-se (...) É de uma mudança antes de tudo cultural que falamos (...) Cinco compromissos: com a soberania, com a solidariedade, com o desenvolvimento, com a sustentabilidade, com a democracia ampliada. Valorizar nossa população e o patrimônio natural e social do país, eis os fundamentos últimos desse novo imaginário, que precisa basear-se em uma arraigada crença na nossa viabilidade (...) Os trabalhadores é que são portadores de interesses gerais, na medida em que não têm outra opção, senão garantir a continuidade da construção nacional. Temos um continente a integrar. O mundo contemporâneo tem sido marcado pela formação de blocos (...) Para superar sua marginalização no cenário internacional, a América do Sul deve caminhar na mesma direção. O papel do Brasil é insubstituível na criação do núcleo histórico desse novo arranjo regional de cooperação e desenvolvimento – latino e americano – que poderá vir a configurar um novo bloco, ou novo megaestado, no futuro. Nosso problema econômico mais importante, portanto, é o de conciliar a dinâmica da distribuição com a dinâmica do crescimento. (...) A consolidação desse mercado (interno) como um elemento dinâmico é a nova face fundamental da questão nacional, marcada em décadas anteriores pela defesa dos recursos naturais e a opção industrializadora. Deslocando trabalhadores dos setores mais atrasados, há grande elevação da produtividade média – e, com ela, da produção -, com difusão automática desse ganho para a sociedade como um todo (ao contrário dos ganhos atuais, que incidem apenas sobre a produtividade marginal do trabalho) (...) Isso quer dizer que só retomaremos um crescimento acelerado se adotarmos uma estratégia que seja homogeneizadora dos níveis de produtividade e de renda presentes em nossa sociedade. São imensos os ganhos de eficiência disponíveis para ser capturados pela economia brasileira através da modernização de setores e atividades retardatárias, melhor organização social da produção etc., com forte impacto positivo sobre o nível de emprego. Quanto à renda, quanto mais igualitária a sua distribuição, maior e mais variada será a demanda, e mais rapidamente o mercado interno alcançará dimensões que permitam ganhos de escala na produção local de bens e serviços, o que, evidentemente, aumenta também nossa capacidade de competir nos mercados externos.

Mais do que investir na fabricação de novos produtos, ou de produtos levemente diferenciados, concebidos para mercados de altas rendas, precisamos aumentar as escalas de produção dos bens tradicionais, tornando-os assim, mais baratos (...) Não existe no longo prazo um dilema entre expansão da demanda interna e ampliação das relações comerciais com o resto do mundo (...) A indústria manterá seu papel indutor do desenvolvimento do conjunto do sistema (...) Quanto maior for o alcance transformador de um projeto, mais severos serão os obstáculos institucionais interpostos a eles. (1999, p. 151-153)

O que chama a atenção de fato, que o receituário final não acrescenta grandes novidades, ficando em alguns aspectos aquém do documento preparatório nacional, que aborda algumas mediações políticas importantes, o que é praticamente omitido no texto da “Opção”. As propostas retomam questões conhecidas, como a ênfase na indústria de bens de capital, a ampliação do mercado interno e o potencial do setor agrícola. Estas propostas já foram experimentadas tanto em economias capitalistas avançadas, como também nas experiências do socialismo do tipo Soviético, dos anos 50 e 60, do século passado. A pretensa novidade elencada é que no presente dissociaram-se a lógica do crescimento industrial e a lógica da concentração de renda. Obviamente, trata-se de uma afirmação, no mínimo questionável, pois a tendência na dinâmica de acumulação capitalista, principalmente nos países periféricos, tem sido acentuar a vinculação entre as lógicas de crescimento e concentração de renda, bem como, a busca do lucro privado.

No fundamental as propostas de “Opção”, que prometia pensar o impensável, acaba tendo uma grande proximidade com o programa de Lula, em 94, 98 e 2002, em sua concepção e diretrizes, onde um dos elementos centrais é a consolidação do mercado interno como fator dinâmico de retomada do desenvolvimento e de uma nova feição da questão nacional.

Na prática o PT apresenta uma evolução no seu pensamento estratégico e na definição de sua proposta socialista, desde sua fundação, em 1980, mais precisamente no caráter e na natureza do partido que passa por uma longa maturação e clarificação político-ideológica, culminando com a resolução denominada “O Socialismo Petista”, no 7º Encontro Nacional, em 1990. A crítica, o intenso debate interno, a autocrítica e os compromissos efetivos com os interesses e necessidades da classe trabalhadora, dos setores médios e da maioria da população, conjuntamente com a perspectiva da organização independente e autônoma da classe, acaba sendo pressionada e evolui na definição de sua identidade programática. Como um partido de massas e de quadros simultaneamente, superou-se a polêmica clássica, que opõe um partido de massas a um partido de quadros. De uma concepção de partido como reflexo dos movimentos sociais, assume-se o papel de um partido que apresenta diretrizes e princípios, constituindo-se como referência dirigente do conjunto das classes populares,

apresentando um projeto alternativo de governo, denominado projeto democrático-popular, tendo como perspectiva mais ampla um projeto de sociedade democrática e socialista. Em outros termos, propõe-se um governo comprometido com um projeto democrático-popular, que execute um programa de mudanças estruturais de interesse da maioria da população, tendo como horizonte mais amplo, o acúmulo de forças em vista da superação do capitalismo e a instauração do socialismo.

Desde o primeiro momento, o PT assumiu uma postura crítica em relação à experiência stalinista e da social-democracia, apontando para um modelo próprio construído a partir das características da sociedade brasileira, tirando as lições necessárias diante dos equívocos e desvios cometidos pelas experiências do socialismo burocrático com predomínio stalinista, e das experiências de governos e partidos social-democratas, que progressivamente adaptaram-se nos limites das reformas dentro da ordem capitalista.

No seu XII Encontro Nacional, realizado em dezembro de 2001, o PT aprovou a resolução denominada “Concepções e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil – Lula 2002”, onde reafirma, atualizando o acúmulo programático histórico, a necessidade de um governo que realize as rupturas necessárias com o modelo econômico neoliberal e com a dependência e submissão ao capital externo, especialmente o capital especulativo financeiro, em vista de realizar uma nova etapa, implantando um projeto econômico-social alternativo, com o objetivo de retomar o crescimento econômico sustentável, gerando empregos, fomentando o mercado interno e realizando a distribuição de rendas. Não é nosso propósito, neste espaço, fazer uma avaliação do início do Governo Lula, mas apenas sinalizar o seu significado histórico para o país e América Latina, na medida que se abrem enormes desafios e possibilidades de mudanças e transformações estruturais, mas cujo desfecho dependerá da correlação de forças e dos antagonismos de classes, que disputarão os rumos gerais do governo.

Conforme Valter Pomar⁸¹, as linhas gerais da estratégia e da tática do PT estão contidas em seu manifesto de lançamento e em seu Programa, publicados em outubro de 1981. A tese central afirma que os trabalhadores desejam se organizar

⁸¹ POMAR, Valter. Introdução. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos 1979 – 1998*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

como força política autônoma e que o PT deseja ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Por isso, o PT deve atuar não apenas nas eleições, mas principalmente no dia-a-dia de todos os trabalhadores, para conquistar uma nova forma de democracia na sociedade em todos os níveis. Afirma-se que o PT deseja chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico, como social. Busca-se construir um poder que avance no rumo de uma sociedade sem exploradores e explorados, tendo clareza que esta luta é contra os interesses do grande capital nacional e internacional.

Diante desta perspectiva, o Partido necessita preparar-se para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. Porém, o êxito da estratégia do PT depende da relação permanente com os movimentos populares e sindicais que lhe deram origem.

Do ponto de vista tático, o PT propõe-se a intervir em todas as questões políticas, econômicas e sociais, com o propósito de apresentar soluções a partir das bases sociais. As lutas democráticas, no Parlamento e nas demais frentes, em cada votação, em cada aliança, importam expressar o Programa e a vontade do conjunto partidário, em função das causas dos trabalhadores. Esta concepção estratégica original evoluiu, de acordo com as mudanças conjunturais para os debates partidários e os desafios crescentes impostos ao Partido. Assim, a partir de 1989 e em 1994, 1998 e 2002, a conquista do governo federal passa a constituir o centro do objetivo estratégico, por isso avançou-se na definição de uma plataforma de governo e do significado da conquista do governo federal, como uma possibilidade de mudanças de grande alcance histórico.

Com relação à concepção de socialismo, o Manifesto de Lançamento e o Programa do PT apresentam-se como anticapitalistas e apontam genericamente para o socialismo como perspectiva maior. É a partir do discurso de Lula, no final da I Convenção Nacional, que o partido define-se genericamente como socialista. No II Encontro Nacional, avança-se na definição, afirmando-se que o socialismo será definido por todo o povo, nas lutas do dia-a-dia, sendo sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Como destacamos anteriormente, no VII Encontro Nacional, em 1990, a proposta de socialismo recebe um maior

detalhamento e caracterização, onde predomina a concepção de que a democracia deve ser um valor universal, de que os movimentos e organizações sociais devem manter sua autonomia diante dos governos e aparatos de Estado, bem como, torna-se vital o respeito às diferenças e uma prática pluralista, que estimule as potencialidades e a criatividade de todas as pessoas.

O projeto de socialismo do PT remete para a experiência e reflexão acumulada partidariamente, que numa forma dialética nega equívocos e desvios históricos e afirma convicções estratégicas adquiridas na trajetória de lutas. Neste sentido, já no V Encontro Nacional, realizado em dezembro de 1987, em Brasília, apontou-se um caminho, conforme é destacado na resolução “O Socialismo Petista”, nos itens nove e dez⁸²: “Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista será necessária uma mudança política radical: os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado” (1999, p.434).

Outro pressuposto destacado é a visão da estratégia de construção do projeto socialista, como uma possibilidade histórica:

O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertário. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo. (1999, p.434).

Na conclusão da resolução sobre o “Socialismo Petista”, aprovado no VII Encontro Nacional, avança-se na especificação das características da futura sociedade socialista, bem como no enfrentamento das questões econômicas e políticas da nova sociedade, porém adverte-se que existem enormes desafios teóricos e práticos para serem superados, o que exige gigantescos esforços de construção doutrinária e de luta social, mas há uma disposição a se superar tal

⁸² PARTIDO DOS TRABALHADORES. O Socialismo Petista. In: *Resoluções de Encontros e Congressos 1979 – 1998*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 429 – 435.

desafio conjuntamente com todas as forças democráticas e transformadoras atuantes na sociedade brasileira. O esboço da nova sociedade é assim detalhado:

A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem com isso negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural ou comportamental. Lutará pela liberação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a auto-determinação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal, etc) que a própria sociedade democraticamente decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas “socialistas”. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos “interesses estratégicos” do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, através de um planejamento estratégico sob controle social.

No plano político lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com os mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos. (1999, p. 434-435)

Nos parece claro que uma proposta que tenha como centro do programa e critérios do Projeto Nacional a questão produtivista poderá, como já aconteceu historicamente em 1930, quando o setor agro-exportador tendo a frente, no caso,

Getúlio Vargas, assume a liderança do processo de industrialização e desenvolvimento, acaba hegemonizando o tenentismo e os próprios comunistas. Antes de 1930, o governo e as elites se opunham à industrialização. Não se pode descartar, na atualidade, que um setor das elites venha a assumir a vanguarda de um novo ciclo de crescimento. Possivelmente as elites não estão totalmente descompromissadas com os projetos nacionais como expõe a “Opção”. Num cenário de agravamento da crise nacional e internacional é possível que assumam a liderança de um “projeto nacional”, na medida que o projeto neoliberal não é o único à disposição das elites.

Afirmações como “os integrantes da coalizão dominante” “serem cegos para as conseqüências do sistema que representam” revelam que o texto da “Opção” omite uma análise de classes, pois não resolve reclamar mais sensibilidade das elites com o povo e interesses nacionais. Os integrantes da coalizão dominante, referência ao governo FHC, não são cegos, pois executam um projeto de classes, que de seu ponto de vista é racional. Do ponto de vista de classes é natural o desemprego em massa. Evidente, é irracional do ponto de vista dos trabalhadores. O governo FHC e seus partidários apresentaram e executaram um projeto para o Brasil, em nome da “modernidade”, do progresso, da eficiência econômica, mas de fato o modelo representou a “desconstrução” para o país, marginalizou a maioria em relação à economia e a participação política.

De acordo com as falas e proposições de lideranças do MST, é preciso em vista de um projeto popular para o país, enfrentar as contradições principais da conjuntura atual, que estão relacionadas com o capitalismo, em especial com o imperialismo norte-americano e os organismos financeiros internacionais e os setores nacionais que os representam. Como foi afirmado, as elites brasileiras, dos setores industrial, financeiro, rural e político estão inseridas no mercado global de forma subordinada. Restando à população em geral um papel subalterno, principalmente como força de trabalho para garantir os lucros dos conglomerados econômicos mundiais. Grandes parcelas não conseguem emprego no mercado formal e buscam sobreviver no setor informal. Por isso, torna-se necessário intensificar o embate com o modelo neoliberal, que apresenta sinais de esgotamento, na medida que cumpriu praticamente seus objetivos, completando seu ciclo.

Nas proposições de Gilmar Mauro e Luiz Bernardo Pericás⁸³, em recente obra que aborda o capitalismo e a luta política no Brasil, considerava-se vital que sejam afastadas as elites do comando do país, com o objetivo de implantar medidas de caráter popular e entre elas destacam a reforma agrária, a garantia de condições de saúde, de educação, de segurança e de vida dignas. Os autores apontam que o ser humano deveria ser o centro das preocupações e não o capital. Neste sentido impõe-se o controle popular do Estado em vista de distribuição de renda e riquezas. O corte classista é apontado na medida em que defendem a necessidade de alguns perderem para que a maioria ganhe.

O novo modelo apresenta um perfil com uma nova matriz de produção de consumo e de distribuição, que assegure uma vida digna ao povo e se conclui pela necessidade de uma organização revolucionária para executar o projeto:

É claro que não podemos prometer um modelo onde todos tenham carros e aparatos tecnológicos de última geração, até porque seria insustentável do ponto de vista econômico e ecológico. Mas o que se pode dizer, pelo tamanho do Brasil e pelas condições do solo, clima, riquezas naturais, tecnologias e indústrias, é que temos condições de construir uma sociedade em que todos tenham comida, trabalho, escola de qualidade, transportes públicos eficientes, moradia, lazer, cultura e uma vida digna e tranqüila. Para esse fim é preciso construir uma organização revolucionária. (2001, p.111)

Outro destaque é que precisa-se relativizar a importância que a “Opção” atribui ao potencial natural do Brasil como um fator decisivo de um novo projeto, inclusive criticando o viés desenvolvimentista. A dimensão internacionalista igualmente precisa ser colocada com a devida importância; bem como a remodelação das relações de trabalho, com a possibilidade de utilizar ao máximo possível a mão-de-obra, através de investimentos em setores-chaves como educação, transportes, agricultura e saúde. Estas opções deveriam ser acompanhadas de uma nova “consciência” da população em relação ao projeto, e suas implicações na conjuntura interna e externa. Os cidadãos necessitam inserir-se no processo histórico de forma crítica e como agentes de transformações. Neste aspecto, as novas tecnologias também deveriam ser discutidas na perspectiva de

⁸³ MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz Bernardo. *Capitalismo e Luta Política no Brasil na virada do milênio*. São Paulo: Xamã, 2001.

agregar ganhos sociais e consolidar políticas progressistas, que melhorem as condições de vida dos trabalhadores nos aspectos sociais e materiais.

Entre as denominadas questões objetivas a serem enfrentadas enfatizam-se a dependência externa brasileira, em termos de política econômica financeira; a restrição em relação ao capital especulativo, promovendo a proteção à indústria nacional, orientando investimentos expressivos aos setores sociais e produtivos, a revisão da dívida externa e a oposição à ALCA.

Acrescenta-se a necessidade de articular as lutas simultaneamente, em vários países em torno de projetos comuns. Os movimentos sociais e partidos populares em proximidade em suas idéias e objetivos, precisam estreitar relações.

Por fim, é feito um alerta para um nacionalismo nufanista, pois seria uma ingenuidade. Mas é importante que se tomem os símbolos da cultura nacional para os movimentos de massa e que sejam associados à esquerda. O Brasil deve ser para todos. Por isso, partidos e movimentos sociais/populares devem identificar-se com as cores da bandeira e com a idéia de fazer parte desta nação. Mas é necessário mostrar que muitos não fazem parte da “nação”, divulgada nos Meios de Comunicação Social, os MCS. Mesmo achando-se incluídos, partem de uma idéia “virtual” de nacionalidade. A maioria do povo está excluída das esferas políticas e econômicas.

As experiências históricas demonstram que as lutas pela soberania nacional, o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a democracia, tiveram sucesso no contexto de uma estratégia de luta pelo socialismo. Foi assim no estado de bem-estar social europeu, como consequência direta ou indireta da denominada “ameaça comunista”. Da mesma forma as lutas de libertação nacional tiveram êxito graças ao apoio do campo socialista. Mesmo as experiências “desenvolvimentistas” foram toleradas ou inclusive apoiadas pelos EUA, como forma de conter os processos revolucionários do terceiro mundo.

Por isso, o desafio é incorporar a questão nacional, as reivindicações democráticas, um novo modelo de desenvolvimento social, econômico e industrial, no contexto de uma estratégia socialista. Pelo caráter e natureza, pelos seus posicionamentos e propostas concretas defendidas em relação a reforma agrária,

diante do projeto popular para a agricultura, em especial o processo de cooperação nos assentamentos, a luta determinada contra os acordos e projetos da ALCA, a atuação ativa na Via Campesina, o projeto de formação de quadros e da base em geral com um perfil ideológico classista e socialista, nos parece bastante evidente que o MST possui um projeto estratégico claramente socialista. Por isso, há uma demarcação clara com o projeto proposto em a “Opção”, superando muitas questões propostas.

6.3 O MST e a Estratégia de Construção do Projeto Popular para o Brasil

Nossa convicção é que o MST possui uma elaboração político-teórica e um projeto estratégico em vista do Projeto Popular para o Brasil, numa perspectiva socialista.

Na visão de João Pedro Stédile⁸⁴, as esquerdas, nas décadas de 60 e 70, tendo à frente a liderança dos PC's, o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, e o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, cometeram vários equívocos em relação à interpretação da sociedade brasileira no período, destacando entre elas: a) a relevância excessiva dada ao caráter revolucionário do operariado industrial enquanto classe em si, em detrimento dos camponeses, que neste período formavam de 50 à 60 % da população brasileira; b) o PCB, o popular “Partidão”, que deu destaque central ao pretense papel progressista da burguesia nacional no processo de transformação do país. Desta forma não consegue interpretar as relações sociais no campo, atribuindo um caráter feudal à burguesia agrária. A proposta consistia numa aliança com a burguesia nacional para executar um programa de reforma agrária de caráter anti-feudal; c) por sua vez, o PC do B, adota a estratégia de guerra popular prolongada, considerando os camponeses do país como força central e dirigente do processo revolucionário.

Na década de 90, consolida-se no país um novo modelo econômico, passando do modelo do capital industrial para um profundo domínio do capital financeiro sob a hegemonia neoliberal. Este novo modelo caracterizou-se por vários

⁸⁴ STÉDILE, João Pedro. Comentários. In: OLIVERIA, Francisco; STÉDILE, João Pedro; GENUÍNO, José. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

fatores: a) um forte processo de cooptação da intelectualidade universitária; b) forte influência das idéias e teses difundidas pelo Banco Mundial, que em muitas circunstâncias, passa a ser o centro gerador de ideologias; c) o abandono de conceitos clássicos elaborados pela teoria marxista, que passam a diluir os antagonismos de classes e as contradições básicas da sociedade capitalista, ou seja, os interesses contraditórios entre o capital e o trabalho.

Entre as conseqüências de transformações produzidas pela hegemonia do capital financeiro, destacam-se as transformações no campo do trabalho, dos empregos e das classes sociais. O operariado industrial perde seu peso relativo, mas não significa que a questão do trabalho tenha perdido seu caráter gerador de riquezas. Concretamente acentua-se o surgimento de um novo processo de “lumpenização da sociedade”, tanto em relação aos seus setores mais pobres, como em setores das classes dominantes, que passam explicitamente a se dedicar aos negócios ilícitos, como o narcotráfico e o setor de armas clandestinas. Neste sentido pode-se afirmar que os novos componentes do exército industrial de reserva são basicamente os jovens vinculados às universidades, que não possuem perspectivas seguras de emprego no presente. Por sua vez, os migrantes do campo, resultado do êxodo rural, que em média de 65% são analfabetos, dificilmente conseguirão inserção no mercado de trabalho nas grandes cidade. A tendência é que passem a compor o contingente de excluídos e descartáveis do processo de acumulação capitalista em curso. Por isso a alternativa que resta é a organização e a luta para transformar este quadro de gente.

Segundo Stédile⁸⁵, a idéia de uma “aliança operária-camponesa”, difundida na década de 60, continua atual, pois o objetivo é buscar uma grande aliança entre as forças sociais dispostas a enfrentar as contradições existentes na sociedade, superando as demandas corporativas e organizando-se em torno de um projeto político alternativo para a sociedade. O MST entende que devem ser adotados os conceitos básicos de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, que em sua teoria da revolução brasileira, implicam um longo processo histórico de transformação das estruturas econômicas e sociais, bem como da propriedade dos meios de produção.

⁸⁵ STÉDILE, João Pedro. Comentários. In: OLIVERIA, Francisco; STÉDILE, João Pedro; GENUÍNO, José. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

As teorias políticas de caráter marxista sobre o partido e os movimentos sociais, de um modo geral, consideram que estes possui um papel imprescindível nas lutas de massas, mas cabe aos partidos ou, ao partido de caráter classista e revolucionário, o papel de dirigente central das lutas e da estratégia revolucionária para o conjunto da classe trabalhadora e os segmentos dispostos e comprometidos com os embates de grandes proporções e as mudanças históricas necessárias. Esta definição de cunho marxista-leninista continua atual e imprescindível, como salientamos na introdução do presente trabalho. Ocorre que o MST, embora assuma publicamente que não está nos seus objetivos transformar-se em uma organização político-partidária, pregando a necessidade da autonomia diante dos partidos políticos, de que seria muito limitado vincular-se a um determinado partido, em vista de ter liberdade de caminhar com as próprias pernas e tomar as decisões necessárias, de não estar em suas prioridades o envolvimento nos processos eleitorais. Diante de seus objetivos específicos e gerais, de seu caráter e natureza, de suas formas e método de lutas, de seu predomínio como um instrumento classista, a partir dos embates e enfrentamentos crescentes com adversários do segmento da burguesia agrária e de outros segmentos da classe burguesa nacional, igualmente os enfrentamentos no contexto das contradições e da luta de classes no quadro internacional, em especial com a atuação na Via Campesina e das outras iniciativas como o combate ao neoliberalismo no quadro do Continente Americano e, a participação ativa no FSM, posiciona-se intervindo nos fóruns de debates com reflexões, mas principalmente com proposições, apontando a necessidade de formas orgânicas e lutas de massas, incidindo na correlação de forças e acumulando-as para as mudanças históricas necessárias. Acrescenta-se ao exposto, as críticas duras e rigorosas ao PT diante do processo de rebaixamento programático, de burocratização, de priorização principalmente dos processos eleitorais, onde os objetivos de mandatos parlamentares e de executivos passam a ser a próxima eleição, e não as mudanças que a acumulem para um projeto maior. Ao mesmo tempo, apresenta a necessidade das mediações políticas, de uma instância que de fato dê conta do desafio de liderar um amplo processo, articulando, catalizando e atualizando a estratégia que dará conta do desafio do projeto da revolução brasileira. Nesse sentido são apresentadas as características de uma nova estrutura, ou de um novo instrumento caracterizado como uma “organização revolucionária”.

Nossa dedução é que o MST enfrenta um tensionamento crescente, um questionamento e debate sincero e franco sobre questões imprescindíveis no processo de luta política, que são as mediações, mais precisamente os instrumentos de mediação política. Embora afirmem publicamente que a referência partidária é o PT, como partido principal e mais representativo da esquerda no país, obviamente se houvesse convicção de que o PT deveria cumprir o papel de instrumento revolucionário, então as apostas e investimentos para que viesse a adquirir tal condição teriam que ser mais claras. Objetivamente, predomina uma descrença com os rumos estratégicos do PT, ou pelo menos com amplos setores do PT, que inclusive são caracterizados como de direita e contra-revolucionários. As apostas no projeto da Consulta Popular e na perspectiva de uma nova “organização revolucionária” estão inseridas neste contexto de descrença com as potencialidades do PT. Muito embora, taticamente há uma decisão de unificar-se com as organizações, os movimentos e as lideranças dispostas e decididas a implementar uma perspectiva revolucionária, evitando o gasto de energias neste momento com os setores do campo popular, que progressivamente vêm se acomodando à ordem capitalista.

O fato é que o MST transformou-se numa referência positiva e atrativa para o conjunto de lutadores populares que atuam em várias frentes, por isso a consequência prática é que muitos buscaram o movimento para colaborar ou militar voluntariamente em suas fileiras, porém as estruturas existentes não comportam a todos. Nas palavras próprias de seus dirigentes⁸⁶ “não se pode carregar num caminhão a carga de um trem”. As ferramentas disponíveis no MST não comportam as demandas existentes, ou seja, a carga é muito maior do que a capacidade. A partir deste olhar crítico das limitações próprias e das limitações de outras organizações existentes, entre elas deduz-se o próprio PT, propõe-se um novo instrumento com um caráter e perfil revolucionário com as seguintes características:

a - Não se institucionalizar. A experiência mostra que uma organização mais ágil, com menos propensão a burocratização e à verticalização pode ser mais eficiente. Ela deve ser construída com estruturas orgânicas de militantes e quadros vinculados ao povo, permitindo a correção dos desvios com maior facilidade, sem depender das eleições legais (do ponto de vista jurídico) para substituição dos membros que saírem do rumo.

⁸⁶ MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz Bernardo. *Capitalismo e luta política no Brasil na virada do milênio*. São Paulo: Xamã, 2001, p. 110-111.

b - Uma organização que esteja enraizada nas lutas do povo, que possa construir sua organicidade através de núcleos de militantes nas fábricas, nos bairros, nos assentamentos, nas escolas e universidades, nas vilas, etc.

c - Uma organização que estimule os movimentos existentes e ajude a construir outros, necessários, onde não existam.

d - que faça a formação política e ideológica, preparando militantes e quadros a partir das lutas populares.

e - Que aponte o horizonte com clareza, que diga quem vai perder e quem vai ganhar com as mudanças nas estruturas de poder. Este rumo obviamente é no primeiro momento a derrocada das elites dominantes e a construção do poder popular.

f - Que faça análises e estabeleça táticas e estratégias para alterar a correlação de forças atual.

g - Que construa permanentemente métodos de trabalho com o povo, permitindo a massificação das lutas e o afluxo dos militantes.

h - Que ajude a construir a unidade da classe contra os inimigos dos trabalhadores.

i - Que construa um jornal e/ou meios de comunicação de massa para fazer o enfrentamento ideológico aos meios de comunicação controlados pelas elites.

j - Que tenha uma simbologia, uma mística que aponte para as lutas e os valores socialistas e revolucionários.

Isso, sem dúvida, irá provocar a ira da classe dominante, que nos acusará de conspiradores e de querer tomar o poder. Responderemos que sim, que queremos, pois não existe a menor possibilidade de se fazer a reforma agrária, de que todos tenham comida, saúde, educação, segurança e vida digna, enquanto a elite continuar controlando o país. (2001, p. 110-111)

É necessário fazer uma ressalva, pois esta proposta de uma nova organização com características revolucionárias não consta de uma resolução formal nas instâncias nacionais de deliberação do MST, mas pela consistência e abrangência, pelo papel destacado de Gilmar Mauro que subscreve a proposta na condição de dirigente nacional do movimento, com visibilidade pública e representatividade política e com certeza não se trata de uma proposição secundária.

Outro componente do debate estratégico, relaciona-se à definição do que seja o “programa”. Aqui novamente a teoria marxista de caráter leninista nos remete ao partido com a atribuição de definir um programa estratégico para o conjunto da sociedade. A questão posta é que os movimentos sociais também possuem o seu “programa” ou um “programa provisório”, em outros termos, um “esboço programático”. Porém, nos documentos e nos comunicados públicos incorporam-se os anseios e projetos políticos de curto, médio e longo prazo. Mesmo que possam ser criticados, são uma espécie de fios condutores para outros debates e as bases de novos projetos para o país. Ao mesmo tempo, critica-se os métodos de

organização de programas por grupos restritos, sem efetivo debate com a sociedade e os movimentos, os tradicionais “projetos de gabinetes”.

Apresentasse a definição de um programa político de caráter popular feito pelas pessoas concretas e reais e não burocratas de gabinetes. As especificidades e vontades das pessoas, os seus anseios devem ser contemplados.

Ainda no aspecto conceitual propõe-se a retomada e valorização do conceito de povo, não como uma massa amorfa, mas no sentido de um conjunto diverso de setores da população, com a mesma cultura, espaço geográfico, história e realidade social. Este conceito não se opõe às linhas de classe e de luta dos trabalhadores. O próprio Marx utilizou o conceito, em 1848, na Gazeta Renana, para abordar a situação política da Alemanha no período.

Da mesma forma é enfatizada a importância dos segmentos excluídos e marginalizados, que como já afirmamos estão abandonados à própria sorte sob a influência do crime organizado e do tráfico de drogas como única alternativa de vida, ou de igrejas, especialmente evangélicas, que realizam um trabalho, com características profundamente alienantes. Estes contingentes cercam os grandes centros urbanos, através das periferias. Torna-se imprescindível um trabalho de politização, de conscientização e de organização destes setores, oferecendo um rumo político. Somente desta forma poderão apresentar um grande potencial revolucionário.

Neste painel de reflexão critica-se o preconceito histórico existente contra os camponeses e trabalhadores rurais para que possam assumir a condição de liderarem as lutas políticas do país. A idéia dominante é que a “Vanguarda” deve ser do proletariado urbano. Porém é necessário enfrentar com clareza o processo de conservadorismo, de acomodação e fragmentação das lutas operárias urbanas, o enorme contingente dos excluídos do sistema formal de produção, que necessitam ser organizados desafios aos quais o modelo corporativo não dá resposta.

Um elemento central para operar a estratégia geral são as lideranças e os quadros políticos vinculados ao MST. Propõe-se que sejam exemplares em relação às bases, com responsabilidade e iniciativa, com espírito de colaboração e firmeza na aplicação da linha política decidida, sempre com grande dedicação ao trabalho. A

formação política regular deve cumprir este papel de preparar os quadros políticos. Mas a formação deve atingir a todos os envolvidos, na medida que inicia na primeira etapa do processo da luta pela terra. Inicia nas reuniões de preparação e mobilização, com esclarecimentos sobre o MST, a reforma agrária, a necessidade de luta para conquistar os direitos e a persistência na luta, que inicia nos acampamentos.

A massificação das lutas implica em trabalho de base, que é lento, constante e personalizado. Para organizar as pessoas é necessário ir além da propaganda e da agitação. Implica em militantes que vão até o povo, para conhecer sua realidade, sua cultura e seus costumes, e possa haver desta forma uma reciprocidade. Os quadros políticos devem interpretar a realidade concreta e apontar as táticas mais adequadas. Não é cabível que os meios de comunicação continuem induzindo a pauta dos partidos e movimentos sociais, pois no geral compõem a estrutura da ordem vigente. As ações no tempo certo e com táticas corretas, mesmo que limitadas, podem gerar grande impacto e auxiliar para mudar a correlação de forças.

O método democrático adotado pelo MST é a prática e a defesa da unidade de ação. A partir de amplos debates, após decisão tomada, impõem-se centralidade e disciplina na execução das ações. É vital executar as decisões tomadas. A mesma prática é possível vislumbrar em relação ao povo em geral. Em outros termos a prática do MST é do “Centralismo Democrático”. O princípio é que é melhor errar com a maioria, do que acertar sozinho ou, é mais provável que se acerte com a maioria.

Ao auto-definir-se a si mesmo, o MST destaca a importância estratégica do caráter nacional das lutas, no sentido de que a reforma agrária e as demais mudanças necessárias que se vinculam a um projeto nacional, implicam em atuar simultaneamente, em todo território brasileiro. Pois as lutas isoladas e localizadas, mesmo que tenham grande impacto e repercussão, sempre foram derrotadas. Cita-se como exemplos emblemáticos a Guerras de Canudos no sertão nordestino e a Guerra do Contestado no sul do país, constituindo-se em dois conflitos de enorme repercussão social e política, mas ambos totalmente derrotados. Por isso propõe-se as lutas em vários locais simultaneamente e com uma orientação política unificada.

Além dos princípios organizativos e a questão da mística, que são adotados como elementos inovadores na prática política do MST, acrescentam-se outras características, como uma dinâmica descentralizada, a horizontalização, a desburocratização e a democratização, a crítica e autocrítica como elementos-chaves da prática política do movimento. Ao lado disso propõe-se a dimensão racional da luta, pois é necessário saber quando avançar e quando recuar; mesmo que a vida do povo seja dura e marcada pela miséria não resolve atitudes isoladas radicalizadas, talvez portando alguns fuzis e foices. O que conta de fato, é a existência de milhões de pessoas com consciência política de seu papel histórico.

Ainda merece ser acentuado como elemento decisivo as razões e motivos que empolgam os sujeitos concretos integrantes do MST, para que tenham disposição de luta e a radicalidade necessária, diante do contexto geral do campo popular, onde predomina a acomodação, o refluxo e o baixíssimo nível de revolta e protestos organizados contra a ordem vigente e as classes dominantes. Neste sentido é de extrema importância a dimensão e os fatores subjetivos, que incidem sobre o conjunto do movimento propiciando consciência política e de classe, sobre seu papel histórico em vista de um projeto alternativo de sociedade. Mas que além da consciência, apresente disposição de lutas coletivas e massivas.

Aqui entra a importância da proposta de uma revolução cultural, conjuntamente com a mística, como uma espécie de “motor secreto de todo compromisso”, que inspira o entusiasmo e anima permanentemente os militantes. Trata-se de uma espécie de “fogo interior”, que alenta a todos nos momentos de monotonia e rotina das tarefas cotidianas. Permite inclusive a serenidade nos momentos de equívocos e fracassos. Nas expressões dos dirigentes do MST, permite combinar preparo político e ideológico e, ao mesmo tempo, manter um coração ardente, combinando razão e emoção. Busca-se forjar, desta forma, uma militância aguerrida e convicta dos seus sonhos.

O fato de se trazer o sonho de cada um e de todos para o presente e alimentar-se deles, o fato de se festejar as vitórias e chorar as derrotas, contribui para incorporar a necessidade de organização e os ideais de transformação. Não pode passar despercebido o fato da transformação de contingentes excluídos pelo sistema capitalista neoliberal, que viviam em periferias das grandes cidades sem perspectivas, ao aderirem ao MST recuperam a autoestima e se transformam em

sujeitos ativos. Esta experiência aponta para o enorme desafio da mudança dos padrões e métodos de organização e luta política, superando os métodos corporativos e fragmentados, e introduzindo a proposta do método territorial, para atingir os milhões de pessoas que constituem os excluídos e marginalizados das periferias das médias e grandes cidades, onde o estado e as políticas públicas praticamente não chegam.

Por fim, o projeto socialista constitui-se no objetivo maior, nas palavras de Gilmar Mauro⁸⁷ e não se trata de uma questão de mera definição política e ideológica, mas implica uma postura prática. A prática política e social é que vai definir se há uma coerência socialista ou não. Quem defende o socialismo deve lutar constantemente, construindo o processo revolucionário a partir da preparação dos quadros e dos militantes para ir acumulando forças. Todos os debates teóricos, conferências e encontros são importantes, mas o fundamental é atingir as massas, mesmo que não se consiga conscientizar a maioria. As lutas e mobilizações possuem um grande fator pedagógico, pois em certas circunstâncias, em um dia de lutas e mobilizações aprende-se mais do que em anos de militância.

Alguns elementos do projeto socialista são assim definidos:

toda nossa luta tem por objetivo implantar o socialismo no Brasil, colocando os meios de produção nas mãos do Estado, fazendo uma ampla, rápida e profunda reforma agrária, criando novos canais de participação das massas e priorizando os investimentos na educação e saúde. Nossa intenção é permitir que cada brasileiro tenha emprego, moradia digna, serviços públicos de boa qualidade e uma participação real na construção de um país mais justo para todos. (2001, p. 114)

Ao final é feita uma conclamação:

Essa geração tem a responsabilidade nas mãos de construir no presente as condições de um futuro melhor para todos. Cabe a nós vivermos e agirmos nesse importante momento histórico. Não podemos deixar que se imponha a idéia de que as pessoas são apenas "mercadorias". Temos que resgatar o ser humano, falar em sonhos e lutar para que eles se tornem realidade. Façamos das escolas, das universidades, dos bairros, das ruas, junto com todos que quiserem participar, trincheiras de justiça e de lutas, para que as futuras gerações se orgulhem dos jovens da virada do milênio. O futuro pertence aos que ousam sonhar e lutar pelos ideais que acreditam. É hora de sermos revolucionários. (2001, p. 114)

⁸⁷ MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz Bernardo. Conclusão. In: *Capitalismo e luta política no Brasil na virada do milênio*. São Paulo: Xamã, 2001, p. 114.

Um projeto nacional engloba um conjunto de objetivos gerais que definem e orientam o processo de organização do poder e da vida social em nosso país, bem como as relações do Brasil com outras nações. Como já foi registrado, um projeto popular para o Brasil deverá colocar em primeiro plano os interesses de desenvolvimento e atendimento igualitário da pessoa humana. A organização da produção e da sociedade deverá buscar atender as necessidades básicas e propiciar uma vida digna e feliz a todos os brasileiros. Hoje acumulamos conhecimentos científicos e técnicos que permitem resolver todos os problemas básicos, como a questão do trabalho e emprego, a alimentação, a educação, o lazer e a cultura de toda a população.

Obviamente o projeto popular consistirá numa verdadeira construção coletiva, envolvendo a vontade e os esforços de milhões de pessoas. Trata-se de um processo, de uma proposta política e cultural que deverá materializar-se em etapas sucessivas, resultante de ações coletivas de milhões de pessoas, mas que precisam ser catalizadas pelas organizações e movimentos sociais, lideranças e intelectuais efetivamente comprometidas com os interesses populares.

CONCLUSÃO

A partir dos dados apresentados, do conjunto de fatos e acontecimentos, do histórico geral da luta pela terra no Brasil, da origem, evolução e consolidação do MST como um dos maiores e mais consistentes movimentos sociais do país e da América Latina, especialmente as formas e métodos de lutas pela terra, e a proposta geral de reforma agrária defendida pelo MST, fica evidente que a sua proposta transcende a questão da terra, pois o projeto que defende contempla o conjunto da sociedade. Não há dúvida que os seus exemplos de lutas, de enfrentamentos, que as condições de miséria dos camponeses têm progressivamente ganho a opinião pública, que apóia cada vez mais a luta pela reforma agrária, inclusive os processos de ocupações. Nas ações e métodos adotados, estão evidentes a retomada do radicalismo político, o combate ao oportunismo de caráter corporativo e os desvios parlamentares. O vigor, a determinação, a disposição de lutar e o desenvolvimento de uma prática coerente estão relacionados com os princípios organizativos, com a mística e os objetivos gerais, que são o norte das ações do MST. A trajetória independente do MST poderá constituir-se na possibilidade de aglutinar e impulsionar o conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade na perspectiva de uma nova etapa da sociedade brasileira, tendo como horizonte maior, a perspectiva socialista.

Conforme afirmou-se e explicitou-se ao longo deste trabalho, a luta empreendida pelo MST apresenta objetivos maiores e mais amplos. O norte estratégico é a implantação do socialismo no Brasil. Obviamente, trata-se de um horizonte estratégico, mas que passa por mediações concretas no presente, na forma de práticas socialistas e conquistas parciais com uma dimensão socialista. Neste sentido constata-se uma coerência importante entre a proposta teórica e as

práticas políticas e sociais do MST. Em que pesem as limitações e contradições inerentes às práticas e lutas sociais, a busca de “homens e mulheres novos”, mais plenos e humanos, cientes de seu papel histórico, dialogando diretamente com a prioridade do projeto político-pedagógico e educacional e a formação de quadros e militantes do movimento. As experiências de cooperação agrícola e agroindustrialização relacionam-se ao novo modelo para a agricultura e o desenvolvimento econômico nacional. Estamos afirmando que a perspectiva socialista apresentada não se trata de mero discurso abstrato. Existe uma coerência positiva nas falas e práticas sociais, ou seja, as lutas do presente apontam para a necessidade de um projeto socialista amanhã.

Entre as lições retiradas da experiência de lutas, em relação à implementação de um amplo programa de reforma agrária, está a necessidade de combinar dois fatores fundamentais. O primeiro é a necessidade de maior mobilização e de pressão política e social. Neste aspecto, entraram para a história da luta pela terra algumas afirmações de ordem, entre as quais se destacam: “reforma agrária na lei ou na marra”, “a luta faz a lei”, “ocupar, resistir e produzir” e “reforma agrária, uma luta de todos”.

Ao mesmo tempo, o outro fator decisivo é a existência de um governo democrático-popular comprometido com as camadas populares e com as mudanças e transformações estruturais necessárias. Este é o fator novo, certamente inédito na história do Brasil, com a recente eleição do líder popular, um metalúrgico de origem nordestina, Luiz Inácio Lula da Silva. Este fator, combinado com o primeiro, coloca a possibilidade histórica de influir profundamente no destino e nos rumos do país, e incidir também nos rumos de nosso continente e do mundo.

A presente dissertação abordou dois grandes eixos, que são balizadores do trabalho e argumentação: o MST e o Projeto Popular para o Brasil. Em vista dos questionamentos, polêmicas e embates políticos e teóricos relacionados ao MST, é importante destacar o papel dos princípios organizativos, da mística e da simbologia que inspiram e embasam as ações e os métodos políticos de lutas. De acordo com as explicações e justificativas dos próprios integrantes do movimento, os princípios foram tirados das análises e reflexões sobre as experiências e lutas camponesas, desde o início do Brasil, e das experiências em nível de América Latina. Eles foram confirmados a partir da realidade brasileira, dos conhecimentos e lutas populares, e,

também das próprias reflexões e ideais do movimento. Este processo coletivo deixa claro que cada sem terra participa com sua quota-parte na luta pela dignidade humana. Nas palavras do MST, o movimento significa a continuação de quinhentos anos de luta pela terra contra o latifúndio. No enfrentamento à exploração e à opressão capitalista, desenvolve-se e impulsiona-se o desenvolvimento e a solidariedade, bem como a mística e a simbologia como prática social permanente, que vão revelando, a cada momento, alguma faceta do projeto e do sonho de uma sociedade mais justa. Esta vontade, este desejo, fazem da irreverência e coragem a marcha do presente mas que, apesar das adversidades, estão forjando as possibilidades de um futuro melhor.

Pelos dados e argumentos apresentados nos capítulos iniciais, fica claro que a questão agrária no Brasil é totalmente atual e mais do que atual, chega a ser dramática para o conjunto da população, pois a concentração fundiária e a estrutura dos latifúndios estão na raiz dos principais problemas da sociedade brasileira. Se a humanidade em geral vive um verdadeiro dilema histórico, o povo e a sociedade brasileira, no contexto de um país dependente, vivem um drama ainda mais acentuado. As recentes transformações, com a mudança do modelo econômico industrial para um modelo hegemônico pelo capital financeiro, possuem grandes repercussões no setor do trabalho, do emprego e das classes sociais. Está em curso um novo processo de “lumpenização da sociedade”, isto é, tanto os setores mais pobres quanto setores das classes dominantes passam a dedicar-se a negócios ilícitos, como o narcotráfico e armas clandestinas. Os novos componentes do exército de reserva no novo contexto são, basicamente, os jovens universitários. Os migrantes do campo não constituem mais o exército industrial, pois em torno de 65% são semi-analfabetos ou, no máximo, possuem o terceiro ano primário. Não conseguem mais disputar os empregos nas cidades. Eles passam a compor o enorme contingente de excluídos e descartados no processo de acumulação em curso. A alternativa é um amplo programa de reforma agrária e a luta pela implantação de um novo projeto popular para o país. O projeto popular para o Brasil, neste momento, articula-se com um projeto popular para a agricultura que questione e modifique radicalmente o atual modelo econômico e o atual modelo de agricultura, profundamente dependente dos insumos das grandes agroindústrias monopolizadas.

O MST, consciente da necessidade de ampliar o nível de organização, de mobilização e de pressão, em sintonia com os desafios do movimento antiglobalização neoliberal, passou a integrar a Via Campesina, entidade que une um conjunto de organizações e movimentos camponeses em nível de país e de continentes com o objetivo de, a partir de uma ampla articulação e mobilização, estreitar relações e trocas de experiências, intensificar alianças com amplos setores urbanos e da sociedade em geral, impulsionar campanhas e lutas de caráter nacional e mundial. A questão que tem centralizado as lutas no continente americano é a oposição à ALCA e a luta contra os acordos de comércio da OMC, contra os transgênicos, contra a propriedade intelectual e em defesa de uma ampla política de segurança alimentar.

Como se afirmou no curso deste trabalho o Projeto Popular para o Brasil prioriza a ação política na dimensão nacional, em vista da “construção nacional”, no sentido da transformação da situação histórica de “não-nação original em uma nação, dotada de uma organização institucional e um sistema econômico voltado a satisfazer as necessidades de uma população cidadã”. Esta proposição dialoga com alguns clássicos da revolução brasileira, em especial Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, que como destacamos, apresentam com clareza alguns princípios interpretativos e proposições políticas, que são criativamente adotadas pelo MST. Entre eles a rejeição a qualquer conciliação com o *status quo* vigente, e a necessidade de rupturas com as estruturas responsáveis pelas desigualdades históricas e a dependência do país ao sistema capitalista mundial.

Ao mesmo tempo, confirma-se a convicção de que não existe uma burguesia nacional com interesses antagônicos ao imperialismo, em condições e disposta a liderar um processo de transformações sociais, realizando a revolução democrática e nacional. Ainda, a necessidade das forças populares superarem a tutela burguesa e adotarem uma linha política autônoma, em consonância com os interesses estratégicos do proletariado, buscando a unidade de classe entre operários e camponeses e buscando atrair segmentos das classes médias e outros setores em contradição com o imperialismo. O desafio do conjunto é evitar os modelos pré-concebidos e abstratos, buscando a solução dos problemas nas contradições do processo histórico brasileiro. As duas obras principais que servem de referência e inspiração são, respectivamente, “A Revolução Brasileira” de Caio Prado Júnior, de

1966 e, “A Revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes, cujas teorias encontram-se condensadas na obra “O que é a Revolução?” de 1981. As duas primeiras referências, ao lado de Celso Furtado, cuja obra principal, “Brasil, a Construção Interrompida” alertam para a gravidade do momento histórico brasileiro, onde a nova fase de globalização dos negócios, transformou em antagonismos abertos a histórica contradição do desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial e a formação do Brasil Contemporâneo, apontando que o capitalismo dependente esgotou as propriedades construtivas. O mais grave é que a tendência é uma reversão da sociedade ao neocolonialismo e à barbárie.

As evidências do dia-a-dia, que comprovam a gravidade do momento histórico, são abordadas a partir do capítulo I do presente trabalho, ao destacar a atualidade da questão agrária no país e a urgência de um amplo programa da reforma agrária que enfrente a grave crise do campo, reflexo da crise mais profunda do modelo econômico capitalista dependente e excludente. Entre elas destacam-se a acelerada decomposição do tecido social, as rivalidades interregionais, a limitação da capacidade de intervenção do Estado, o desaparecimento dos setores estratégicos do parque produtivo, o crescimento grave do desemprego e subemprego, a crise do pacto federativo, a corrupção como sistema de governo e a progressiva perda da identidade nacional. Nas dimensões de um país continente como o Brasil, com significativa heterogeneidade regional e social, e com o acentuado processo de urbanização, com mais de 80% da população no meio urbano, com o parque industrial sem condições de suportar a concorrência internacional, aponta-se para conseqüências graves e profundas. Poder-se-ia acrescentar o crescimento e o descontrole da violência urbana, conjuntamente com as tensões no campo. Esta tendência de reversão ao neocolonial é identificado ainda no período dos anos 1950 – 1980.

Diante destas bases e evidências, o MST tem enfatizado a necessidade das rupturas necessárias para mudar o curso dos acontecimentos, apontando novos horizontes para o povo brasileiro. Como centro destas rupturas e mudanças propõe-se: a) superação do caráter dependente do sistema econômico do país ao capital internacional; b) a superação das estruturas sociais marcadas pelo crescente abismo entre os brasileiros; c) a superação da herança do colonialismo cultural, que copia os estilos de vida e os padrões de consumo das economias centrais e impede que os

benefícios da civilização contemplem o conjunto dos brasileiros. Neste sentido cabe destacar novamente a importância atribuída pelo MST ao processo educacional, envolvendo toda população do campo, com o nível básico e superior, bem como o processo da revolução cultural, apontando para um novo modo de ser e agir, ou seja, para a necessidade de homens e mulheres novos.

O fato é que não existe um destino pré-determinado na história humana, nem no sentido capitalista, nem socialista ou, em qualquer outra direção. Assim, foi o século XX, que iniciou com a hegemonia capitalista, no seu curso, boa parte da humanidade evoluiu para o socialismo, mas no final do século uma parte significativa retornou ao capitalismo. A história é feita pelos homens, pelos seus atores sociais, ou seja, pelas classes sociais a partir das condições materiais e culturais em que se encontram. Por isso, ela é um espaço aberto cujos destinos continuam a ser decididos pelas lutas sociais, políticas e culturais dos homens enquanto indivíduos, coletivamente, especialmente enquanto classes sociais.

A questão-problema explicitada durante o curso deste trabalho, o MST, a Luta pela Terra e a Reforma Agrária, o Projeto Popular para o Brasil e o objetivo mais amplo da luta pelo socialismo, fica evidenciado na medida em que o MST acentua seu caráter classista e a disposição de cumprir o papel histórico incidindo nas contradições e antagonismos de classe, a partir das condições objetivas e subjetivas. Para tal aponta-se um longo caminho de amadurecimento do processo revolucionário, de consolidação de instrumentos de mediação política, de definição de uma estratégia de luta classista, que impeça o aburguesamento e acomodação da classe trabalhadora à ordem vigente.

A experiência tem demonstrado que a burguesia dependente, conjuntamente com o imperialismo, sempre usou de violência e repressão aos movimentos e lutas populares em defesa de reformas e mudanças de interesse popular e democrático. A intolerância e a truculência têm sido uma marca permanente no Brasil, com centenas e milhares de perseguições, de torturas e assassinatos de lideranças, comprovando os limites da democracia burguesa. Por isso, o desenvolvimento independente dos movimentos sociais, a educação e politização das classes subalternas para que sejam reconhecidas como atores sociais e adquiram a condição de classe em si e, posteriormente, de classe para si, ou seja, conscientes de seus interesses e projeto

estratégico, têm sido lições e princípios duramente vivenciados pelo movimento camponês do país, em especial pelo MST.

Como foi afirmado, nosso contexto é de um país de capitalismo periférico dependente e subordinado, onde a revolução burguesa deu as costas para a revolução democrática e nacional, consolidando-se como uma contra-revolução permanente. Nesta situação, restam a classe trabalhadora assumir a tarefa de realizar a revolução democrática e nacional, dando-lhe um conteúdo operário e socialista.

Apesar de existirem limites e riscos nas lutas políticas no contexto da institucionalidade burguesa, risco de cooptação, de abandono dos horizontes da luta contra a ordem capitalista e pelo projeto socialista, não se deve menosprezar o processo de aprendizagem e amadurecimento das classes populares e da classe operária como um todo. Em outros termos a luta política dentro da ordem burguesa possui um sentido conjuntural e instrumental, visando a acelerar a constituição da classe em si, ciente dos antagonismos com a burguesia, buscando tomar em suas mãos o desenvolvimento independente, ao ponto de chegar a mudar a qualidade da luta política. A meta é atingir uma consciência revolucionária na maioria da classe e definir uma estratégia que dê conta de converter a “guerra civil oculta” em uma “guerra civil aberta”. Este processo precisa combinar as várias táticas e formas de lutas, com as reivindicações concretas, os pequenos combates, com o fortalecimento da classe revolucionária, que terá que ser levada a efeito por um Partido Revolucionário, conforme destacou Florestan Fernandes. Neste ponto estratégico cabe registrar mais uma vez o tensionamento e o dilema enfrentado pelo MST em relação à mediação político-partidária, revelando uma vacilação entre apostar no PT como um Partido Revolucionário ou numa nova organização com características revolucionárias, conforme enfatizamos no capítulo VI.

Os militantes que se dedicam à causa revolucionária precisam preparar-se para uma longa maratona e para um longo caminho de maturação, mas não há tempo a perder. O MST e seus aliados, os movimentos sociais, sindicais, partidos de esquerda, devem aproveitar o tempo de maturação da classe trabalhadora, como ator social e preparar-se construindo nas lutas cotidianas, nas experiências e práticas alternativas, a consciência de classe e o processo da revolução brasileira.

Pois, como foi afirmado, os objetivos do MST são largos, conquistar a terra, realizar a reforma agrária, implantar um Projeto Popular para o Brasil, realizando as transformações democráticas e populares, em vista de um projeto socialista.

Enfim, conforme foi exposto ao longo deste trabalho, o MST, pelo seu caráter e natureza, pelos seus objetivos e forma de lutas, pelas propostas que defende, pela concepção de seu papel protagonista na história, contrariando teorias e interesses dominantes, com seus limites e contradições, possui compromisso efetivo com a transformação da sociedade brasileira, na perspectiva de um projeto social e político alternativo, para o conjunto da população do campo e da cidade. Um novo projeto de sociedade está sendo forjado. Que possam haver aliados e parceiros à altura deste desafio, para transformar os sonhos em realidade.

BIBLIOGRAFIA

- ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1999.
- AXELRUD, Isaac. **Reforma agrária**. São Paulo: Global, 1987.
- BAKUNIN, Michael. **O Socialismo literário**. São Paulo: Global, 1979.
- BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.) **América Latina: história, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.
- BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BENJAMIN, César; et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BERGAMASCO, Sonia Maria P. e NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996. Col. Primeiros Passos
- BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial da letras 1999.
- BOXER, Charles R. **A idade de ouro no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1972.
- BRENNER, Jayme. **Jornal do século XX**. São Paulo: Moderna, 1998.
- CALDART, Roseli Salete. **Sem terra com poesia**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **Pedagogia do Movimento dos Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Agricultura e Sociedade: uma abordagem a partir do parlamento**. Brasília: Comissão de Agricultura e Política Rural, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.
- COGGIOLA, Osvaldo. Brasil: A questão agrária e a luta do MST. In: PERICÁS, Luiz Bernardo e Barsotti, Paulo (Orgs.). **América Latina – História, Crise e Movimento**. São Paulo: Xamã, 1999.
- ENGELS, Friedrich. **As guerras camponesas na Alemanha**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERNANDES, Bernardo Marçano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Marçano. In: STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Marçano. **Brava Gente**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 7-9.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. **O que é revolução?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 21 ed. São Paulo: Nacional, 1986.
- _____. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Os cristãos e a questão da terra**. São Paulo: FTD, 1987.
- _____. **O massacre de Santa Elmira**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. **Educação em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **A tragédia da terra**. São Paulo: EDUNESP, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- _____. **Visão do paraíso**. São Paulo: Nacional, 1977.
- LOWY, Michael (Org.) **O Marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **A questão agrária no século XXI**. In: Revista Família Cristã. Janeiro/2000, p. 50.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **Caminhando no chão da noite escura – emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MAURO, Gilmar e PERICÁS, Luiz Bernardo. **Capitalismo e Luta Política no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2001.

MAURO, Gilmar. MST: Lutas e perspectivas. In: PERICÁS, Luiz Bernardo e BARZOTTI, Paulo (Orgs.). **América Latina – História, Crise e Movimento**. São Paulo: Xamã, 1999.

MEDEIROS, Leonilde. **Movimentos sociais no campo**. Fase, 1990.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos** – da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST, São Paulo, expressão Popular, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Geografia das lutas pela terra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. São Paulo: Atual, 1994.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Alternativas para o Brasil. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; BARZOTTI, Paulo (Orgs.). **América Latina – História, Crise e Movimento**. São Paulo: Xamã, 1999

PRADO Jr., Caio. **A questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 16ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **A Revolução Brasileira** 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **História Econômica do Brasil**. 22ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.

POMAR, Valter. A Opção Brasileira. In: **América Latina – História, Crise e Movimento**. PERICÁS, Luiz Bernardo; BARZOTTI, Paulo. (Orgs.). São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Introdução. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979 – 1998**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

RAVANELO, Lucídio. **Seminário reforma agrária e democracia: perspectivas das sociedades civis**. Rio de Janeiro, maio de 1998.

ROCHA-PITA, Sebastião. **História da América portuguesa**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976.

ROMEIRO, Ademar et alii (orgs.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda.** Petrópolis: Vozes, 1994.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária e a luta pelo socialismo. In: **Caderno de Textos, Conferência Estadual da Reforma Agrária – o uso da terra e o desenvolvimento do Estado.** Porto Alegre, 2001.

_____. Políticas de reforma agrária e políticas agrícolas relacionadas à reforma agrária no Brasil. In: **Agricultura e sociedade – um abordagem a partir do parlamento.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1986.

SANTOS, José Vicente Tavares (org.) **Revoluções camponesas na América Latina.** São Paulo: Editora da Unicamp/ Ícone Editora 1985.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra** São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio.** Campinas: Abra, 1996.

SILVA, José Graziano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SKIDMORE, Thomæ. **Brasil: de Getúlio a Castelo(1930-1964).** 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1994.

STÉDILE, João Pedro. O latifúndio é um problema para todos os brasileiros. In: Conferência Estadual de Reforma Agrária, o uso da terra e o desenvolvimento do Estado. In: **Caderno de Textos – Vol. II.** Porto Alegre, 2001.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente, A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Scritta, 1993.

VEIGA, José Eli da. **A reforma agrária que virou suco.** Petrópolis, Vozes, 1990.

WAGNER, Carlos. **A saga do João Sem Terra.** Petrópolis: Vozes, 1989.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PERIÓDICOS

Reforma Agrária. Revista trimestral que reúne ensaios sobre o tema publicada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

Sem-Terra. Jornal mensal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Revista Teoria e Debate. Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores.

Boletim da CPT. Boletim mensal da Comissão Pastoral da Terra.

Jornal Em Tempo. Edições ET Ltda, Tendência Democracia Socialista, do Partido dos Trabalhadores

Revista Sem Terra. Revista trimestral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Revista – Cadernos Lê Monde Diplomatique, Versão Portuguesa, nº 1 e 2.

Revista Família Cristã, Paulinas, São Paulo, janeiro/2001.

Cadernos de Textos - Vol. I e II, conferência da reforma agrária – o uso da terra e o desenvolvimento do Estado. Porto Alegre – RS, novembro/2001 e janeiro/2002.

Jornal – MURAL. Via Campesina – Brasil – 2002, campanha mundial: as sementes como Patrimônio da Humanidade.

Documento: Projeto Popular para o Brasil. Comissão Nacional do Projeto Consulta Popular. Itaiaci - São Paulo, 1997.

Documento: Diretrizes para o projeto nacional. Comissão Nacional do Projeto Consulta Popular. São Paulo, 1997.

Revista: América 1992-5 séculos de história – 500 anos de lutas. Prefeitura de Porto Alegre, 1992.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – ESTATÍSTICO – TABELAS

ANEXO 2 – DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MST

**Tabela 1:
Evolução da estrutura fundiária 1985 - 1995/1996**

Tamanho dos estabelecimentos	1985		1995/1996			
	Nº de estabelecimentos	Área (h a)	Nº de estabelecimentos	%	Área (h a)	%
Menos de 10 h a	3.064.822	9.986.636	2.402.374	50	7.822.194	2
De 10 a menos de 100 h a	2.159.890	69.565.160	1.916.487	40	62.693.586	18
De 100 a menos de 500 h a	457.762	90.474.373	411.557	8	83.355.220	24
De 500 a menos de 1000 h a	59.669	40.958.296	58.407	1	40.186.297	11
Acima de 1000 h a	50.411	163.940.461	49.358	1	159.493.949	45
Total/Brasil	5.792.554	374.924.926	4.838.183	100	353.611.246	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96

Tabela 2:

Estabelecimentos	Utilização com lavoura
com menos de 10 h a	65%
de 10 a 100 h a	28%
de 1.000 a 10.000 h a	6%
com mais de 10.000 h a	2%

Fonte: Anuário Estatístico da FIBGE, 1989.

Tabela 3:
Exportações brasileiras para os EUA- 1997 - 2000
US\$ milhões

	1997	2000
Café cru em grão	423	218
Suco de laranja	283	188
Madeira serrada		189
Fumo em folhas	228	120
Açúcar de cana	102	70
Aviões	307	1.702
Calçados	1.051	1.080
Aparelhos transmissores	391	662
Semimanuf. de ferr o ou aço	449	548
Pastas químicas de madeira	244	428
Partes e peças para veículos	379	416
Motores para veículos	405	328
Automóveis de passageiros		296
Minérios de ferro	126	150
Produtos laminados	183	139
Papel e cartão		70
Outros	4.704	6.576
TOTAL	9.275	13.180

Fonte: SECEX, 1997 -2000

Tabela 4:
Participação do Brasil nas exportações mundiais
 US\$ bilhões

ANOS	EXPORTAÇÕES TOTAIS			EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS		
	MUNDIAIS	BRASIL	%	MUNDIAIS	BRASIL	%
1970	282,2	2,7	0,96%	53,5	2	3,74%
1975	796,4	13,6	1,71%	122,4	8,9	7,27%
1980	1.845,7	20,1	1,09%	232,5	9,4	4,04%
1985	1.784,5	25,6	1,43%	208,5	8,8	4,22%
1990	3.336	31,4	0,94%	326,6	8,6	2,63%
1995	5.012	46,5	0,93%	417,8	13,5	3,23%
2000	6.358	55,1	0,87%	434,4	15,7	3,61%

Fonte: FAO/FM/SECEX

Revista de Política - Ano X nº 04 – out.-nov.-dez.-2001

Tabela 5:					
Evolução dos principais produtos pelo Brasil- 1970 - 2000					
US\$ bilhões					
	1970	1980	1990	1995	2000
Agrícolas	5,76	15,22	10,16	15,98	15,71
Comp. Soja	0,71	2,26	2,65	3,82	4,14
Café	0,98	2,77	1,25	2,43	1,76
Açúcar	0,13	1,29	0,51	2,00	1,26
Suco de Laranja	0,14	0,34	1,47	1,10	1,02
Frango	0	0,02	0,32	0,64	0,81
Carne Bovina	0,15	0,71	0,23	0,18	0,5
Fumo	0,64	2,90	0,55	1,17	0,84
Manufaturados	1,58	14,4	21,25	30,52	39,39
Aço/Ferro	0,97	0,98	1,25	4,56	3,43
Alumínio	0	0,40	0,87	1,34	1,49
Máq./Equip.	0,82	1,51	1,59	5,71	7,24
Veículos	0,14	0,59	0,99	3,58	4,44
TOTAL	7,34	29,62	31,41	46,50	55,10
Fonte: Banco Central e Anuário Estatístico do IBGE					
Revista de Política Agrícola - Ano X nº 04 out.-nov.-dez.-2001					

Tabela 6:
Importações agrícolas do Brasil - 2000
 US\$ milhões

Produtos	Valor Importado	Preço US\$ Médio / ton.
Trigo em grãos	804	104
Adubos ou fertilizantes	718	116
Legumes e frutas	444	644
Algodão em bruto	414	1.068
Produtos lácteos	366	1.135
Peixes, crustáceos e moluscos	216	1.500
Óleos, gorduras e cereais	224	527
Milho em grãos	210	100
Sementes e frutos oleaginosos	146	175
Arroz em grãos	136	189
Couros e peles	134	5.183
Café, chá, cacau e especiarias	130	1.085
Prod. An., veg. em bruto não esp.	120	4.634
Prod. E prep. Comestíveis div.	136	2.637
Carne e preparados de carne	114	142
Alho	56	639
Outros	202	914
Total importações agropecuárias	4.570	
Total de importações Brasil	50.666	

Fonte: Secex / Banco do Brasil , ano 2000

Tabela 7:
As 10 maiores empresas de sementes do mundo
 US\$ milhões

Empresa	País	Vendas em 97
Du Pont/Poinner Hi -Bred	Estados Unidos	1.800
Monsanto	Estados Unidos	1.800
Novartis	Suíça	928
Groupe Limagrain	França	686
Advanta (AstraZeneca Royal Vander-Have)	Reino Unido e Holanda	437
AgriBiotech	Estados Unidos	425
Grupo Pulsar/Seminis/ELM	México	375
Sakata	Japão	349
KWS.AG	Alemanha	329
Takii	Japão	300

Estas empresas controlam aproximadamente 32% do mercado mundial de sementes, cujo valor total era de cerca de 23 bilhões de dólares. Nos últimos três anos, a Monsanto investiu mais de 8 bilhões de dólares na compra de empresas do setor de sementes e Agrobiotecnologia.

Fonte: As Conseqüências da Alca para a Agricultura Brasileira/Via Campesina - Julho/02

Tabela 8:
As 10 maiores empresas agro-químicas do mundo
 US\$ milhões

Empresa	País	Venda em 1997
Aventis(Rhone-Poulec+Hoechst)	França	4.554
Novartis(Ciba Geigy + Sandoz)	Suíça	4.199
Monsanto	Estados Unidos	3.126
AstraZeneca	Reino Unido	2.674
Du Pont	Estados Unidos	2.518
Bayer	Alemanha	2.254
Dow AgroSciences	Estados Unidos	2.200
American Home Products	Estados Unidos	2.119
BASF	Alemanha	1.855
Sumitomo	Japão	717

As dez maiores transnacionais do mundo faturam entre elas US\$ 26,2 bilhões, ou seja, 85% do mercado agroquímico mundial (cujo valor total foi US\$ 31 bilhões).

Fonte: *As Conseqüências da Alca para a Agricultura Brasileira/Via Campesina - Julho/02*

I – Hino do Movimento dos Sem Terra

Letra: Ademar Bogo

Música: Willy Correia de Oliveira

Vem, façamos a nossa liberdade
Braços fortes que rasgam o chão
Sob a sombra de nossa valentia
Desfraldemos a nossa rebeldia
Vem, lutemos
Punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria
Livre e forte
Construída pelo poder popular
Braço erguido ditamos nossa história
Sufocando com força os opressores
Hasteemos a bandeira colorida
Despertemos essa pátria adormecida
O amanhã pertence a nós trabalhadores
Nossa força resgatada pela chama
De esperança no triunfo que virá
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre, operária camponesa
Nossa estrela enfim triunfará.

II – Homenagem à bandeira dos sem terra

Letra: Pedro Tierra

Com as mãos
De plantar e colher
Com as mesmas mãos
De romper as cercas do mundo
Te tecemos.

Desafiando os ventos
Sobre nossas cabeças
Te levantamos.
Bandeira da terra,
Bandeira da luta,
Bandeira da vida
Bandeira da Liberdade!

Sinal da terra
Conquistada!
Sinal de luta
E de esperança!
Sinal de vida
Multiplicada!

Sinal de liberdade!
Aqui juramos:
Não renascerá sob tua sombra
Um mundo de opressores.

E quando a terra retornar
Aos filhos da terra,
Repousará sobre os ombros
Dos meninos livres
Que nos sucederão.

III– Nossos compromissos com a terra e com a vida

Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida.

1. Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
2. Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
3. Produzir alimentos para eliminar a fome da Humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
4. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
5. Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
6. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores.
7. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
8. Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
9. Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.
10. Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

IV- Objetivos gerais do MST

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

ANEXO 1 - ESTATÍSTICO – TABELAS

ANEXO 2 – DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MST

